FACULDADE SUCESSO

(FACSU)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

SÃO BENTO – PB
2017

SUMÁRIO

1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS 4
   1.1. Dirigente principal da Mantenedora 4
   1.2. Identificação da instituição Mantida 4
   1.3. Dirigente principal da Mantida 4
2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL 5
   2.1. Missão Institucional 6
   2.2. Objetivos 7
3.CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA 9
   3.1. Denominação 9
   3.2. Modalidade de Ensino 9
   3.3. Modalidade de Oferta 9
   3.4. Vagas Anuais 9
   3.5. Turnos de Funcionamento 9
   3.6. Nº de Alunos por Turma 9
   3.7. Integralização 9
   3.8. Carga Horária e Duração do Curso 10
   3.9. Regime de Matrícula 10
   3.10. Regime do Curso 10
4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA ..... **Erro! Indicador não definido.**
   4.1. Contexto Educacional e Justificativa da Oferta do Curso . **Erro! Indicador não definido.**
   4.1.1. Demandas de Naturezas Socioeconômica, Cultural e ambiental: Contexto Global .. **Erro! Indicador não definido.**
   4.2. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso 22
   4.3. Objetivo Geral 29
   4.4. Objetivos Específicos 29
   4.5. Perfil Profissional do Egresso 31
   4.5.1. Competências e Habilidades 31
   4.6. Áreas de Atuação 35
   4.7. Formas de Acesso 36
   4.8. Missão do Curso 35
5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA 39
   5.1. Estrutura Curricular 39
   5.1.1. Estrutura Curricular: Atendimento aos Requisitos Legais do MEC 40

5.1.2. Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular 43
5.1.3. Estrutura Curricular: Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento..... 44
5.1.4. Estrutura Curricular: Conteúdos Optativos..... 45
5.1.5. Estrutura Curricular: Prática Como Componente Currícular 46
5.1.6. Estrutura Curricular: O Estágio Supervisionado em Pedagogia 47
5.1.7. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso 53
5.2. Estrutura Curricular: Os Núcleos de Fundamentação do Curso de Pedagogia 54
5.3. Matriz Curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia..... 55
5.3.1. Conteúdos Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia 55
6. METODOLOGIA 116
7. APOIO AO DISCENTE .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1. O Centro de Atendimento ao Estudante – CAE .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.1. Ouvidoria .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.2. Núcleo de Atendimento Psicopedagógico.....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.4. Núcleo de Estágio e Carreira .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.5. Núcleo de Retenção .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.6. Núcleo de Bolsas e Incentivos FACSU .....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.7. Programa de Nivelamento.....**Erro! Indicador não definido.**
7.1.8. Coordenação de Educação a Distância – CEAD 142
8. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO 144
8.1. Auto-Avaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia..... 146
9. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 148
10. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS 151
11. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM .. 151
12. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS 153
13. CORPO DOCENTE..... 154
13.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE..... 154
13.2. Atuação do Coordenador.. 156
13.3. Experiência Profissional, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador 159
13.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso 159
13.5. Titulação do Corpo Docente do Curso 159
13.5.1. Titulação do Corpo Docente do Curso – Percentuais**Erro! Indicador não definido.**
13.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso .....**Erro! Indicador não definido.**

13.6.1. Representação Gráfica.....**Erro! Indicador não definido.**
13.7. Plano de Carreira Docente.....**Erro! Indicador não definido.**
13.8. Qualificação do Corpo Docente.....**Erro! Indicador não definido.**
13.9. Funcionamento do Colegiado de Curso.....**Erro! Indicador não definido.**
13.10. Produção Científica. Cultural, Artística ou Tecnológica.....**Erro! Indicador não definido.**
14. INFRAESTRUTURA..... 170
14.1. Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral 170
14.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos 170
14.3. Sala dos Professores 171
14.4. Salas de Aula..... 172
14.4.1. Serviço de apoio logístico para o pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas.....**Erro! Indicador não definido.**
14.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática 173
14.6. Biblioteca 174
14.6.1. Do Funcionamento 174
14.6.2. Acervo..... 174
14.6.3. Política de Aquisição da IES 176
14.6.4. Consulta 176
14.6.5. Base de Dados .....**Erro! Indicador não definido.**
14.6.6. Empréstimo 177
14.6.7. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos..... 177
15. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS 178
16. RESPONSABILIDADE SOCIAL..... 184
16.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social 184
16.2. Desenvolvimento da Capacidade de Acompanhar e Implementar Mudanças nas Condições de Trabalho..... 186
17. ANEXOS..... 188
17.1. Regulamento dos Projetos Interdisciplinares do Curso de Graduação em Pedagogia. 188
17.2. Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento..... 198
17.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado 215
17.4. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC..... 226

1. CARACTERÍSTICAS INSTITUCIONAIS

Mantenedora: Sucesso Publica ES e Assessoria Ltda - ME
CNPJ: 23.458.597/0001-18
Situada à Avenida Prefeito Pedro Eulâmpio da Silva nº 3086, Bairro: São José - São Bento-PB

1.1. Dirigente principal da Mantenedora

Álvaro Carvalho Dias da Silva

1.2. Identificação da instituição Mantida

FACULDADE SUCESSO - FACSU
Situada à Avenida Prefeito Pedro Eulâmpio da Silva nº 3086, Bairro: São José - São Bento-PB

1.3. Dirigente principal da Mantida

Álvaro Carvalho Dias da Silva

2. HISTÓRICO INSTITUCIONAL

A história da Faculdade Sucesso - FACSU se confunde com a própria história de seus idealizadores, em especial os professores Álvaro Carvalho Dias da Silva e Claudianor Almeida de Figueirêdo.

O professor Álvaro Carvalho Dias da Silva é Historiador e Pedagogo com várias especializações na área educacional. Em sua atuação profissional, o mesmo tem auxiliado no desenvolvimento da educação há vários anos como professor da Educação Básica e de diversos cursos de graduação e pós-graduação.

A professora Claudianor Almeida de Figueirêdo é Pedagoga e especialista em educação inclusiva e novas tecnologias aplicadas à educação, atuando também como professor na Educação Básica e em cursos de pós-graduação nos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

Assim, pelas características dos seus idealizadores, é possível verificar que a gênese da FACSU se constitui sob a égide dos anseios pela Educação Básica e da investigação e busca pela melhoria da educação brasileira.

A partir dessa parceria, constituiu-se há alguns anos a ideia de estabelecer uma nova IES com a proposta inicial de formar professores para a Educação Básica, tanto na modalidade presencial, quanto a distância.

Ressalte-se que o Planejamento da IES iniciou há alguns anos com o estudo de mercado no Estado da Paraíba feito pelos seus idealizadores em parceria com consultorias educacional, em especial para a oferta de Educação Superior no interior do Estado. Desse modo, configurou-se um cenário de necessidade de interiorização da proposta de uma nova IES.

Dessa forma, a história da IES se configura a partir de inúmeras reuniões entre os dirigentes da IES, Gestão do Curso de Pedagogia, professores-chave desse curso e de vários órgãos e instituições ligadas direta ou indiretamente ao meio educacional e as prerrogativas que norteiam a sua história. Dessa forma, pode-se afirmar que a FACSU é fruto das reflexões estabelecidas a partir da realidade da Educação Superior Brasileira, da educação no contexto regional em que se insere a IES e da própria expectativa do mercado de trabalho e do cenário socioeconômico contemporâneo.

2.1 Missão Institucional

Promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade.

2.2. Visão Institucional

Ser uma importante instituição de ensino do Estado da Paraíba, comprometida com o desenvolvimento regional e a sustentabilidade formando profissionais de excelência para o mercado de trabalho.

2.3. Valores

- Aluno – Porque ele é a razão de ser da FACSU.
- Professor – Porque ele é o meio para efetivar a razão de ser da FACSU.
- Educação – Porque temos a crença de que ela é fundamental para qualquer mudança positiva do país.

- Homem – Porque ele constituído como ser social histórico é o nosso objetivo maior.
- Ética – Porque ela é a chave para a mudança das expectativas humanas e a constituição de uma sociedade realmente justa.
- Excelência – Porque ela é a nossa busca constante em tudo o que fazemos.
- Empreendedorismo – Porque é necessário empreender para se estabelecer profissionalmente.
- Inovação – Porque ela é a chave para o desenvolvimento pela educação.
- Sustentabilidade – Porque o desenvolvimento só é válido se for sustentável e centrado na responsabilidade social.

2.4. Objetivos

I. Estimular a responsabilidade socioambiental, a criação e preservação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II. Formar graduados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, no nível exigido pela região e pelo país e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, capazes de inovar nos seus respectivos setores;

III. Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais;

IV. Prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

V. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

VI. Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VII. Promover permanentemente a inclusão social e a acessibilidade de alunos, colaboradores e comunidade;

VIII. Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

IX. Ampliar e diversificar as atividades de ensino na FACSU, em níveis de graduação, de pós-graduação ou de extensão, nas modalidades presencial e a distância;

X. Estabelecer a avaliação institucional como ferramenta de gestão continua na FACSU.

3. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

3.1. Denominação

CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EMPEDAGOGIA

3.2. Modalidade de Ensino

Licenciatura

3.3. Modalidade de Oferta

Presencial

3.4. Vagas Anuais

160

3.5. Turnos de Funcionamento

Matutino e Noturno

3.6. Nº de Alunos por Turma

50 (cinquenta)

3.7. Integralização

Mínimo de 08 (oito) semestres e máximo de 16 (dezesseis) semestres.

3.8. Carga Horária e Duração do Curso

3.240h – 4 anos

3.9. Regime de Matrícula

Semestral

3.10. Regime do Curso

Seriado Semestral

4. CONTEXTO EDUCACIONAL E JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A FACSU é uma Instituição de Ensino Superior de iniciativa privada que protocolou seu processo de credenciamento junto ao MEC, vinculando a este processo o curso superior de licenciatura em Pedagogia.

A oferta do curso tem como prerrogativa as mudanças sociais e econômicas voltadas à comunidade de São Bento, localizada na microrregião de Catolé do Rocha, no Estado da Paraíba.

Assim, a solicitação específica de autorização do Curso de Pedagogia origina-se da forte convicção dos gestores da IES de que ela se faz permanentemente necessária para o desenvolvimento não apenas social e econômico, mas, por tratar-se de um curso que forma um profissional que se destaca no contexto social como um dos agentes de justificação e transformação da realidade. Assim, a busca pela autorização do curso ultrapassa os limites da demanda por profissionais da área de Educação e adentra na busca de melhoria na oferta de novo modelo de Educação, ao mesmo tempo de promove garantias individuais e sociais fundamentais de uma população que tem a sua história de sofrimento e bravura, bem como suas mazelas sociais, de conhecimento pleno em todo o território nacional.

Assim, este Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia pressupõe o conhecimento da realidade local e regional, enquanto construção social, política, econômica e cultural, e coaduna-se com o perfil da FACSU, voltada à prestação de serviços educacionais da ordem privada, porém com norte no interesse coletivo.

O curso observa os indicativos das Diretrizes Curriculares Nacionais, cuja proposta curricular atual do Curso está (inter)relacionada aos indicadores dos

padrões de qualidade almejados pelo MEC e, ainda, aos propósitos da FACSU em seu Projeto de Desenvolvimento Institucional.

Objetiva-se, através da mediação do seu corpo docente, a qualificação do educador para interagir na sociedade, respaldada em padrões de ensino que permitam responder aos problemas centrais de uma sociedade em constante mudança e que necessita de formadores para o seu desenvolvimento.

A fim de articular critérios e propósitos compartilhados pelo Curso de Pedagogia com a IES, cuja missão é promover o desenvolvimento e a excelência na formação e no aperfeiçoamento de profissionais nas diversas áreas de atuação, os quais sejam capazes de atender às demandas do mercado e às necessidades socioeconômicas, culturais e ambientais da sociedade - o Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia articula suas ações através de um processo interdisciplinar comprometido com a formação profissional de cidadãos que devem atuar como protagonistas e multiplicadores desse compromisso social.

Pelas características da região de São Bento, o Curso buscará atender a uma vocação de servir à comunidade, ao promover formação educacional sensível a contextualização e proporcionar o permanente e efetivo envolvimento de professores e acadêmicos, através de programas e atividades desenvolvidas junto à comunidade a qual está inserido. Assim, o Curso de Pedagogia da FACSU transita pelas instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão, articulando as linhas básicas de ação da IES e orientando-se por valores que resguardam a primazia da dignidade da pessoa humana sobre as coisas e interesses materiais; reconhecendo a justiça social como meta permanente.

Partindo-se do princípio que indica a educação como condição básica para o exercício da cidadania, justifica-se a oferta do Curso Superior de Licenciatura em

Pedagogia pela FACSU por ser ele capaz de difundir e discutir o cenário da educação regional e do Brasil; favorecer o conhecimento da educação enquanto ciência e promover, assim, o diálogo com a realidade; favorecer a inclusão social, por meio do campo educacional, e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico de uma região que apresenta sérios problemas de desigualdade e inclusão social, inclusive de baixo acesso à justiça.

No entanto, a justificativa do Curso de Pedagogia para atender a região de São Bento sustenta-se, não apenas em questões relacionadas às necessidades dos cidadãos, mas por singularidades que serão delineadas a seguir.

4.1. Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: perspectivas acerca da interiorização e o cumprimento do PNE-Plano Nacional de Educação

É inegável que a iniciativa de ofertar um curso de graduação em Pedagogia na região da FACSU, advém, a priori, da perspectiva cotidiana da dificuldade dos cidadãos do interior do Brasil, em especial de regiões do nordeste, em frequentar cursos de graduação. Nesse sentido, vale destacar as prerrogativas da interiorização do Ensino Superior, expectativa essa discutida e estabelecida principalmente no âmbito do MEC, a partir de investimento públicos.

A interiorização de cursos de graduação, em especial os da área das Ciências Sociais, é importante porque amplia a visão política e cidadã de todas as cidades que compõem o interior brasileiro, além disso, tal oferta aumenta as possibilidades de emprego público e privado de boa qualidade e, consequentemente, as possibilidades econômicas locais, haja vista a própria constituição determinar os mesmos direitos de acesso à educação a todos os cidadãos, indiferente às regiões demográficas do Brasil.

Desse modo, as Faculdades públicas ou privadas podem mudar a configuração local em locais isolados, como é o exemplo de São Bento e região, pois se trata de um processo de combate à exclusão nas regiões mais pobres do Brasil.

Apenas a título de exemplo de cenário, no Norte e no Nordeste, diferente de regiões como o Sudeste, o número de matrículas ainda é maior nas escolas públicas do que nas escolas particulares, pois as regiões mais pobres são menos lucrativas para o setor privado. Logo, é imprescindível que se leve a iniciativa privada a investir também nessas regiões, inserindo alunos também nas universidades e dando oportunidade igual para todos.

No que diz respeito aos cursos de graduação da área de Pedagogia da iniciativa pública, os investimentos na criação de Cursos de Pedagogia em Universidades Públicas nos últimos anos não comportou tais ofertas devido à dificuldade econômica do governo federal de seguir com investimentos na área.

Além disso, em termos gerais, mesmo com as iniciativas do poder público no processo de interiorização que cresceu muito na última década, estamos ainda bem longe da meta de 30% de jovens entre 18 e 24 anos no ensino superior, a ser alcançada pelo PNE – Plano Nacional da Educação (temos 13,7%). Também é verdade que as 1.554 instituições de graduação situadas fora das capitais ainda representam um número acanhado para um País, que tem 5.564 municípios.

Mas não são apenas as perspectivas de interiorização da educação superior que justificam a oferta do curso de Pedagogia da FACSU, pois há singularidades que permeiam toda a oferta educacional na região nordeste, inclusive fora do interior dos estados.

As regiões Norte e Nordeste tiveram um olhar mais criterioso do governo federal nas últimas décadas, com diversas formas de investimento e incentivos que fizeram inúmeras indústrias e investimentos nacionais e internacionais se configurarem nessas regiões.

O resultado disso é que ambas as regiões demonstraram um grande avanço socioeconômico, principalmente na última década.

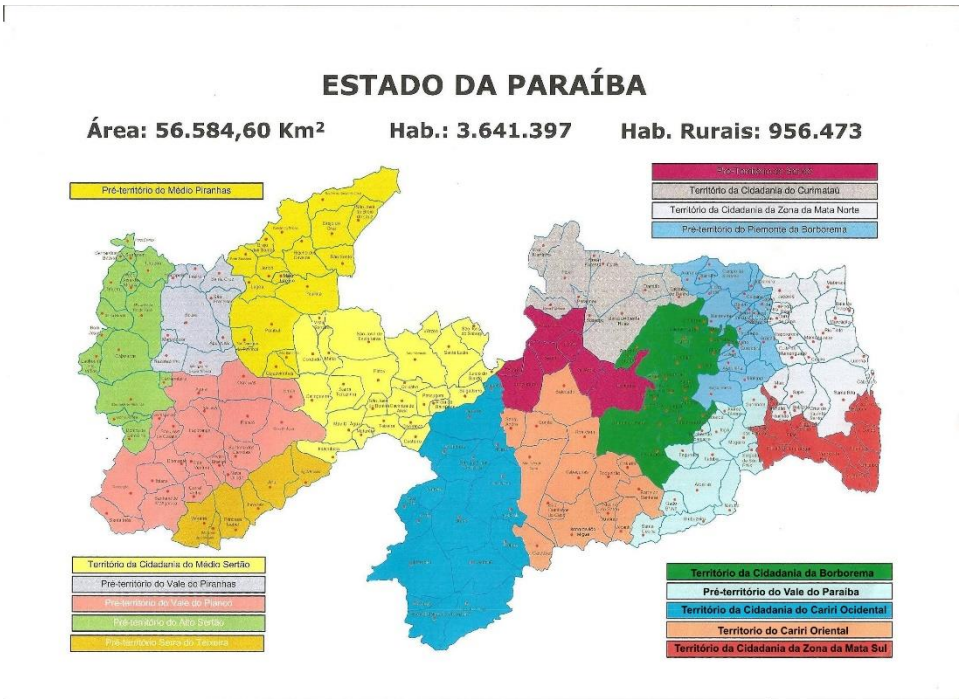
Porém, esse avanço não foi suficiente para tornar as dificuldades sociais e a desigualdade equiparadas aos estados do sul e sudeste, pois o aumento do poder econômico, por vezes, acaba que tornando os problemas relacionados à saúde, educação, acesso à justiça e bem estar social mais visíveis ao olhar externo.

Nesse contexto, o curso de Pedagogia da FACSU vem ao encontro das demandas sociais relacionadas à área da Educação na região nordeste e, mais precisamente, no Sertão Paraibano.

Assim, pode-se afirmar que o Curso de Pedagogia da FACSU tem sua gênese estabelecida em uma expectativa que procura não só transformar o atual paradigma centrado na concentração de profissionais da área relegados apenas às grandes cidades e capitais, mas viabilizar a oportunidade de acesso a uma profissão, como um direito a cidadania, a partir das necessidades da região de inserção da IES, ou seja, diminuindo as desigualdades de ofertas de cursos de Pedagogia entre as diferentes regiões do país e, até mesmo, entre as cidades do Estado da Paraíba.

4.2. Demandas de naturezas socioeconômica, cultural e ambiental: contexto global e regional

Atualmente, o Estado da Paraíba vem se consolidando no cenário econômico do país; em 2013, apesar do período de crise que comprometeu o desenvolvimento do país em vários setores, o Estado alcançou a maior taxa de crescimento do país e conseguiu colocar o mercado de trabalho paraibano entre os cinco principais destaques brasileiros com o aumento no nível de emprego formal (CAGED), mais especificamente a Indústria avançou 7,2% em 2013, sendo o Setor que mais cresceu no acumulado da série 2010-2013, com 33,6%, um dos motivos que fizeram que o Produto Interno Bruto (PIB) da Paraíba registrasse um crescimento real de 5,8% naquele ano.



Em 2015, foi possível registrar os índices positivos alcançados em diversos segmentos, como indústria e comércio, apesar do momento desfavorável da

economia brasileira que já citado, é preciso registrar que a Paraíba se destacou entre os Estados do Nordeste, seguindo uma tendência de fortalecimento para se consolidar como uma das economias que mais se desenvolvem na região (IBGE/2016).

Considerando esse cenário, é preciso ressaltar que João Pessoa (Capital do Estado); Cabedelo, Bayeux, Santa Rita (Cidades da Região Metropolitana); e Campina Grande (Oeste Paraibano) são cidades consolidadas em termos de desenvolvimento econômico e concentram o maior número de empregos, sendo muitos atrativas para a indústria e estando sempre no ranking econômico do Estado. Essa concentração econômica tem o seu lado negativo, pois reduz a oferta de oportunidades de crescimento, comprometendo as transformações em outras regiões.

De acordo com pesquisa realizada pela Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas da Paraíba, outras regiões do Estado estão recebendo incentivos para que indústrias e serviços sejam instalados e explorados potencias existentes. Nesse contexto destaca-se a microrregião de Catolé do Rocha, local de inserção da cidade de São Bento, sede da FACSU.

A microrregião de Catolé do Rocha é uma das microrregiões paraibanas, situadas no Sertão do Estado. Sua população foi estimada em 123.370 habitantes (IBGE/2017) e está dividida em onze municípios, Belém do Brejo do Cruz (10 000 habitantes), Bom Sucesso (10 000 habitantes, Brejo do Cruz (15 000 habitantes), Brejo dos Santos, Catolé do Rocha 30 000 habitantes), Jericó (10 000 habitantes), Lagoa (5 000 habitantes), Mato Grosso (3 000 habitantes), Riacho dos Cavalos (10 000 habitantes), São Bento (40 000 habitantes), São José do Brejo do Cruz (2 000 habitantes).

Nesse recanto do Nordeste, característico de problemas socioeconômicos que persistem na região, ressalta-se o polo industrial com uma grande produção de redes de dormir, mantas e produtos têxtil, sendo conhecida como a Terra das Redes e produzindo mais de 12 milhões de redes por ano, que a sede da FACSU, a cidade de São Bento (aproximadamente 40 mil hab.), maior cidade dessa microrregião do nordeste brasileiro (aproximadamente 130 mil hab.).

A cidade desenvolveu um grande potencial na indústria de redes de dormir sendo a maior produtora nacional do ramo. Atualmente, exporta redes para todo os Estados do Brasil bem como para a maioria dos países da América do Sul, África, Europa e Ásia, gerando uma grande movimentação econômica no comércio interno. Isso se constituiu no principal fator pelo qual, diferentemente da maioria dos municípios do sertão paraibano, a população não sente necessidade para deslocar-se para os grandes centros urbanos do país. É por essa razão, que o município de São Bento apresente um bom índice de crescimento de modo a possuir uma das maiores densidades demográficas do sertão paraibano.

São Bento é conhecida na região como a cidade que tem um índice 0% de desemprego e uma grande movimentação financeira, gerando um dos maiores ICMS do Estado. Suas redes são conhecidas em todo o Brasil, disputando lugar de destaque com a cidade de Jaguaruana, do Estado do Ceará.

Vale destacar que em um estudo feito nos últimos anos sobre o crescimento do PIB da Paraíba, entre as regiões geoadministrativas, metropolitana, macro e microrregiões, duas não apresentaram crescimento mais elevado e ou dinâmico em suas cidades polo, mas em cidades que compõem a região, no que se insere a microrregião de Catolé do Rocha, quando o maior dinamismo econômico se deve a São Bento.

Considerando a política de investimento em novos polos a fim de promover a desconcentração econômica no Estado, destaque-se o papel do Ensino Superior, logo que a presença de instituições de Ensino Superior em qualquer região é elemento fundamental de desenvolvimento econômico e social, bem como de melhoria da qualidade de vida da população, uma vez que proporciona o aproveitamento das potencialidades locais e o desenvolvimento social a partir da oportunidade dos cidadãos galgarem novas posições sociais e investir na sua própria região de inserção a partir das profissões estabelecidas por meio do Ensino Superior.

A IES é uma instituição social e, como tal, expressa de determinada maneira a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo e a ela deve estar voltada. Além disso, precisa agir baseada no reconhecimento público e de suas atribuições e não pode estar separada da ideia de democracia e de democratização do conhecimento.

Quando se aborda o tema da relevância da educação

> superior, há uma tendência para reduzir esse conceito ao da resposta apropriada às demandas da economia ou do setor empresarial. Não há dúvida de que a educação superior deve responder a essas demandas, mas na sua relevância transcende a questão, e precisa ser examinada a partir de uma perspectiva mais ampla, levando em conta os desafios e as demandas que lhe são impostas a sociedade como um todo. (BERNHEIM e CHAUÍ, 2008, p. 20).

Vale salientar que São Bento é um município que em vários aspectos pode aparentar não possuir as devidas estruturas para este empreendimento, contudo, sua acessibilidade, possibilidades econômicas e sua demanda de população jovem carecem justamente do incentivo educacional para a região. Composta em sua maioria de jovens adultos (entre 20 e 35 anos), São Bento se monstra passível de investimento educacional maciço para essa população que migra diretamente para o mercado de trabalho ou necessita deslocar-se do local de nascimento em busca de educação.

Ressalte- se que o município de São bento possui um nível bastante positivo na sua taxa de escolarização, constando de 95,3% de jovens escolarizados, com apenas 243 docentes no ensino médio e 53 no ensino fundamental realizando esse trabalho, demonstrando uma potencialidade real para o ensino. Isso por si só justificaria a existência e a necessidade da FACSU.

Assim, trata-se de uma Faculdade que em termos de atendimento populacional, possui uma demanda somada a uma série de características regionais que justificam sua existência.

Outro ponto relevante acerca da sua inserção regional, diz respeito à opção estratégica de escolha do município São Bento- PB para sediar a IES, pois além de uma malha viária nova e de boas condições, o município encontra-se em uma localização facilitadora do escoamento de ônibus para todas as cidades que compõem a região, incluindo municípios que não pertencem a tal região, mas que se encontram a poucos quilômetros.

São Bento tem sido, também, ponto turístico cultural e religioso, sendo município inserido nos circuitos das Festas de São João que possuem extrema importância para a tradição do povo nordestino. Eventos religiosos como a Festa de São Sebastião também movimentam o município e o fazem parte importante da região.

No ano de 2017, o SEBRAE da Paraíba em conjuntura com a prefeitura do município decidiu pela abertura de um ponto de atendimento no shopping das Redes como incentivo ao empreendedorismo alavancando ainda mais as possibilidades de crescimento da região.

Isso posto, a FACSU tem plena convicção de que a sua inserção irá exercer um papel estratégico no desenvolvimento de sua região e, logo, do país, tudo a partir de seu comprometimento com a produção e a socialização de conhecimentos, alicerçadas a um processo dinâmico e permanente de interlocução com a sociedade em que se insere. Afinal, como instituição social, ela está circunscrita a contextos históricos, políticos, econômicos e culturais determinados na busca de contribuir cada vez mais significativa para o desenvolvimento da região onde se insere.

5. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

Inicialmente, vale ressaltar que a concepção deste Projeto Pedagógico se constituiu não apenas levando-se em consideração as perspectivas formais pelas quais se institui a gênese deste gênero de documento, ou seja, da concepção estática de “projetar” ou “lançar para adiante”, mas de um sentido mais amplo ligado ao plano da “ação” e da formação humana em seu sentido pleno.

Trata-se, portanto, de uma visão acerca do processo de formação profissional delineada pela Coordenação de Curso, e NDE – Núcleo Docente Estruturante constituída neste Projeto Pedagógico articulado naturalmente com o Projeto Pedagógico Institucional – PPI e com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da FACSU, na medida em que seus pressupostos refletem aqueles estabelecidos nesses documentos institucionais.

Essa perspectiva advém do fato de que a elaboração de um Projeto Pedagógico implica em analisar o contexto real e o escolar definindo ações, estabelecendo o que alcançar, criando percursos e fases para o trabalho, definindo tarefas para os atores envolvidos e acompanhando e avaliando a trajetória percorrida e os resultados parciais e finais.

Esta função não pode ser assumida, na visão dos responsáveis pela gestão do curso (Coordenação e NDE), sem que haja uma efetiva articulação com outros instrumentos que sinalizam a direção institucional para o alcance de compromissos acadêmicos e sociais.

Assim este Projeto Pedagógico se constitui naturalmente como uma imprescindível implementação do Projeto Pedagógico Institucional – PPI e o

Plano Desenvolvimento Institucional – PDI que juntos com o Projeto Pedagógico do Curso – PPC formam o tripé ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO que sustenta o cumprimento da missão institucional e social da FACSU.

Dessa forma, a unicidade da relação entre teoria, prática e referencial metodológico, tornou-se o eixo norteador da proposta onde "todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer". Assim, o futuro licenciado em Pedagogia, além de saber e de saber fazer, deverá compreender o que faz. Posto isto, pode-se afirmar que as ações práticas no ensino não constituem um espaço isolado do restante do curso; a transposição que ocorre nesse nível deve ser antecedida de processo de reflexão coletiva e sistemática das atividades em suas diferentes formas.

Logo, o PPC do Curso deverá prever situações didáticas em que seus futuros profissionais egressos coloquem em uso o que aprenderam, ao mesmo tempo em que possam mobilizar outros conhecimentos oriundos de diferentes naturezas e experiências, para enriquecimento da formação.

Políticas Institucionais de Ensino:

A interação, a comunicação, a relação indissociável teoria-prática e o desenvolvimento da autonomia são eixos norteadores na formação do ensino na área da Formação de Professores para a Educação Básica, buscando o desenvolvimento de situações coletivas que ampliem o espaço de construção de valores e habilidades da realidade do trabalho, que permitam a construção da autonomia profissional, intelectual, desenvolvimento do senso de responsabilidade, pessoal, coletiva e de base ética.

Isso se refere também ao uso de recursos tecnológicos para convivência interativa, projetos e atividades coletivas, seminários, projetos de investigação,

debates e estudos de conteúdo, bem como o desenvolvimento de visitas à instituições de ensino, órgãos públicos de educação, ONG's que desenvolvem práticas de ensino junto à comunidade etc., além do desenvolvimento de atividades que associem ao ensino as monitorias, programas de iniciação científica, atividades complementares e programas de extensão, jornadas acadêmicas e outras atividades associadas direta e indiretamente ao ensino. .

Nesse contexto, este projeto pedagógico traduz perfeitamente a filosofia institucional, ao voltar-se não apenas para uma percepção fixa e objetiva da formação técnica, mas para a formação de profissionais éticos e competentes, cuja atuação no mercado deverá, além da melhoria nos níveis de qualificação da mão-de-obra regional, reverter-se também na consolidação do nome da Instituição junto ao seu público e em uma integração cada vez maior com a comunidade, aumentando os índices de atendimento aos seus objetivos e missão institucionais.

Políticas Institucionais de Extensão para o Curso:

Estabelecida no âmbito do PPI da IES, as atividades de extensão em Pedagogia devem se constituir de uma maneira diferenciada dos demais cursos da IES, afinal as expectativas do curso para ações extensionistas estão intimamente ligadas às necessidades da educação local.

Além disso, os cursos de extensão que serão privilegiados são aqueles que devem auxiliar na capacitação dos futuros professores a partir dos serviços prestados pela brinquedoteca, a título de exemplo.

Políticas Institucionais de Pesquisa (Iniciação Científica) para o Curso:

Quanto à pesquisa, apesar de ser uma IES isolada e não ter a obrigação de se estabelecer nesse âmbito, será prática da FACSU constituir projetos de iniciação científica com alunos e professores. Assim, para o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia a IES privilegiará as investigações em termos da educação básica que estejam em sintonia com os problemas das escolas locais.

Será incentivada a participação em projetos desse gênero tanto a alunos quanto aos professores do curso.

Observa-se, ainda, a existência de normas especificas para a iniciação científica, prevendo a publicação dos resultados das pesquisas no formato de artigos em revistas acadêmicas e nos simpósios de iniciação científica que serão promovidos pela IES. Assim, a programação e o procedimento das pesquisas na instituição obedecem à resolução que discorre sobre tal assunto.

Vale destacar também que a IES planeja, após o credenciamento, lançar uma revista com ISSN, para que desde o início de suas atividades fomente um espaço para a discussão dos rumos da educação em um nível tanto regional quanto global, pois se tratará de um periódico em uma perspectiva multidisciplinar e que envolva tanto docentes quanto discentes, além de setores da sociedade civil.

Indissociabilidade entre o Ensino, a Pesquisa e a Extensão:

Ao conceber e promover o processo formativo do seu Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, a FACSU almejou atender aos mais elevados padrões de ensino, capazes de garantir o sucesso de seus egressos, tanto no campo pessoal quanto no profissional. Nessa perspectiva, a partir do seu currículo e das ações constantemente promovidas no âmbito do curso, este Projeto Pedagógico tem o propósito de constituir um processo formativo capaz de estabelecer profissionais generalistas, com uma base de conteúdo que

permita o uso de ferramentas inerentes à atividade profissional, para ser um professor nos estágios iniciais de profissionalização e naqueles que, já tendo vencido as barreiras inerentes ao mercado, despontem para um novo patamar de competitividade.

Conceitos como autonomia, flexibilidade, capacidade de análise, pró-atividade e tantos outros que fazem parte dos discursos acadêmicos, passam a serem faróis que orientam a prática docente e a qualificação discente, ultrapassando os limites da retórica escolar para construir um rol de conhecimentos úteis ao profissional.

Nessa perspectiva de ensino, os atores do processo não se limitam única e exclusivamente em disseminar e apreender os conhecimentos necessários para a formação profissional, afinal trata-se da construção do homem como ser social e histórico com capacidade de intervir na sua própria realidade. Do mesmo modo, além da busca constante pela qualificação docente para a mediação dos conhecimentos, faz-se necessário que o ensino não se constitua de maneira fragmentada, mas a partir do princípio dialógico.

Assim, como já apontamos, estabelecida a partir das concepções político-pedagógicas no PDI e PPI da FACSU, a pesquisa/iniciação científica tem um papel singular na formação dos docentes e discentes, bem como na imagem institucional que a faculdade e o Curso pretendem firmar na comunidade e região. Para tanto, a proposta de seleção dos docentes leva em consideração a contratação de profissionais que estejam adequados a este perfil.

A extensão universitária, como anteriormente apontada, é vislumbrada neste PPC como um processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa, com o objetivo de fortalecer a relação entre o curso, a Faculdade e a

sociedade. As atividades de Extensão podem ser desenvolvidas sob a forma de programas, projetos, cursos, eventos culturais e científicos, serviços prestados à comunidade e outras ações, assegurando o compromisso social e a missão da Faculdade. As atividades de extensão estão regulamentadas no regimento da instituição, mas, sobretudo no PDI. Em linhas gerais, é importante observar:

- A existência de uma coordenação própria para área;
- A responsabilidade das partes em seguir os trâmites legais descritos no regimento e PDI;
- A integração com a atividade de ensino e pesquisa;
- A aproximação com necessidades dos docentes, dos discentes e da sociedade em geral;
- As obrigações financeiras e as responsabilidades de cada envolvido;
- As orientações gerais para apresentação de proposta de curso de extensão.

As atividades de pesquisa e extensão, bem como seus coordenadores, devem andar integrados, pois a ação de um reflete na necessidade do outro. A programação e o procedimento de ambas na instituição obedecem às resoluções que discorrem sobre elas e as normatizam.

Dessa forma, a partir das reflexões postuladas acima, definiu-se uma concepção teórico-metodológica para o Curso articulada com a missão institucional e fundamentada nos pilares propostos pela UNESCO para a educação do século XXI, bem como na interdependência e diversidade de atividades teóricas e práticas que norteiam todo o projeto pedagógico.

O curso organiza-se atendendo aos parâmetros do PPI – Projeto Político Institucional da IES e das diretrizes curriculares estabelecidas em lei, a saber:

a) Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágios, atividades complementares, etc.;

b) Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defrontará;

c) Estabelecimento das dimensões, investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade;

d) Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;

e) Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;

f) Respeito à ética profissional;

g) Supervisão acadêmica e profissional nas atividades orientadas.

Assim, o Projeto Pedagógico do Curso pretende adotar a concepção da formação profissional que interage teoria e prática, em um ensino prático-reflexivo baseado no processo de reflexão-na-ação, voltado para:

a) Construção de uma perspectiva investigativo-reflexiva, em que os discentes se motivem a conhecer a realidade profissional e buscar alternativas para os problemas concretos;

b) Compreensão dos princípios teórico-metodológicos que norteiam os saberes inerentes à profissão;

c) Construção de um referencial epistemológico que fundamente o desenvolvimento de uma práxis social nas dimensões técnica e ético-política;

d) Desenvolvimento de um processo interdisciplinar e teórico-prático de formação, baseado na indissociabilidade entre ensino, pesquisa (iniciação científica) e extensão, buscando a construção de conhecimentos que fundamentem o constante repensar da prática profissional.

Para constituir essa prática formativa, a Coordenação e o NDE do Curso constituíram as concepções do curso a partir dos objetivos abaixo delineados.

6. OBJETIVO GERAL

Formar profissionais na área de educação competentes, críticos e comprometidos com o projeto ético-político da profissão, capacitados, através do processo de aprendizagem constante, nas diversas áreas do saber, para uma participação crítica e construtiva como cidadão.

6.1. Objetivos Específicos

- ⇨ Formar profissionais com habilidades teórico metodológicas, técnico-operativas e ético políticas comprometidos com os valores e princípios norteadores da profissão.
- ⇨ Formar profissionais críticos e competentes capazes de formular propostas que façam frente à educação e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam.
- ⇨ Formar profissionais capazes de elaborar, implementar, executar e avaliar políticas educacionais.

- ⇨ Estimular a atitude investigativa como princípio, de modo a apreender, demonstrar e intervir junto aos fenômenos da realidade educacional.
- ⇨ Instrumentalizar o acadêmico para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao exercício profissional através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão.
- ⇨ Estimular o aperfeiçoamento profissional através de capacitação continuada.
- ⇨ Concorrer para o desenvolvimento do exercício da cidadania e do processo de democratização da educação brasileira.
- ⇨ Contribuir para o desenvolvimento da região de inserção, mediante políticas educacionais e o empenho profissional para a melhoria qualitativa da educação.
- ⇨ Promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- ⇨ Identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

- ⇨ Demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental ecológica, étnico racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

7. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O perfil do egresso do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade FACSU, em consonância com as Diretrizes Curriculares para o Curso constituídas pelo MEC – Ministério da Educação Brasileira, bem como as prerrogativas das diretrizes pedagógicas propostas pelos órgãos públicos da sua região de inserção, deverá ser "***um professor-pedagogo competente, flexível, adaptável e polivalente compreendido em sua área de atuação como um profissional não fragmentado, capaz de desenvolver as competências necessárias para atuar como docente na Educação Infantil, anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos e a condição de ser um competente e inovador gestor pedagógico em Instituições Escolares e não escolares, assim como em outras áreas de apoio escolar, incluindo as coordenações pedagógicas e administrativo-escolares que constituem os organogramas das escolas públicas e particulares".***

Esse profissional dominará os aspectos pedagógicos, políticos e práticos da área educacional, capacitando-se para atender como docente as escolas públicas e particulares de Ensino Básico.

7.1. Competências e Habilidades

Para atingir esse perfil, esse professor deverá ser capaz de:

• Articular as leituras da realidade educativa em seus aspectos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos, e o desenvolvimento dos processos pedagógicos;
• Organizar e mediar situações de ensino-aprendizagem, considerando o contexto educativo a partir da construção de um referencial teórico-metodológico crítico para a docência;
• Analisar criticamente as concepções que constituem as propostas institucionais e as práticas pedagógicas, através do conhecimento e da realização de práticas de investigação no contexto educativo;
• Ter conhecimento histórico, social e cultural da criança, do jovem e do adulto em relação aos aspectos do seu desenvolvimento;
• Atuar criticamente no contexto educativo frente à organização e ao desenvolvimento dos processos pedagógicos e suas contextualizações;
• Ter postura ética e política em sua atuação profissional, considerando a criança, o jovem e o adulto como seres sociais em desenvolvimento de exigências próprias de sua natureza;
• Ter compromisso com uma ética de atuação profissional e com a organização democrática da vida em sociedade;
• Possuir capacidade de investigação do fenômeno e da prática educativos que ocorrem em diferentes âmbitos e especialidades;
• Compreender o processo de construção do conhecimento, inserido em seu contexto social e cultural;
• Poder refletir sobre o processo histórico que caracteriza a educação;
• Identificar as realidades socioculturais e educacionais, propondo respostas criativas às questões da qualidade do ensino e inclusão social;

• Compreender e valorizar as diferentes linguagens manifestas nas sociedades contemporâneas e suas funções na produção do conhecimento;
• Atuar com portadores de necessidades especiais e grupos multiculturais, em diferentes níveis da organização, de modo a assegurar seus direitos de cidadania e inclusão social;
• Dialogar entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
• Promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na produção do conhecimento e da prática pedagógica;
• Apropriar-se de processos e meios de comunicação em suas relações com os problemas educacionais;
• Ser capaz de desenvolver metodologias e materiais pedagógicos adequados à utilização das tecnologias da informação e da comunicação nas práticas educativas;
• Promover a articulação da atividade educacional nas diferentes formas de organização do trabalho pedagógico escolar e não escolar, considerando planejamento, execução, gestão e avaliação de propostas pedagógicas;
• Participar na elaboração, realização e avaliação do projeto político-pedagógico, planejando, articulando e sintetizando as atividades de ensino, aprendizagem e administração;
• Coordenar espaços educativos alternativos, buscando serviços de parcerias e de apoio comunitário;
• Ser capaz de fazer uma gestão democrática na construção da cidadania escolar em uma sociedade em contínuo desenvolvimento;
• Construir estratégias para aprendizagem dos alunos, articulando escola - família – comunidade - sociedade;

• Ser capaz de transversalizar diferentes temáticas como a Educação de Jovens e Adultos, a Educação Especial, a Educação Indígena, a Educação Quilombola, a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação do Campo, na perspectiva da diversidade e do multiculturalismo;

• Decidir didáticas e metodologias orientadas por pressupostos epistemológicos coerentes;

• Intervir nas situações educativas com sensibilidade, acolhimento e afirmação responsável de sua autoridade;

• Desenvolver estratégias diversificadas de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados, desencadeamento de propostas de intervenções pedagógicas;

• Qualificar os professores para a utilização de recursos informáticos na escola, privilegiando a aprendizagem baseada na construção cooperativa de conhecimento.

• Saber refletir sobre as situações e relações interpessoais que ocorrem no contexto escolar com leituras necessárias a sua compreensão;

• Sistematizar e socializar a reflexão sobre a prática docente, investigando o contexto educativo, analisando e interpretando processos e resultados de pesquisas para o aprimoramento de sua prática profissional;

• Elaborar e desenvolver projetos pessoais de estudo, de trabalho e de pesquisa, empenhando-se em compartilhar suas práticas e produzir coletivamente.

- Compreender a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores

éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

.

7.2. Áreas de Atuação

O profissional pedagogo é habilitado para atuar nas áreas da docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos, nas áreas de apoio escolar e gestão de sistemas escolares e não escolares e implementação de projetos em sistemas formais e não formais de educação; atividades científico-tecnológicas do campo educacional.

8. MISSÃO DO CURSO

Formar professores da Educação Infantil, anos Iniciais do Ensino Fundamental e Ensino Médio na modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos com competência técnica e compromisso político-social, capazes de desafiar seus alunos para a construção crítica e interativa de uma sociedade mais justa para todos; capazes de atuarem democraticamente nas instituições educacionais e não educacionais, com flexibilidade às mudanças exigidas no mundo

contemporâneo e voltadas ao atendimento de segmentos desprivilegiados, normalmente excluídos das decisões da sociedade.

9. FORMAS DE ACESSO

O ingresso no curso de Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia da FACSU será realizado mediante processo seletivo da IES, ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) ou aproveitamento de estudos.

Por processo seletivo entende-se a admissão aos cursos de graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente, nos termos do disposto na legislação aplicável e no Regimento Geral Interno da IES, a saber:

- Exame Vestibular Geral: Trata-se de prova que abrange conhecimentos gerais e redação, em data especificada semestralmente em edital da FACSU, visando reunir grupos de candidatos que irão ser selecionados pela mesma prova.

- Vestibular Agendado: Trata-se de prova que pode ser agendada pelo aluno, em dias e horários pré-determinados pela Faculdade, visando preencher vagas ociosas dos cursos e/ou candidatos, quando for o caso.

- ENEM: A partir de Edital, a IES determina semestralmente as notas de corte de alunos que participaram do ENEM nos últimos 3 anos, para que possam concorrer a vagas nos cursos de graduação da IES.

Por aproveitamento de estudos entende-se a admissão por meio de:

- transferência de aluno de outra instituição de ensino superior: A FACSU poderá aceitar transferência de aluno procedente de cursos idênticos ou afins aos seus, mantidos por instituições nacionais de ensino

devidamente credenciadas nos termos da legislação vigente, ou por instituições idôneas de países estrangeiros;

- ingresso de portadores de diploma de curso superior que desejam obter novo título: Poderá ser aceita a matrícula de portadores de diploma de curso superior devidamente registrado para obtenção de novo título;
- complementação de estudo, para obtenção de nova habilitação, em um mesmo curso de graduação: O diplomado que desejar a obtenção de nova habilitação ou ênfase no mesmo curso em que se graduou, poderá requerer matrícula para complementação de estudos, verificada a existência e a oferta de vagas, definidas pelo Colegiado do Curso;
- ingresso de ex-alunos que abandonaram o curso ou trancaram sua matrícula, nos termos do Regimento Geral;
- transferência interna: Poderá requerer transferência de curso o aluno que esteja regularmente matriculado na FACSU. Esse requerimento deve ser deferido pelo Colegiado e Coordenação de Curso e deverá ser feito o mesmo procedimento de aproveitamento de estudos da transferência externa.

O detalhamento das formas de ingresso e critérios específicos para a admissão na FACSU integram o Regimento Geral Interno da IES.

As vagas para o processo seletivo são estabelecidas em edital e normatizadas pelo Conselho Superior da FACSU e devidamente homologadas pela Direção Geral.

A efetivação da matrícula é feita de acordo com a definição de currículo estabelecida pelo Colegiado do Curso, respeitada a disponibilidade de vagas autorizadas pelo MEC.

.

10. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

10.1 Estrutura Curricular

A organização curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia da FACSU é resultante, essencialmente, da reflexão sobre a missão da IES, do curso, da concepção, da visão, dos objetivos e do perfil do egresso, objetivando, a priori, contemplar ao que dispõem as Diretrizes Curriculares do MEC.

Trata-se de uma perspectiva que promove uma articulação do ensino das disciplinas teóricas e práticas, através de uma proposta pedagógica que privilegia o ensino participativo com enfoque nos alunos, o que possibilita a estes não só absorver o conhecimento teórico, como também viabilizar conexões para captar e compreender a nossa complexa realidade social e o amplo universo de informações que influenciam no processo de intervenção social.

O curso busca introduzir um tratamento interdisciplinar dos conceitos, através da integração das disciplinas, de forma que estudos realizados em um dado setor do conhecimento, desde logo, repercutem nos demais, formando um todo indivisível. Mediante um enfoque interdisciplinar, promovido em sua gênese a partir da Pesquisa e Práticas Pedagógicas e das Atividades Acadêmico-Científicas de Aprofundamento em Educação exigidas a cada semestre, é capaz de inserir a análise dos problemas socioeducacionais, políticos e econômicos, propiciando uma formação que respeita os fundamentos pedagógicos, técnicos, científicos e morais do conhecimento educacional e apropria as vantagens dos novos campos do saber do avanço científico e tecnológico em prol da sociedade.

Não obstante ser o Curso de Licenciatura em Pedagogia da FACSU um curso eminentemente prático, dada a realidade de intervenção na sociedade a partir da educação, é imprescindível para o egresso possuir uma sólida formação teórica, complementada por um profundo conhecimento da realidade em que se insere.

Assim, pode-se dizer que a proposta pedagógica do curso busca o necessário equilíbrio entre os conteúdos teóricos e práticos na formulação do seu currículo pleno. Neste sentido, promove a harmonia no teor das disciplinas teóricas de formação, de modo a desenvolver o senso crítico dos alunos, propiciando-lhes um ensino interdisciplinar voltado à realidade escolar e social, vinculando a prática à teoria, com um currículo mais flexível, com diferentes possibilidades de aprofundamento temático.

Nesse sentido, o embasamento científico-metodológico aplicado nesta estrutura curricular encontra-se aliado a um projeto pedagógico centrado no aluno como sujeito da aprendizagem, na promoção e transmissão de valores calcados nos princípios e valores éticos, filosóficos, políticos e sociais que regem a conduta humana, sempre apoiada no professor como mediador do processo ensino-aprendizagem.

10.1.1. Estrutura Curricular: Atendimento aos Requisitos Legais do MEC

Além dos aspectos ligados as expectativas profissionais e sociais condicionadas nas perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão, houve o cuidado em

atender plenamente ao que preconizam os Requisitos Legais e Normativos do MEC acerca das diretrizes de temas transversalizados demandados pelos documentos públicos como a Educação Ambiental, os Direitos Humanos e as Relações Étnico-Raciais.

Assim sendo, far-se-á o estabelecimento de temas transversais obrigatórios pela Legislação Educacional de maneira contínua ao currículo, a saber:

1) **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e N° 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP N° 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004.**

   A partir deste PPC, os docentes responsáveis pelas disciplinas do currículo e pela constituição dos respectivos planos de ensino serão os precursores do atendimento a essa legislação, a saber:

   a) Disciplina=> Leitura e Produção de Textos: Será indicado aos professores que se utilizem de textos para exercícios de leitura e interpretação que abordem os temas relacionados as relações étnico raciais, bem como a valorização e história da cultura afro-brasileira;
   b) Disciplina=> Sociologia da Educação: Estabelecida para enfocar os aspectos sociológicos acerca das relações humanas e da educação, a disciplina deverá abordar direta ou indiretamente as relações étnico-raciais no seio escolar.
   c) Disciplina=>Multiculturalismo, Diversidade e Relações Étnicas: A disciplina tem como base a história da cultura, as expectativas relacionadas à diversidade e a questão da tolerância no meio

educacional, bem como a história da África e das relações entre as diversas etnias.

Obs.* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

2) **Políticas de educação ambiental, conforme o disposto na Lei N° 9.795/1999, no Decreto N° 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012.**

Tendo como norte das ações acadêmicas e pedagógica este PPC, a estrutura curricular permitirá que os professores sejam orientados na constituição dos seus planos de ensino abordando as expectativas socioambientais, a saber:

a) Disciplina=> Educação Ambiental: A disciplina aborda essencialmente os aspectos acerca da educação ambiental e da formação da consciência ecológica.

Obs.* Além da possibilidade acima, a IES possui um Núcleo de Sustentabilidade e Responsabilidade Social (Vide PDI) que é responsável por propor ações sistemáticas de educação ambiental para a comunidade acadêmica e comunidade externa.

3) **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE N° 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE N° 1, de 30/05/2012.**

   a) Disciplina=> Leitura e Produção de Textos: os professores serão orientados a proporcionar aos alunos textos de leitura e temas de redação voltados ao debate acerca da defesa dos direitos humanos;
   b) Disciplina=>Multiculturalismo, Diversidade e Relações Étnicas: a disciplina discute conjuntamente com as questões relacionadas a diversidade, os aspectos acerca dos direitos humanos.

   Obs.* Além dos nortes acima, haverá o estímulo da IES e do curso na oferta de seminários de extensão e/ou ações sociais que permitam que se aborde o tema em sua plenitude prático-social.

10.1.2. Estrutura Curricular: Flexibilização Curricular

O processo de flexibilização curricular não pode ser entendido como uma mera possibilidade de escolha de disciplinas ou acréscimo de Atividades Teóricas-Práticas de Aprofundamento na estrutura curricular.

Desse modo, o Curso de Licenciatura em Pedagogia foi constituído de modo a implementar a flexibilização curricular através da Pesquisa e Prática Pedagógica, das atividades de extensão, da iniciação cientifica, das disciplinas optativas, da monitoria, da participação em projetos de extensão, participação

em seminários internos e a promoção de eventos locais e regionais voltados à educação e a conhecimentos diversos.

Assim, o curso de Pedagogia da FACSU está centrado em uma perspectiva integrada ao que prevê o seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, oportunizando ao aluno, além do que é previsto formalmente a partir do seu currículo, uma dimensão plena de todos os eventos e perspectivas constituídas na visão e no fazer acadêmico da IES.

10.1.3. Estrutura Curricular: Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Dimensionadas em termos de carga horária mínima e na sua concepção como atividades de livre escolha do aluno a partir de eventos das mais diversas áreas, incluindo a iniciação científica, a iniciação à docência, a extensão e a monitoria, entre outras, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento caracterizam-se por um conjunto de estudos independentes de livre escolha do aluno e objetivam desenvolver a autonomia no futuro profissional, bem como proporcionar um espaço curricular para a necessária transversalidade.

Dessa forma, os objetivos gerais dessas atividades são os de **flexibilizar e enriquecer o perfil dos alunos,** ampliando seus horizontes e contribuindo para fortalecer suas futuras competências como professores, além de permitir-lhes a possibilidade de aprofundamento temático e interdisciplinar.

Com o objetivo de proporcionar todos esses anseios formativos ao aluno desde o início da sua formação, nesta concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia, optou-se por constituir as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento na formalização de disciplinas/componentes curriculares semestrais. Dessa forma, em todos os semestres o aluno deverá buscar de maneira autônoma conhecimentos inter, multi e transversais integrados àqueles que apreende em sala de aula.

São diversas as opções para se constituir tais atividades, no entanto, elas devem ser constituídas e validadas conforme regimento próprio, disponível no site da IES e nos documentos institucionais (Vide normas das atividades teórico-práticas de aprofundamento nos anexos deste Projeto).

10.1.4. Estrutura Curricular: Conteúdos Optativos

Os conteúdos optativos foram constituídos neste projeto sob a nomenclatura de Disciplinas Optativas e são definidas como aqueles componentes curriculares que buscam complementar e enriquecer a formação do aluno.

Por meio das disciplinas optativas, o estudante tem a oportunidade de aumentar o espaço de flexibilidade e autonomia dentro da grade curricular de seu curso para diversificar o seu aprendizado pessoal e profissional. Pode, assim, desenvolver competências novas e que não fazem parte do currículo obrigatório de formação oferecido pelo curso.

Vale destacar que, progressivamente, este elenco de disciplinas optativas poderá ser ampliado, observando-se sempre as demandas da realidade da área educacional e as necessidades demandas pelo processo formativo real.

10.1.5. Estrutura Curricular: Prática Como Componente Curricular

Para que os acadêmicos do curso de Pedagogia possam ter uma visão mais ampla e consciente da importância dos conteúdos ministrados, serem inseridos naturalmente no processo de iniciação científica, conhecer a realidade educacional na qual irão se inserir e garantir o vínculo prático-teórico, bem como a inter-relação entre os conhecimentos e um melhor entendimento dos saberes que lhes são transmitidos cotidianamente, a cada semestre são desenvolvidos trabalhos interdisciplinares que visam a articulação entre as disciplinas cursadas, denominadas neste PPC como a disciplina **Pesquisa e Prática Pedagógica**.

Destaque-se que esses conteúdos curriculares se constituem como disciplinas inseridas a cada semestre propiciando ao aluno a necessária autonomia de aprendizado.

A disciplina se constitui em dois momentos: 60 horas/aula de aulas teóricas a partir de temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico, e 60 horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos.

Nos semestres em que se incluem os componentes curriculares em questão, os alunos desenvolvem sob a orientação dos professores diversos projetos de pesquisa e de inserção no meio escolar, tendo como produtos desta proposta o desenvolvimento e execução de projetos voltados para área educacional, a

produção de relatórios técnicos, a apresentação de projetos e a prática profissional, cujo objetivo principal é a aplicação prática dos conteúdos aprendidos em sala de aula e a inclusão dos acadêmicos no meio educacional desde o início do curso.

Ressalte-se que a Prática como componente curricular, denominada neste projeto como Pesquisa e Práticas Pedagógicas é normatizada por regimento e manual próprios, disponibilizados no site da IES e anexado aos documentos institucionais para consulta de toda a comunidade acadêmica (vide anexo).

10.1.6. Estrutura Curricular: O Estágio Supervisionado em Pedagogia

A relação entre estágio e a formação profissional de Pedagogia implica em abordar o processo de construção da profissão docente no movimento sócio-histórico educacional. O estágio para além dessa relação é uma das principais atividades acadêmicas juntamente às dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

Configura-se em um momento de aprendizagem político-pedagógico que proporciona a mediação entre as demandas do (a) acadêmico (a), das escolas e/ou espaços socioeducacionais e da própria IES.

Possibilita ainda, uma efetiva aproximação do (a) acadêmico (a) ao movimento da realidade escolar concreta. Essa aproximação se dá na apreensão e reflexão teórico-crítica da historicidade na relação entre totalidade particularidade-singularidade, desde que compreendido como processo de aprendizagem dos

estudantes e que, necessariamente, associe-se à realidade legitimando a construção do conhecimento como um processo social, coletivo e histórico.

O desenvolvimento dessas atividades propicia ao aluno condições de integrar todo o conhecimento que vem sendo adquirido ao longo do curso, além deter como objetivo, formar um profissional-professor capaz de observar, participar, problematizar e questionar a prática vivenciada, utilizando como parâmetros a aprendizagem nas diversas disciplinas e as inovações tecnológicas para a educação.

Essas atividades colocam o aluno frente a universos diferentes buscando o diagnóstico, planejamento, elaboração de planos de tratamento e execução de tratamentos, dentro do contexto sociocultural a que estão direcionadas.

Com isso, pretende-se criar um modelo formador professores que esteja integrado à nossa realidade escolares comprometido com suas efetivas práticas e missão.

Nesse mote, estagiário e orientadores deverão fazer parte da escola conveniada, inclusive participando da sua construção e avaliação a partir dos conselhos de classe que envolvem a escola, professores, alunos, família e sociedade.

O professor assim formado deve compreender que o desenvolvimento da educação é de sua responsabilidade. Desse modo o estágio não deve ser considerado somente uma mera perspectiva de inserção no mercado de trabalho, e sim uma representação da inserção do (a) acadêmico (a) no mundo do trabalho, como dimensão da formação profissional, potencializadora dos conteúdos, das diretrizes curriculares, como um eixo norteador da produção de conhecimentos.

Ao considerar essas premissas faz-se necessário destacar a opção teórico-metodológica norteadora da política de estágio expressa no projeto político-pedagógico de Pedagogia da FACSU, e que se configura nas ementas das disciplinas de estágio supervisionado, bem como na regulamentação dessa política na IES.

A estruturação do Estágio do Curso de Pedagogia fundamenta-se nas diretrizes do estágio estabelecidas pela IES, na Lei 11.788/2008 e nas Diretrizes para Curso de Graduação de Pedagogia:

- A prática do Estágio caracteriza-se em Obrigatório e não- Obrigatório, podendo ser instituídos estágios de observação no período anterior;
- Os campos de estágio serão aprovados pela Coordenação do Curso de Pedagogia e núcleo de estágio, oficializados por meio de convênios estabelecidos com as instituições cedentes, em especial a rede pública de ensino a partir das secretarias municipal e estadual;
- O Estágio terá duração de quatrocentas horas estabelecidas em quatro períodos letivos, conforme estabelecido na nova Legislação, mais especificamente a Resolução CNE-CP nº 02 de 01 de julho de 2015;
- A política de estágio deve realizar-se em articulação com a política de extensão e pesquisa da IES.

O estágio obrigatório, denominado na FACSU como Estágio Supervisionado, é uma exigência curricular obrigatória e considerada um processo a ser vivenciado pelo (a) acadêmico (a) de Pedagogia a partir do 5º semestre do curso, considerando o processo pedagógico de aprendizagem estabelecido no Regimento de Estágio Supervisionado do Curso de Graduação em Pedagogia, disponibilizado para consulta no site da IES, conforme a descrição sintética a seguir:

⇨ Estágio supervisionado I:

- Capacitação para o exercício docente com foco na Educação Infantil.

⇨ Estágio Supervisionado II

- Capacitação para o exercício docente com foco nas Séries Iniciais.

⇨ Estágio Supervisionado III

- Capacitação para o exercício docente com foco na Educação Especial e de Jovens e Adultos.

    ⇨ Estágio Supervisionado IV

        - Capacitação para o exercício docente nas atividades de Gestão Escolar.

Essas dimensões devem ser norteadoras da supervisão de estágio pautadas em instrumentais como: planejamento, elaboração de relatórios fundamentados em pesquisas, reuniões entre outros.

Deverão ser articuladas a supervisão acadêmica e profissional por meio de fóruns e seminários acerca da prática profissional, tendo em vista a articulação e organização dos campos de estágio por políticas sociais e realização de sua síntese.

10.1.6.1. Estágio Curricular Supervisionado: Relação com a Rede de Escolas da Educação Básica

Conforme já explicitado em capítulo anterior, o Estágio Curricular Supervisionado se estabeleceu neste PPC a partir do que apregoa a Resolução nº 02 de 1º de Junho de 2015 e da Lei 11.788 de 2008.

Nesta expectativa, conforme o regulamento do estágio curricular supervisionado anexado a este PPC, deve-se obrigatoriamente, após a autorização do curso, formalizar-se convênios com as Redes Pública e Privada de Educação Básica, prevendo:

a) Obrigatoriedade de explicitar nos termos de convênio a participação de professores e alunos do curso de pedagogia também nos Conselhos de Classe nos quais se envolvem alunos, professores e comunidade.
b) Obrigatoriedade de professor-orientador para todos os alunos que farão o estágio supervisionado, sendo este acompanhamento sistemático e não apenas pontual em encontros na IES. Ou seja, o professor-orientador, além de orientar um número de alunos que seja compatível com as normas de estágio para que se tenha qualidade (máximo de 08 alunos por professor orientador), este deverá acompanhar o estagiário também em suas práticas de campo.
c) Estagiários e Orientadores deverão vivenciar a realidade escolar participando dos conselhos de classe e de reuniões com os professores da escola conveniada. Ou seja, fazer parte da realidade em que se inserem para a prática de estágio.

Desse modo, o Estágio Curricular Supervisionado passa a se constituir não apenas como uma fase ou período de formação do professor, mas de uma oportunidade de devolver às escolas e à comunidade a participação social e histórica que o Ensino Superior tem a obrigação moral de se estabelecer.

10.1.6.2. Estágio Curricular Supervisionado: Relação entre Licenciandos, Docentes e Supervisores da Rede de Escolas da Educação Básica

Nas expectativas que estabelecem o Estágio Curricular Supervisionado, o curso deverá incentivar e prever o diálogo contínuo e parceria de trabalho entre os professores-orientadores da IES, os estagiários e os professores da escola conveniada.

Nesse viés, o papel do supervisor não se estabelece apenas em avaliar o licenciando em suas atividades de estágio, mas de participar de maneira efetiva na concepção do projeto de estágio e acompanha-lo na sua efetivação em cada uma das fases em que ele se constituirá (Educação Infantil, Séries Iniciais, EJA e Gestão Escolar).

Trata-se de uma perspectiva em que todos os envolvidos, ou seja, licenciandos, supervisores, orientadores e docentes da escola e da IES se unem em uma busca constante de melhorar a educação a partir de uma melhor formação de novos professores.

10.1.6.3. Estágio Curricular Supervisionado: Relação Teoria e Prática

O Estágio Curricular Supervisionado neste PPC tem como norte a indissociabilidade entre a teoria e a prática na formação de professores.

Assim, a constituição do estágio em seu regulamento prevê que o aluno deverá ter cursado ou estar cursando o nível da educação básica em que estiver estagiando. Neste caso, a título de exemplo, os fundamentos da educação infantil, a didática, a filosofia educacional, as teorias de ensino-aprendizagem, a psicologia etc. já devem ser de domínio do aluno para que ele possa se inserir na fase de estágio da Educação Infantil.

Para o acompanhamento dessa relação entre teoria e prática, os projetos de estágio que irão nortear as atividades desenvolvidas no estágio devem ser

fundamentados pelas teorias advindas do currículo do curso perfazendo reflexões críticas entre as atividades a serem desenvolvidas e as teorias educacionais.

Da mesma forma, o relato do estágio já constituído pelo licenciando, deverá prever que as análises das situações vivenciadas na escola sejam refletidas a partir de teorias educacionais e científicas e formalizadas numa produção acadêmica no formato de relatório de estágio curricular supervisionado construído ao final de cada fase/semestre estagiado.

10.1.7. TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é uma exigência curricular para a obtenção do Diploma de Licenciado em Pedagogia quando, no último ano do curso, o discente deverá produzir individualmente um trabalho monográfico ou artigo científico que, por sua vez, é a síntese de seu processo de formação profissional.

Por isso deve ser compreendido como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem, sendo um momento de expressão da sua totalidade.

É o trabalho no qual o discente sistematiza o conhecimento resultante das indagações geradas a partir da experiência de estágio, das Práticas Pedagógicas, da formação teórica, da iniciação científica, da extensão universitária, bem como da própria profissão docente.

Esse processo realiza-se dentro de padrões e exigências metodológicas e acadêmico-científicas, sintetizadas neste projeto a partir do seguinte:

- ⇨ Diretrizes Preliminares

  - A elaboração do TCC poderá ser realizada na forma de pesquisa individual acerca de qualquer temática da área educacional, desde que seja vinculada à Pedagogia;
  - O TCC será desenvolvido sob a orientação de um professor do Curso de Pedagogia;
  - Para gerenciar, implementar e dar acompanhamento ao processo de orientação, execução e defesa, será instituída uma Comissão de TCC, composta pelos docentes das disciplinas de Metodologia Científica e Pesquisa e Práticas Pedagógicas e um professor orientador, escolhido pelos pares.

Toda a constituição do TCC é regida pelo Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso, disponibilizado para Consulta no site da IES e nos anexos deste PPC.

10.2. Estrutura Curricular: Os Núcleos de Fundamentação do Curso de Pedagogia

Instituídos pelas Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagógica, em especial a Resolução CNE/CP nº 02 de 01 de Julho de 2015, os núcleos são grupos de conhecimentos instituídos pelo MEC com a finalidade de, salvas as particularidades regionais, direcionar os cursos de formação de professores e dar-lhes certa homogeneidade. Em face dessas perspectivas curriculares, a proposta curricular está paramentada numa concepção de formação de professores que prima pela articulação dos conteúdos e disciplinas, bem como pela estruturação dos núcleos de fundamentação que têm como norte:

I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais;
II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino; e
III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular.

10.3 Estrutura Curricular: Matriz do Curso de Licenciatura em Pedagogia

**** A disciplina se constitui em dois momentos: 60 horas/aula de aulas teóricas a partir de temas contemporâneos em educação que proporcionam reflexão acerca da própria prática docente, tudo previamente definido no Projeto Pedagógico, e 60 horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Desse modo, em sua totalidade, trata-se de 420 horas/aula de aulas teóricas e 420 horas/aula de Prática como Componente Curricular.***

10.3.1. Conteúdos Curriculares do Curso de Licenciatura em Pedagogia

1º SEMESTRE

1 SEMESTRE

Disciplina	CH
Filosofia da Educação	60
Leitura e Produção de textos	60
Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico	60
História da Educação	60
Informáticas e Tecnologias Educacionais	60
Pesquisa e Prática Pedagógica- I	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento I	20

2º Semestre

Disciplina	CH
Psicologia da Educação	60
Sociologia e Antropologia da Educação	60
Didática Geral	60
Estrutura e Funcionamento da Educação	60
Educação Ambiental	60
Pesquisa e Prática Pedagógica II	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento II	20

3º Semestre

Disciplina	CH

Teoria do Currículo	60
Multiculturalismo e Diversidade étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional	60
Política e Direito Educacional	60
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos	60
Matemática: Conteúdos e Métodos	60
Pesquisa e Prática Pedagógica III	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento III	20

4º Semestre

Disciplina	CH
Alfabetização e Letramento: Métodos e Perspectivas	60
Ludicidade, Jogos e Recreação	60
Avaliação da Educação e da Aprendizagem	60
Educação Inclusiva	60
Fundamentos da Educação Infantil	60
Pesquisa e Prática Pedagógica IV	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento IV	20

5º Semestre

Disciplina	CH
Educação e Saúde	60
Estágio I	60
Ciências: Conteúdos e Métodos	60
Fundamentos e Metodologias das Atividades Culturais e Artísticas	60

Fundamentos das Séries Iniciais	60
Pesquisa e Prática Pedagógica V	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento V	20

6º Semestre

Disciplina	CH
Educação de Jovens e Adultos: Métodos e Fundamentos	60
Psicomotricidade	60
História: Conteúdos e Métodos	60
Geografia: Conteúdos e Métodos	60
Estágio Supervisionado II	150
Pesquisa e Prática Pedagógica VI	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VI	20

7º Semestre

Disciplina	CH
Fundamentos da Gestão Escolar	60
Optativa I	60
Pedagogia em ambientes não escolares	60
Estágio Supervisionado III	150
Trabalho de Conclusão de Curso I- TCC I	60
Pesquisa e Prática Pedagógica VII	60
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VII	20

8º Semestre

Disciplina	CH
Libras- Língua Brasileira de Sinais	60
Educação Indígena e no Campo	60
Optativa II	60
Fundamentos de Psicopedagogia	60
Trabalho de Conclusão de Curso II- TCC II	60
Estágio Supervisionado IV	100
Atividades Teórico- Práticas de Aprofundamento VIII	20

DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina	CH
Subjetividade, Cultura e Educação	60
Sexualidade e Educação	60
Direitos Humanos	60
Tópicos Especiais em Pedagogia I	60
Tópicos Especiais em Pedagogia II	60

BLBIOGRAFIAS

1 SEMESTRE

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

D'ÂNGELO, Martha. Infância e modernidade: Ensaios de filosofia e educação. São Paulo: Ideias & Letras, 2013.

RODRIGUES, Neidson. Filosofia para não Filósofos. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES JR., Arlindo Ferreira. Filosofia Moral Contemporânea. São Paulo: Ideias & Letras, 2012.

SUCHODOLSKI, Bogdan. A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas. São Paulo: Centauro, 2004.

GHIRALDELLI JÚNIOR, PAULO. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO. SÃO PAULO: ÁTICA, 2006.

GHIRALDELLI Júnior, Paulo. O Corpo: Filosofia e Educação. São Paulo: Ática, 2007.

VASCONCELOS, José Antônio. Fundamentos Filosóficos da Educação. 2ª ed.. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Bibliografia Complementar:

NOGUEIRA JÚNIOR, Renato. Aprendendo a ensino: Uma introdução aos fundamentos filosóficos da Educação. Curitiba: Intersaberes, 2013.

NODARI, César Paulo & CESCON, Everaldo. Temas de Filosofia da Educação. Caxias do Sul, Rs: Educs, 2009.

KOHAN, Omar Walter. Filosofia: O paradoxo de aprender e ensinar. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
ANTONIO, José Carlos. (Org.) Filosofia da Educação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.
PERISSÉ, Gabriel. Introdução à Filosofia da Educação. Belo Horizonte: Autência Editora, 2008.

LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

Bibliografia Básica:

ULBRA. Comunicação e Expressão. Curitiba: Ibpex, 2008.
VÁRIOS, Autores. A Pontuação e a Ordem dos Elementos na Frase. São Paulo: Freitas Bastos, 2009.
LUFT, Celso Pedro. Decifrando a Crase. São Paulo: Globo, 2005.

NOLL, Volker. O Português Brasileiro. São Paulo: Globo, 2008. (

TERSARIOL, Apheu. Manual Prático de Redação, Gramática e Literatura. São Paulo: PAE, 2016. (1

ALMEIDA, Rita de Cássia Santos. Práticas de Leitura e Produção de Textos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

GERALDI, Wanderley João (org.). O texto na sala de aula. São Paulo, Ática, 2006.

FAULSTICH, EnildeL. De J. Como ler, entender e redigir um texto. 27ª ed. Petrópolis, RJ: Vizes, 2014.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, T. M; PAVIANE, N. M. S.; FONTANA, M. N. Gêneros de Texto: Subsídios para ensino em diferentes disciplinas. Caxias do Sul, Rs: Educs, 2012.
FERREIRA, Luiz Antonio. Leitura e Persuasão princípios de análise de retórica. São Paulo: CONTEXTO, 2010.
GUIMARÃES, Elisa. A Articulação do Texto. 10 ed. São Paulo: Ática, 2006.
FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Para Entender o Texto: leitura e redação. São Paulo, Ática: 2007.
_____. Lições de Texto: leitura e redação. 5ª edição. São Paulo: Ática: 2006.
TERRA, Ernani. Linguagem, Língua e Fala. São Paulo: Scipione, 2004.

METODOLOGIA DA PESQUISA E DO TRABALHO CIENTÍFICO

Bibliografia Básica:

IBIAPINA, Ivana Maria Lopes de Melo (org). Pesquisa em Educação: Múltiplos Olhares. Brasília: Liber, 2007.

BASTOS, Lilian Cabral; SANTOS, William Soares dos. A Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Rio de Janeiro: Faperj, 2013

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2016.

MARTINS, Vanderley. METODOLOGIA CIENTÍFICA - FUNDAMENTOS, MÉTODOS E TÉCNICAS. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016.
PEROVANO, Dalton Gean. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. Curitiba: Intersaberes, 2016.
Cervo, Amado Luis; Bervian, Pedro Alcino; Silva, Roberto da. Metodologia da Pesquisa Científica. 6ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

Bibliografia Complementar:

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; Lehfeld, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de Metodologia Científica. 3ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CASTRO, Claudio de Moura. Como Redigir e Apresentar um Trabalho Científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

BARROS, José D. As hipóteses nas ciências humanas. Petrópolis, Rj: Vozes, 2017.

CARVALHO, Márcia Alves Faleiro de; SANTOS, Selma Cristina. Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Petrópolis, Rj: Vozes, 2015.

DEMO, Pedro. Metodologia da investigação em educação. Curitiba: Intersaberes, 2013.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

VALDEMARIN, Vera Teresa. História dos métodos e materiais de ensino: a escola nova e seus modos de uso. São Paulo: Cortez, 2010.

GHIRALDELLI JR., Paulo. História da Educação Brasileira - 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2015

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas Históricas da Educação. São Paulo: Ática, 2009.

TERRA, Márcia de Lima Elias (Org.). História da Educação. Pearson Education do Brasil, 2014.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

Bibliografia Complementar:

PILETTI, Claúdio; PILETTI, Nelson. História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2012.

JÉLVEZ, Julio Alejandro Quezada. História da educação. Curitiba: Intersaberes: 2012.

STENPHANOU, Maria; BASTOS, M. H. Camara. História e Memórias da Educação no Brasil. Vol I. 6ª ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. História e Memórias da Educação no Brasil. Vol II. 5ª ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

_____. História e Memórias da Educação no Brasil. Vol III. 4ª ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.

INFORMÁTICAS E TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS

Bibliografia Básica:

ULBRA. Informática Aplicada. Curitiba: Ibpex, 2008.

ERCÍLIA, Maria; GRAEFF, Antonio. A internet. São Paulo: PubliFolha, 2008.

MIYAGUSKU, Renata. Informática para Concursos. São Paulo: Universo dos Livros, 2009.

BRITO, Glaucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. Educação e Novas Tecnologias: Um repensar. Curitiba: Intersaberes, 2012.

KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: O novo ritmo da informação. Campinas, SP: Papirus, 2015.

CARVALHO, Fábio Câmara Araújo de; IVANOFF, Gregorio Bittar. Tecnologias que Educam: ensinar e aprender com as tecnologias de informação e comunicação. São Paulo: Pearson Prentice, 2010.

Bibliografia Complementar:

MUNHOZ, Anotonio Siemsen. Objetos de aprendizagem. Curitiba: Intersaberes, 2013.

RIBEIRO, Ana Elisa; COSCARELLI, Carla Viana (Orgs). Letramento digital - Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. 3ª ed. Belo Horizonte: Ceale; Autêntica Editora, 2014.

MORAN, José Manuel. Novas tecnologias e mediação pedagógica. Campinas, SP: Papirus, 2013.

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. Introdução à Informática. 8ª ed. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2004.

BELMIRO, João N. Informática Aplicada. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA- I

Bibliografia Básica:

ZANCHET, Beatriz Maria Boéssio Atrib. Processos e Práticas na Formação de Professores: Caminhos Possíveis. Brasília: Liber, 2011.

SILVA, Marilda da. Metáforas e Entrelinhas da Profissão Docente. São Paulo: Thomson, 2004.

FURLANI, Lúcia M. Teixeira. Autoridade do Professor: Meta, Mito ou Nada Disso? Vol. 45 - Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2012.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FINCK, Silvia Christina Madrid (Org.). Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MICOTTI, Maria Cecilia de Oliveira. Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.

LÜDKE, Menga (coord.). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2015.

FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores - Teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. Ensino fundamental 1 - Práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2015.

2º SEMESTRE

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

MARTI, Rosa. Contribuição ao Estudo da Depressão. São Paulo: Nacional, 1989. (12 EXEMPLARES)

CHOME, Julian; FERTLEMAN, Caroline. Crianças Inteligentes. São Paulo: Coquetel, 2014.

MATTOS, Maria Beatriz da Silva. Orientação Vocacional. São Paulo: Pillares, 2008.

ROSA, José Tolentino; MOTTA, Ivonise Fernandes da.. Violência e Sofrimento de crianças e adolescentes na perspectiva Winnicottiana. São Paulo: Ideias & Letras, 2008.

LURIA, LEONTIEV, VIGOTSKY [et al]. Psicologia e Pedagogia. São Paulo: Centauro, 2007.

MOREIRA, Marco Antonio. Aprendizagem Significativa. São Paulo: Centauro, 2006. (10 EXEMPLARES)

COELHO, Wilson Ferreira. Psicologia da Educação. Pearson Education do Brasil, 2014.

JOSÉ, Elisabete da Assunção; COELHO, Maria Teresa. Problemas de Aprendizagem. 12ª ed. São Paulo, Ática, 2009.

HOUDÉ, Olivier. Dez Lições de Psicologia e Pedagogia: uma contestação das ideias de Piaget. São Paulo, Ática, 2009.

Bibliografia Complementar:

PALANGANA, Isilda Campaner. Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vigotski: A relevância do Social. 6ª ed. São Paulo: Sumus, 2015.

BARROS, Célia Silva Guimarães. Pontos da Psicologia Escolar. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

_____. Pontos de Psicologia do Desenvolvimento. 12ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

MACHADO, Adriana Marcondes; FERNANDES, Ângela Maria Dias; ROCHA, Marisa Lopes da (org.). Novos Possíveis no Encontro da Psicologia com a Educação. São Paulo: A Casa do Psicólogo, 2006.

GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves; AZZI, Roberta Gurgel. Psicologia e educação. São Paulo: A casa do psicólogo, 2011.

SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

FREIRE, Paulo. Conscientização. São Paulo: Cortez, 2016.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. Falas de História de Circunstância de Educação. São Paulo: Pancast, 1996.

VÁRIOS, Autores. Escola, Corpo e Cotidiano Escolar. São Paulo: Cortez, 2010.
NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. Bourdieu & a Educação. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
PILETTI, Nelson; Praxedes, Walter. Sociologia da Educação: do positivismo aos estudos culturais. São Paulo: Ática, 2010.
STIPPE, Claudia. Aspectos Socioantropológicos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

Bibliografia Complementar:

SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à sociologia da educação. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
HERZFELD, Michael. Antropologia - Prática teórica na cultura e na sociedade. Petropolis, RJ: Vozes, 2014.
MICHALISZYN, Mario Sergio. Fundamentos Socioantropológicos da Educação. Curitiba: InterSaberes, 2012.
AYALA, Marcos; AYALA, Maria Ignez Novais. Cultura Popular no Brasil. 3ª ed. São Paulo, Ática, 2012.
WATSON, Rod; Gastaldo, Édison. Etnomedologia e Analise da Conversa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

DIDÁTICA GERAL

Bibliografia Básica:

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. Pesquisa e Prática Profissional: a aula. Curitiba: Ibpex, 2007.

GRUPO CULTURAL. Metodologias de Aprendizagem. São Paulo: Grupo Cultural, 2012.

RAMALHO, Betania Leite [et al]. Formação para a docência profissional: saberes e práticas pedagógicas. Brasília: Liber, 2014.

ALVES, Silvane Rodrigues Leite. História e cotidiano na formação docente: Desafios da prática pedagógica. Curitiba: Ibpex, 2011.

MEDINA, Sônia Grácia Pucci. Incongruências: Uma nova forma de Ensinar no Século XXI. São Paulo: Horizonte, 2007.

PILETTI, Claudino. Didática Geral. 24ªed**.** São Paulo, Ática, 2010.
HAYDT, Regina Célia Cazaux. Didática Geral. São Paulo, Ática: 2006.
ALBUQUERQUE, Eliana Borges Correia de; LEAL, Telma Ferraz. Alfabetização de jovens e adultos - Em uma perspectiva de letramento. 3ª Edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.

Bibliografia Complementar:

FONTANA, Roseli A. Cação. Como nos tornamos professoras?. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
MICOTTI, Maria Cecilia de Oliveira. ALFABETIZAÇÃO: PROPOSTAS E PRÁTICAS PEDAGOGICAS. São Paulo: Contexto, 2012.
BUDEL, Gislaine Coimbra e MEIER, Marcos. Mediação da aprendizagem na educação especial. Curitiba: Intersaberes, 2012.
FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores - Teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Dificuldades de Aprendizagem um olhar psicopedagógico. Curitiba:Intersaberes, 2012.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO

Bibliografia Básica:

CERVI, Rejane de Medeiros. Padrão Estrutural do Sistema do Ensino do Brasil. Curitiba: Ibpex, 2005.

DAVIES, Nicholas. Legislação Educacional Federal Básica. São Paulo: Cortez, 2010.

BERTUSSI, Guadalupe Teresinha; OURIQUES, Nildo. Anuário Educativo Brasileiro: Visão Retrospectiva. São Paulo: Cortez, 2011.

CORDEIRO, Luciana Peixoto; MAIA, Christiane Martinatti. Didática organização do trabalho pedagógico. Curitiba: Intersaberes, 2017.

OLIVEIRA, Maria Rita N.S.; PACHECO, José Augusto (orgs.). Currículo didática e formação de professores. Campinas, SP: Papirus, 2015.

LÜCK, Heloísa.

LIMA, Michelle Fernandes, PINHEIRO, Luciana Ribeiro e ZANLORENZI, Claudia Maria Petchark. A Função do Currículo no Contexto Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012.

Bibliografia Complementar:

Oliveira, Maria Auxiliadora Monteiro. Políticas públicas para o ensino profissional: O processo de desmantelamento dos Cefets. Campinas, SP: Papirus, 2015.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas Transversais: como utilizá-los na prática educativa?. Curitiba: Intersaberes, 2015.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de e CAMOZZATO, Viviane Castro (Org.s). Educação, escola e cultura contemporânea: perspectivas investigativas. Curitiba, Intersaberes, 2017.

MOREIRA, Antonio Flavio. Currículos e Programas no Brasil - 18ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1990.

PILETTI, Claudino. Didática Geral . 24ª edição. São Paulo: Ática, 2010.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bibliografia Básica:

KLABIN, Israel. A Urgência do Presente - Biografia da Crise Ambiental. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

ANDRÉS, Maurício. Ecologizando a Cidade e o Planeta. São Paulo: C/Arte, 2008.

ENCINAS, Cristiane Gantus. Possibilidades de Futuro. São Paulo: Tecmedd, 2004.

AL GORE. Nossa Escolha - Um Plano para Solucionar a Crise Climática. São Paulo: Amarilys, 2009.

BONETO, Cristiane. O Grande Livro de Projetos Escolares: Livro de Sustentabilidade. São Paulo: Online, 2013.

DOURADO, Juscelino e BELIZÁRIO, Fernanda. Reflexão e práticas em Educação Ambiental: discutindo o consumo e a geração de resíduos. São Paulo, Oficina de textos, 2012.

OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de; et all. Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade. Caixas do Sul: Educs, 2017.

Luzzi, Daniel. Educação e meio ambiente: uma relação intrínseca. Barueri, SP: Manole, 2012.

Bibliografia Complementar:

MANSOLDO, Ana. Educação ambiental na perspectiva da ecologia integral - Como educar neste mundo em desequilíbrio?.1º Edição

Lima, Gustavo Ferreira da Costa. Educação ambiental no Brasil: Formação, identidades e desafios. Campinas, SP: Papirus, 2012.

PAULA, Déborah Helenise Lemes de e PAULA, Rubian Mara de. Currículo na escola e currículo da escola: reflexões e proposições. Curitiba: Intersaberes, 2016.

Nodari, Paulo César et all. Educação, Meio Ambiente e Cultura de Paz. Caxias do Sul, RS: Educs, 2018.

JR, Arlindo Philippi e PELICIONI, Maria Cecília Focesi (orgs.). 2ª ed. Barueri, SP: Manole, 2018.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA II

Bibliografia Básica:

SILVA, Ezequiel Theodoro Da. O Professor E O Combate à Alienação Imposta. São Paulo: Cortez, 2011.

Cortelazzo, Iolanda Bueno Camargo de. Pesquisa e Prática Profissional: Relação Escola Comunidade. Curitiba: IBPEX, 2007.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo; ROMANOWSKI, Joana Paulin. Pesquisa e Prática Profissional: Contexto Escolar. Curitiba: Ibpex, 2007.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FINCK, Silvia Christina Madrid (Org.). Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MICOTTI, Maria Cecilia de Oliveira. Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
LÜDKE, Menga (coord.). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2015.
FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores - Teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. Ensino fundamental 1 - Práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2015.

3º SEMESTRE

TEORIAS DO CURRÍCULO

Bibliografia Básica

GRUPO CULTURA. Guia de Ação Docente. São Paulo: Grupo Cultural, 2015.
SILVA, Mônica Ribeiro da. Currículo e competências: a formação administrada. São Paulo: Cortez, 2008.
ROVAI, Esmeria. Competência e Competências - Contribuição Crítica ao Debate. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, Michelle Fernandes, PINHEIRO, Luciana Ribeiro e ZANLORENZI, Claudia Maria Petchark. A Função do Currículo no Contexto Escolar. Curitiba: Intersaberes, 2012.

TADEU, Tomaz. Documentos de identidade - Uma Introdução às teorias do currículo. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

Bibliografia Complementar

FARIA, Vitória Libia Barreto de; DIAS, Fátima Regina Teixeira de Salles. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. São Paulo: Scipione, 2012.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8ª edição. São Paulo: Ática, 2009.

CERVI, Rejane de Medeiros. Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas Transversais: como utilizá-los na prática educativa?. Curitiba: Intersaberes, 2013.

MULTICULTURALISMO E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL, DE GÊNERO, SEXUAL, RELIGIOSA E DE FAIXA GERACIONAL

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, Paulo de Salles. Vidas Compartilhadas - Cultura e Relações Intergeracionais na Vida Cotidiana. São Paulo: Cortez, 2011.

VÁRIOS, Autores. Educação para a terceira idade. São Paulo: Loyola, 2012.

DIAS, Maria Berenice. Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo 2ª Ed. São Paulo: RT, 2014.
MOTA, Carlos Guilherme. Educação, Contraideologia e Cultura. São Paulo: Globo, 2011.
MARINHO, Genilson. Educar em Direitos Humanos e Formar para Cidadania no Ensino Fundamental. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETO, Cristiane. O Grande Livro de Projetos Escolares: O Livro de Africanidades. São Paulo: Online, 2012.
FURLANI, Jimena. Educação sexual na sala de aula - Relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
CANDAU, Vera Maria; MOREIRA, Antônio Flávio. Multiculturalismo - Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FREITAS, Fátima e Silva de. A Diversidade Cultural como Prática na Educação. Curitiba: Intersaberes, 2012.
LOEWE, Daniel. Multiculturalismo e direitos culturais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2011.

Bibliografia Complementar:

Gomes, Nilma Lino; Abramowicz, Anete. Educação e raça - Perspectivas políticas, pedagógicas e estéticas. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
AMARAL, Felipe Bueno. Fundamentos em ciências sociais. Curitiba: Intersaberes: 2017.
GARCIA, José Carlos. Problemáticas da Identidade Sexual. 3ª edição. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
STREY, Marlene Neves e CÚNICO, Sabrina Daiana. (Orgs). Teorias de gênero: feminismos e transgressão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

PRETTO, Valdir. Exclusão social e questões de gênero. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

POLÍTICA E DIREITO EDUCACIONAL

Bibliografia Básica:

DAVIES, Nicholas. Legislação Educacional Federal Básica. São Paulo: Cortez, 2010.

GHISOLFI, Juliana do Couto. Políticas de Educação Superior Norte-Americanas - Questões da Nossa Época. São Paulo: Cortez, 2004.

PAULA, Maria de Fática Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández. Reformas E Democratização Da Educação Superior No Brasil E Na América Latina. São Paulo: Ideias & Letras, 2011.

DEMO, Pedro. Plano Nacional de Educação: Uma visão crítica

HEIN, Ana Catarina Angeloni. (org) Organização e Legislação da Educação. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

SOARES, Kátia Cristina Dambiski; SOARES, Marcos Aurélio Silva. Sistemas de ensino: legislação e política educacional para a educação básica. Curitiba: Intersaberes, 2017.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da Silva (org.). Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?. Campinas, SP: Papirus, 2016.

Bibliografia Complementar:

ARROYO, MIGUEL G.; ABRAMOWICZ, Anete (orgs.). A Reconfiguração da Escola: entre a negação e a afirmação de direitos. Campinas, SP: papiros, 2016.

PRETTO, Nelson de Luca. Escritos sobre educação, comunicação e cultura.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). Dicionário de Datas da História do Brasil. São Paulo: Contexto, 2007.
DEMO, Pedro. A nova LDB: ranços e avanços. 23ª edição. Campinas, SP: Papirus, 2007.
MORAN, José Manuel. A educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá. Campinas, SP: Papirus, 2013.

LÍNGUA PORTUGUESA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Bibliografia Básica:

RAPAPORT, Ruth. Comunicação e Tecnologia no Ensino de Linguas - Vol 08 Col. Metodologia do Ensino. Curitiba: Ibpex, 2008.
PIETRI, Émerson de. Práticas de leitura e elementos para a atuação docente. São Paulo: Lucerna, 2007.
BAJARD, Elie. Caminhos da Escrita - Espaços de Aprendizagem. São Paulo: Cortez, 2014.

CUNHA, Edanne Madza de Almeida. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização. Curitiba: Ibpex, 2005.

BROUSSEAU, Guy. Introdução ao Estudo da Teoria das Situações Didáticas: conteúdos e métodos de ensino. São Paulo: Ática, 2018.
TIEPOLO, Elisiani Vitória. Falar, ler e escrever na escola. Curitiba: Intersaberes, 2014.
LEAL, Telma Ferraz; Suassuna, Lívia. Ensino de Língua Portuguesa na Educação Básica - 1ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

Bibliografia Complementar:

ILARI, Rodolfo. Introdução ao Estudo do Léxico: brincando com as palavras. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 2010.

NEVES, Maria Helena de Moura. Que Gramática Estudar na Escola?: norma e uso da língua portuguesa. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. Escrita e Alfabetização. 9ª Edição. São Paulo: Contexto, 2015.

JUNIOR, Celso Ferrarezi. ESTUDO DOS VERBOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA. São Paulo: Contexto, 2014.

MATEMÁTICA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Bibliografia Básica:

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani. Educação Matemática. São Paulo: Centauro, 2005.

KLUTH, Verilda Speridião. Filosofia da Educação Matemática: Debates e Influências. São Paulo: Centauro, 2009.

MENEGHETTI, Renata Cristina Geromel. Educação Matemática: Vivências Refletidas. São Paulo: Centauro, 2006.

ROLKOUSKI, Emerson. Tecnologias no Ensino de Matemática. Curitiba: Intersaberes, 2013.

ALMEIDA, Lourdes Werle; PESSOA, Karina. Modelagem Matemática Na Educação Básica. Contexto: São Paulo, 2012.

Reis, Sílvia Marina Guedes. A matemática no cotidiano infantil: Jogos e atividades com crianças de 3 a 6 anos para o desenvolvimento do raciocínio lógico-matemática. Papirus: Campinas, 2016.

Bibliografia Complementar:

Nacarato, Adair Mendes; Paiva, Maria Auxiliadora Vilela. Formação do Professor no Ensino da Matemática. Autêntica: Belo Horizonte, 2013.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Maziozeki de. Matemática. Intersaberes: Curitiba, 2013.

Goes, Heliza Colaço e GÓES, Anderson Roges Teixeira. Modelagem matemática: teoria, pesquisas e práticas pedagógicas. Intersabares: Curitiba, 2016.

NOGUEIRA, Makeliny Oliveira Gomes; LEAL, Daniela. Dificuldades de Aprendizagem um olhar psicopedagógico. Curitiba:Intersaberes, 2012.

Pais, Luiz Carlos. Ensinar e aprender matemática. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA III

Bibliografia Básica:

VÁRIOS, Autores. Comunidades de Aprendizagem e de Prática em Metaverso. São Paulo: Cortez, 2012.

DELL'AIRA, Alessandro. Longo Estudo, Grande Amor. São Paulo: Annablume, 2011.

VASSALO, Márcio. Mães - O que Elas Tem a Dizer Sobre Educação. São Paulo: Guarda Chuva, 2007.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FINCK, Silvia Christina Madrid (Org.). Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MICOTTI, Maria Cecilia de Oliveira. Alfabetização: propostas e práticas

pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
LÜDKE, Menga (coord.). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2015.
FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores - Teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. Ensino fundamental 1 - Práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2015.

4º SEMESTRE

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: MÉTODOS E PERSPECTIVAS

Bibliografia Básica:

FERRARO, Alceu Ravanello. História Inacabada do Analfabetismo no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

CUNHA, Edanne Madza de Almeida. Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Alfabetização. Curitiba: Ibpex, 2005. CORRÊA, Letícia Maria Sicuro. Aquisição da Linguagem e Problemas do Desenvolvimento Linguístico. São Paulo: Loyola, 2006.

Castanheira, Maria Lúcia; Maciel, Francisca Izabel Pereira; Martins, Raquel Márcia Fontes. Alfabetização e letramento na sala de aula. Autêntica: Belo Horizonte, 2012.

Loureiro, Stefânie Arca Garrido. Alfabetização - Uma perspectiva humanista e progressista. Autêntica: Belo Horizonte, 2013.

Soares, Magda. Alfabetização e Letramento. Contexto: São Paulo, 2017.

Bibliografia Complementar:

Soares, Magda. Linguagem e Escola: uma perspectiva social. Contexto: São Paulo, 2016.

_____. Letramento - Um tema em três gênero. Autêntica: Belo Horizonte, 2014.

Ribeiro, Ana Elisa; Coscarelli, Carla Viana. Letramento digital - Aspectos sociais e possibilidades pedagógicas. Autêntica: Belo Horizonte, 2016.

Paiva, Ana Paula Mathias de. Professor Criador. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Val, Maria da Graça Costa. Alfabetização e língua portuguesa - Livros didáticos e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

LUDICIDADE, JOGOS E RECREAÇÃO

Bibliografia Básica:

LINHALES, Meily Assbu. A Escola e o Esporte - Uma História de Práticas Culturais. São Paulo: Cortez, 2009.

RANGEL, Vera Lígia. A Hora da Brincadeira. São Paulo: Nova Cultura,2013.

ALMEIDA, Telma Teixeira de Oliveira. Jogos e brincadeiras no ensino infantil e fundamental. Coleção Oficinas – Aprender Fazendo. São Paulo: Cortez, 2013.

Miranda, Simão de. Oficina de ludicidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2016.

Rau, Maria Cristina Trois Dornelis. A Ludicidade na Educação: uma atitude pedagógica. Intersaberes: Curitiba, 2012.
Duprat, Maria Carolina. Ludicidade na Educação Infantil. São Paulo:Pearson Education Brasil, 2014.

Bibliografia Complementar:

Jucá, Dalila. Falando Sério: 100 brincadeiras. São Paulo: Autêntica, 2012.
SILVA, Katia Cilene da e OLIVEIRA, Aniê Coutinho de. Ludicidade e psicomotricidade. Intersaberes: Curitiba, 2017.
Ferlin, Ana Maria e Gomes, Daisy. 90 ideais de jogos e atividades para a sala de aula. 4ª ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 2011.
MAIA, Christiane Martinatti. Intersaberes: Curitiba, 2017.
Wittizorecki, Elisandro Schultz; Damico, José Geraldo Soares; Schaff, Ismael Antônio Bacellar. Jogos, Recreação e Lazer. Intersaberes: Curitiba, 2012.

PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO E DA APRENDIZAGEM

Bibliografia Básica:

CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e Avaliação Educacional. Curitiba: Ibpex, 2008. ESTEBAN, Maria Teresa. Escola, currículo e avaliação. São Paulo: Cortez, 2003.
SANTOS, Gisele do Rocio Mugnol. Orientação e Supervisão Escolar - Caminhos e perspectivas. Curitiba: Ibpex, 2008.
CERVI, Rejane de Medeiros. Planejamento e Avaliação Educacional. Intersabres: Curitiba, 2017.
Villas Boas, Benigna Maria de Freitas. Projeto de Intervenção na Escola: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas, SP: Paipirus, 2010.

Both, Ivo José. Avaliação planejada, aprendizagem consentida: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 2.ed. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Bibliografia Complementar:

GADOTTI, Moacir. Pensamento Pedagógico Brasileiro. 8ª edição. São Paulo: Ática, 2009.

CERVI, Rejane de Medeiros. Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil. Curitiba: Intersaberes, 2013.

BARBOSA, Laura Monte Serrat. Temas Transversais: como utilizá-los na prática educativa?. Curitiba: Intersaberes, 2013.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag e PINTO, Maria Lúcia Accioly Teixeira. Gestão da instituição de ensino e ação docente. Intersaberes: Curitiba, 2013.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Bibliografia Básica:

FERNANDES, Sueli. Metodologia da Educação Especial. Curitiba: Ibpex, 2012. (12 EXEMPLARES)

MAZZOTA, Marcos J. S. Educação especial no Brasil - história e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2011.

Leonardo, Nilza Sanches Tessaro. Inclusão Escolar: concepção de professores e alunos da educação regular especial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Freller, Cintia Copit; Ferrari, Marian Ávila de Lima e Dias; Sekkel, Marie Claire (orgs.). Educação inclusiva: percursos na educação infantil: laboratório de estudos sobre o preconceito LaEP. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

Mosquera, Juan José Mouriño e Stobäus, Claus Dieter. Educação e inclusão: Perspectivas desafiadoras. Porto Alegre: EDUPUCRS: 2013.

Bibliografia Complementar:

LEAL, Daniela (Org.). História, memória e práticas em educação inclusiva. Curitiba: Intersaberes, 2017.

Organizadora Josilda Maria Belther. Educação Especial. São Paulo: Pearson Education Brasil,2017.

Diniz, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência eou necessidades específicas - Avanços e desafios. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

ZILIOTTO, Gisele Sotta. Educação especial na perspectiva inclusiva fundamentos psicológicos e biológicos. Curitiba: Intersaberes: 2015.

Lunardi, Anna Maria Padilha e Oliveira, Ivone Martins de (orgs.). Campinas, SP: Papirus, 2014.

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Bibliografia Básica:

ROSENAU, Luciana dos Santos. Diagnósticos do fazer docente na educação infantil. Curitiba: Ibpex, 2012.

NAVARRO, Adriana de Almeida (org). Educação Infantil: Projetos de Desenvolvimento. São Paulo: Nova Cultural, 2012.

ROSENAU, Luciana dos Santos. Pesquisa e Prática Profissional: Educação Infantil. Curitiba: Ibpex, 2008.

SILVA, Isabel de Oliveira e. Educação Infantil no Coração da Cidade. São Paulo: Cortez, 2008.

Kramer, Sonia ... [et al.] (orgs.). Infância e Educação Infantil - 11ª edição. Campinas, SP: Papirus, 1999.

ROSENAU, Luciana dos Santos. Diagnósticos do fazer docente na educação infantil. Curitiba: Intersaberes: 2013.

Miranda, Simão de. Oficina de ludicidade na escola. Campinas, SP: Papirus, 2016.

Bibliografia Complementar:

CAMARGO, Daiana. O brincar corporal na Educação Infantil. Curitiba: Intersaberes: 2013.

Almeida, Rosângela Doin De. e Stri, Paula C. Espaço e Tempo na Educação Infantil. São Paulo: Contexto, 2014.

Faria, Vitória Libia Barreto de; Dias, Fátima Regina Teixeira de Salles. Currículo na Educação Infantil: diálogo com os demais elementos da proposta pedagógica. Belo Horizonte: Scipione, 2010.

Ostetto, Luciana Esmeralda (org.). Educação Infantil: saberes e fazeres da formação de professores. 5ª edição. Campinas, SP: Papirus: 2011.

CARTAXO, Simone Regina Manosso. Pressupostos da Educação Infantil. Curitiba: Intersaberes, 2013.

PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA IV

Bibliografia Básica:

ZUIN, Antônio A. S. A Violência e Tabu entre Professores e Alunos: A Internet e a Reconfiguração do Elo Pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Ezequiel Theodoro Da. O Professor E O Combate à Alienação Imposta. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. Magistério e Mediocridade. São Paulo: Cortez, 2008.

ARRUDA, Marcos. Educação Para Uma Economia do Amor. São Paulo: Ideias & Letras, 2009.

COVIC, Amália Neide. O Aluno Gravemente Enfermo. São Paulo: Cortez, 2011.

OSTETTO, Luciana Esmeralda; LEITE, Maria Isabel. Arte, Infância e Formação de Professores: autoria e transgressão. 7ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

FINCK, Silvia Christina Madrid (Org.). Pedagogia do Movimento: universo lúdico e psicomotricidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

MICOTTI, Maria Cecilia de Oliveira. Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas. São Paulo: Contexto, 2012.

Bibliografia Complementar:

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (orgs.). Alternativas no Ensino de Didática. 12ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
LÜDKE, Menga (coord.). O professor e a pesquisa. Campinas, SP: Papirus, 2015.
FERREIRA, Jacques de Lima. Formação de professores - Teoria e prática pedagógica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
MEDEL, Cássia Ravena Mulin de A. Ensino fundamental 1 - Práticas pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FIDALGO, Fernando; OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro de; FIDALGO, Nara Luciene Rocha (orgs.). A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividade. Campinas, SP: Papirus, 2015.

5º SEMESTRE

DISCIPLINA: ESTÁGIO I

EMENTA:

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico; o exercício do olhar e do refletir sobre a prática; análise do discurso escolar; professor reflexivo: competências e desempenho docente; cotidiano escolar. Sob a orientação de um docente pedagogo, o aluno irá constituir o estágio junto às escolas da região de inserção, no âmbito da Educação Infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASETTO, Marcos. **Didática a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997 (8 VOLUMES)
PERRENOUD; Philippe. **Pedagogia Diferenciada**. São Paulo: Artmed, 2000. (5 volumes)
VÁRIOS, Autores. **Pesquisa e Prática Profissional: Relação Escola Comunidade**. Curitiba: Ibpex, 2007. (50 VOLUMES)
NÉRICI, Imídeo G. **Superação pela Educação**. São Paulo: Ibrasa, 1991. (50 VOLUMES)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAHER, Terezinha. **NA VIDA DEZ, NA ESCOLA ZERO**. São Paulo: Cortez, 1991. (4 volumes)
FRITZEN, Silvino Jose. **Exercícios Práticos de dinâmica de grupo**. São Paulo: Vozes, 1999. (3 volumes)
ANTUNES, Celso. **Técnicas Pedagógicas de Dinâmica de Grupo.** São Paulo: Ed. Do Brasil, 1970. (2 volumes)
MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: Teoria e Sistemas**. São Paulo: Atlas, 1984. (3 volumes)
DRUCKER, Peter F.**A comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001. (3 volumes)
ZABALA, Antonio. **A PRÁTICA EDUCATIVA: COMO ENSINAR**. São Paulo: Artmed, 1998. (3 volumes)

EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ementa:

Aspectos biopsicossociais da saúde humana: físicos, psíquicos, socioeconômicos, culturais e ambientais. Educação para a saúde física e mental. Saúde pública, combate ao uso indevido de drogas, de doenças endêmicas/epidêmicas. Sexualidade e sexo: respeito à diversidade, direito ao prazer, expressões de desejos e sentimentos, relações de gênero, prevenção e tratamento de doenças sexualmente transmissíveis.

Bibliografia Básica:

VÁRIOS AUTORES. **Metodologia do Ensino de Geografia.** Curitiba:Ibpex, 2007.
MEC. Parâmetros curriculares nacionais- historia e geografia. MEC, 1997 Programa para o ensino fundamental-geografia. MEC, 1995

Bibliografia Complementar:

MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais- Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental – Geografia**. MEC, 1998

MEC. **Conteúdos Básicos (ciclo básico de alfabetização à 4ª série do ensino fundamental) português, história geografia**. MEC, 1992.
HELOÍSA DUPAS PENTEADO. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1994
CARLOS ALBERTO NUNES. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** Editora Apoio, 1997
SCHNEEBERGER, C. A.. **Minimanual Compacto de Geografia do Brasil**. São Paulo:Rideel, 2003
SCHNEEBERGER, C. A.. **Minimanual Compacto de Geografia Geral.** São Paulo:Rideel, 2003

FUNDAMENTOS E METODOLOGIA DAS ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

Ementa:

Fatos, conceitos, princípios, procedimentos, valores e sensibilidades no fazer

artístico do aluno. Relações entre arte e os temas transversais inseridos nos blocos de conteúdos e demais áreas do conhecimento do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental. Avaliação da arte na escola. Pesquisa e produções textuais na área do ensino e da aprendizagem de arte. História e Cultura Afro-Brasileira.

Bibliografia Básica:

Vários Autores. Temas de História Cultural. Florianópolis: Hucitec, 2012.

PRADE, Péricles. Revoluções Culturais. São Paulo: Ed. Escrituras, 2004.

MELLO, Luiz Gonzaga de. Antropologia Cultural - iniciação, teoria e temas. 19 ed. Florianópolis: Hucitec, 2013.

MATTOS, Regiane Augusto de. História e Cultura Afro-Brasileira. São Paulo: Contexto, 2013.

Bibliografia Complementar:

MEC. **Parâmetros curriculares nacionais- pluralidade cultural e orientação sexual.** MEC, 1997 (3 volumes)

E.VALLE/F.WEFFORT/E.BOSI/L.E.WANDERLEY CARMEM CINIRAM. **A Cultura do Povo.** São Paulo: Cortez, 1988 (2 volumes)

LOEWE, Daniel. **Multiculturalismo E Direitos Culturais**. Porto Alegre: Educs, 2013.)

CORRÊA, Rosa LydiaTeixeira .**Cultura E Diversidade**. Curitiba: Ibpex, 2013.

FREITAS, Fátima e Silva De. **A Diversidade Cultural Como Prática Na Educação**. Curitiba: Ibpex, 2013.

CIÊNCIAS: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

A problemática da avaliação da aprendizagem. Considerações históricas. Tendências atuais. Recursos avaliativos. Avaliação Institucional.

Fundamentos e concepções da organização e gestão do trabalho pedagógico. A unidade, a pluralidade e a autonomia no processo de construção e de organização do trabalho pedagógico. A pedagogia da autonomia: aprender a decidir através de prática de decisão. A relação da equipe técnica e demais envolvidas no contexto escolar com o processo de gestão. A estruturação da gestão do trabalho pedagógico através da implantação do Plano Estratégico. A trajetória histórica questões básicas do planejamento. A experiência do planejamento educacional no Brasil e as reformas e atuais políticas educacionais envolvendo o processo de planejamento do sistema. O processo de planejamento em seus diferentes enfoques. A ação do planejamento na organização escolar e sua estruturação prática.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Marti, Rosa. Contribuição ao Estudo da Depressão. São Paulo: Nacional, 2001.
Nérici, Imídeo G. Superação pela Educação. São Paulo : Ibrasa, 1991.
SISTO, Fermino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos; FINI, Lucila Dihel Lucila. Leituras de Psicologia para formação de professores. São Paulo: Vozes, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

HELOISA LUCK**. Planejamento e Orientação Educacional.** São Paulo: Vozes, 1986 (3 volumes)
PHILIPPE PERRENOUD. **Avaliação.** São Paulo: Artmed, 1999 (2 volumes)
LILIA DA ROCHA BASTOS, LYRA PAIXÃO, ROSEMARY GRÈVES MESSICK. **Avaliação Educacional.** São Paulo: Vozes, 1981 (3 volumes)
MARIA CELINA MALCHIOR. **Avaliação Pedagógica.** Editora Mercado Aberto. 1999. (2 volumes)
CIPRIANO C. LUCKESI. **Avaliação de Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 1999 (4 volumes)

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DAS SÉRIES INICIAIS

EMENTA:

Introdução, compreensão e análise do Planejamento Didático, dos Projetos de Trabalho, elaboração de projetos fundamentais à prática de ensino, estudo e análise dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental nas séries iniciais; Aulas práticas sobre os PCNS (Apresentação).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MEC/SEF. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. MEC, 1997)
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental- Matemática.** MEC, 1998
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental: Geografia.** MEC, 1998
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental- História.** MEC, 1998
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental- Língua Portuguesa**. MEC, 1998
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental- Educação Física.** MEC, 1998
MEC/SEF. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental- Ciências Naturais.** MEC, 1998
MEC. **Programa para o ensino fundamental – inglês**. MEC, 1995
MEC. **Programa para o ensino fundamental – geografia**. MEC, 1995
MEC. **Programa para o ensino fundamental – ciências físicas e biológicas**. MEC, 1995

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Freitas, Dirce Mei Teixeira De. **Avaliação Da Educação Básica No Brasil, A.** Campinas, Sp: Autores Associados, 2007.
Kramer, Sonia. **Profissionais De Educação Infantil: Gestão E Formação**. São Paulo: Ática, 2005.
Nunes, Clarice. **Ensino Médio.** Rio De Janeiro: Dp&A, 2002.

Oliveira, Zilma Ramos De. **Educação Infantil: Fundamentos E Métodos**. São Paulo: Cortez, 2002.
Piletti, Nelson. **Estrutura E Funcionamento Do Ensino Médio.** São Paulo: Ática, 1999. Silva, Maria Vieira; Marques, Mara Rúbia Alves. Ldb: **Balanços E Perspectivas Para A Educação**. Campinas, Sp: Alínea, 2008.
Vários. Menezes, João Gualberto De Carvalho (Org). **Educação Básica.** São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

DISCIPLINA: PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA V

Ementa: Tema: Relação entre a Família e a Escola: com a palavra os pais.

Parece haver, por um lado, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais a respeito daquilo que é transmitido pela escola. Por outro lado, há uma falta de habilidade dos professores em promover essa comunicação.

A discussão deve avançar na procura das melhores oportunidades de promover um encontro positivo entre pais e professores.

Se, por um lado, a relevância da família e da escola como contextos privilegiados de desenvolvimento humano está bastante consolidada em virtude dos estudos da psicologia da família e da psicologia do desenvolvimento, por outro, os aspectos que constituem e intervêm na relação entre estes dois contextos, sejam como barreiras à colaboração ou contribuindo para a sua promoção, ainda não estão suficientemente estabelecidos.

Bibliografia Básica:

SHINYASHIKI, R. **Pais e Filhos Companheiros de Viagem.** São Paulo: Gente**.**
ALVES, J. **Diário de Pesquisa.** São Paulo: Global.
MONTENEGRO, Instituto Paulo. **Nossa Escola Pesquisa sua Opinião.** São Paulo: Global.

Bibliografia Complementar

PASSOS, A. F. **Indisciplina – falta de limites, violência e fracasso escolar: compreender e educar.** Goiânia: Centauro.
SKLIAR, C. **Derrida e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica.

ROCHA G. **Mauss e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica.
DAZZANI, M. V. **Rorty e a Educação.** Belo Horizonte: Autêntica.
LOBO, L. **O Seqüestro das Emoções.** São Paulo: Lacerda.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO V

Ementa:

As atividades teóricas-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FACSU ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FACSU - Normas para ATIVIDADES TEÓRICAS- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO– Disponível em www.Facsu.edu.br

6º SEMESTRE

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: MÉTODOS E FUNDAMENTOS

EMENTA:

Métodos e Fundamentos Histórico da Educação de Jovens e Adultos. Legislação que embasam a EJA no Brasil. Parâmetros Curriculares Nacionais da EJA. O perfil do professor da EJA. Pressupostos teórico-metodológicos do processo de

alfabetização de Jovens e Adultos. Solução de problemas e aplicação prática da aprendizagem: exercício de cidadania.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HADDAD, Sérgio. **A educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In:** RIBEIRO, Vera
Mazagão (org.). **Educação de jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.** Campinas, SP: **Mercado das letras: associação de leitura do Brasil – ALB**; São Paulo: Ação educativa, 2001.
HADDAD, Sérgio. **Estado da arte da Educação de Jovens e Adultos. Trabalho encomendado apresentado na 23ª' Reunião Anual da ANPEd.** Caxambu - MG, 2000.
IRELAND, Timothy. **O atual estado da arte da educação de jovens e adultos no Brasil: uma leitura a partir da V CONFITEA e do processo de globalização.** In: SCOCUGLIA, Afonso Celso,
MELO NETO, **José Francisco de (org.) Educação popular: outros caminhos.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

Kleiman, Ângela B. E Signorini, Inês E Colaboradores. **O Ensino E A Formação Do Professor: Alfabetização De Jovens E Adultos. 2 Ed**. Porto Alegre: Artmed, 2001.
Miguel, Denise Soares; Cardoso, Fernando Luis; Assis, Glaúcia De Oliveira. **A Inserção De Mulheres E Homens Na Eja Em Florianópolis**: Um Perfil Sócio-Demográfico E De Suas Trajetórias Escolares. In: Silva, Cristiani Bereta Da (Org.). **Histórias E Trajetórias De Jovens E Adultos Em Busca De Escolarização**. Florianópolis: Ed. Udesc, 2009.
Oliveira. M. K. **Jovens E Adultos Como Sujeitos De Conhecimento E Aprendizagem**. In:Revista Brasileira De Educação. N. 12, 1999.
Passos, Joana C. **As Práticas Educativas Do Movimento Negro E A Educação De Jovens E Adultos**. (2005). In**: Construção Coletiva: Contribuições À Educação De Jovens E Adultos**. Brasília: Unesco, Mec, Raaab, 2005 (Coleção Educação Para Todos).
Ribeiro, Vera Mazagão (Org.). **Educação De Jovens E Adultos: Novos Leitores, Novas Leituras.** Campinas, Sp: **Mercado Das Letras: Associação De Leitura Do Brasil** – Alb; São Paulo: Ação Educativa, 2001.

Ribeiro, Vera Mazagão (Org.).. (Coord**.). Letramento No Brasil: Reflexões A Partir Do Inaf 2001.** São Paulo: Global, 2003**.**

HISTÓRIA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

EMENTA:

As abordagens sobre o ensino de história nos anos inicias do ensino fundamental: os conteúdos, o currículo e os métodos de ensino. Conceitos e categorias para o ensino de história nas séries iniciais do ensino fundamental. A historiografia referente a escravidão, a aculturação dos povos indígenas e demais processos de organização social e econômica do Brasil Colonial. Materiais didáticos e as fontes documentais para o ensino de história dos anos iniciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

HELOÍSA DUPAS PENTEADO. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** São Paulo: Cortez, 1994 (4 volumes)
SCHNEEBERGER, C. A. **Minimanual Compacto de História Geral.** São Paulo: Rideel, 2003. (12 volumes)
CARLOS ALBERTO NUNES. **Metodologia do Ensino de História e Geografia.** Editora Apoio, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MEC. **diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-racionais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** MEC, 2005, (2 volumes)
FONSECA, Thaís Nívia de Lima. **História e ensino de História**. Belo Horizonte: autêntica, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. (org.) São Paulo: Cortez, 2005.
REBELO, Maria Salette da Trindade. **Trajetória e Perspectivas do Ensino de História de uma Universidade Pública**: Anápolis – 1986 a 2001. Brasília, 2002.
SEFFNER, Fernando. **Qual história? Qual ensino? Qual cidadania?** Porto Alegre: ANPUH, Ed. Unisinos, 1997.
ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Estar no papel cartaz dos jovens do Ensino Médio.** UNESCO: Ministério da Educação.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA: CONTEÚDOS E MÉTODOS

Ementa:

O ensino de ciências sociais (História e Geografia) através de diferentes referenciais que valorizem a compreensão e intervenção na realidade social. Construção e reconstrução de relações entre o presente e o passado numa leitura pluralista de mundo. Conceitos, habilidades e atitudes em relação às Ciências Sociais. Desenvolvimento de competências necessárias ao estudo da identidade, aspectos socioambientais, patrimônio cultural e valorização do sócio-diversidade e das diferentes relações de espaço/tempo. Interpretação de fenômenos complexos que envolvem diferentes abordagens teóricas e metodológicas das Ciências Sociais.

Bibliografia Básica:

VÁRIOS AUTORES. Metodologia do Ensino de Geografia.. Curitiba: Ibpex, 2007.
MEC. Parâmetros curriculares nacionais- historia e geografia. MEC, 1997
Programa para o ensino fundamental- geografia. MEC, 1995

Bibliografia Complementar:

MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais- Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental – Geografia. MEC, 1998
MEC. Conteúdos Básicos (ciclo básico de alfabetização à 4ª série do ensino fundamental) português, história geografia. MEC, 1992.

HELOÍSA DUPAS PENTEADO. Metodologia do Ensino de História e Geografia. São Paulo: Cortez, 1994

CARLOS ALBERTO NUNES. Metodologia do Ensino de História e Geografia. Editora Apoio, 1997

SCHNEEBERGER, C. A.. Minimanual Compacto de Geografia do Brasil. São Paulo: Rideel, 2003

PSICOMOTRICIDADE

EMENTA:

Elementos básicos da psicomotricidade. A Psicomotricidade na vida social e afetiva da criança. Noções gerais sobre educação e reeducação psicomotora. Esquema corporal e aplicação de exercícios práticos de organização espaço-temporal sob o ponto de vista motor, sensoriomotor, e perceptomotor. Implementação de Projetos de aprendizagem sobre a poética do brincar. A pré-escrita como forma de expressão da criança.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ELOISA QUADROS FAGALI, ZÉLIA DEL RIO DO VALE. **Psicopedagogia Institucional Aplicada.** São Paulo: Vozes,2003

ALVES, F. **Psicomotricidade: corpo, ação e emoção**. RJ: WAK, 2003.

LE BOULCH, J. **Educação psicomotora. A psicocinética na idade escolar**. Porto Alegre: Artmed, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LE BOULCH, J. **O desenvolvimento psicomotor dos 0 aos 6 anos.** Porto Alegre: Artes Médicas.

BAGATINI, V., **Psicomotricidade para deficientes**. Ed. Gymnos, 2000.

BARRETO, S. J.,**Psicomotricidade. Ed.** Odorizzi, 1998.

BUENO, J. M., **Psicomotricidade: teoria & prática**. Ed. Lovise, 1998.

COSTE, J.,**A Psicomotricidade**. Ed. Zahar, 1981.
FERREIRA, C.A . M., **Psicomotricidade – da educação infantil a gerontologia**. Ed. Lovise, 2000.
LAPIERRE, A ., **Da psicomotricidade relacional a análise corporal da relação**. Ed. UFPR, 2002.

DISCIPLINA: PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA VI

Ementa: Tema: Com a palavra os gestores escolares.

Neste semestre os alunos irão a campo nas escolas da região de inserção da FACSU e contatarão gestores escolares com o objetivo de constituir um relato e análise acerca das problemáticas enfrentadas pelos gestores escolares em suas respectivas instituições.

As constituições dos cargos de gestão escolar: Uma expectativa política ou de capacidade?

Os alunos deverão avaliar as perspectivas das escolhas de gestores a partir de concepções políticas e suas conseqüências para o ensino.

Bibliografia Básica:

ANGELONI, M. T (Org.). Organizações do conhecimento. Infra-estruturar, pessoas e tecnologias. São Paulo: Saraiva, 2002.
DELORS, J. A educação para o século XXI: questões e perspectives. Porto Alegre: Artmed, 2005.
DEMO, P. A educação do futuro e o futuro da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

Bibliografia Complementar

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação do século XXI.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Currículo , cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.
MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2007.

ASSMANN, H. **Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
CAPRA, F. **As conexões ocultas. Ciência para uma nova vida sustentável.** São Paulo: Cultrix – Amana – Key, 2002.
DE MASI. D. **O futuro do Trabalho. Fadiga e Ócio na Sociedade Pósindustrial.** Rio de janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. Da UnB, 2000.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VI

Ementa:

As atividades teóricas-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FACSU ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FACSU - Normas para ATIVIDADES TEÓRICAS- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO – Disponível em www.Facsu.edu.br

ESTÁGIO SUPERVISIONADO II

EMENTA:

Relação teoria-prática, e relação conhecimento escolar-conhecimento científico; o exercício do olhar e do refletir sobre a prática; análise do discurso escolar; professor reflexivo: competências e desempenho docente; cotidiano escolar. Sob a orientação de um docente pedagogo, o aluno irá constituir o estágio junto às escolas da região de inserção, no âmbito das Séries Iniciais.

Bibliografia Básica:

MASETTO, Marcos. Didática a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.

PERRENOUD; Philippe. Pedagogia Diferenciada. São Paulo: Artmed, 2000.

VÁRIOS, Autores. Pesquisa e Prática Profissional: Relação Escola Comunidade. Curitiba: Ibpex, 2007.

NÉRICI, Imídeo G. Superação pela Educação. São Paulo: Ibrasa, 1991.

Bibliografia Complementar:

CARRAHER, Terezinha. Na Vida Dez, Na Escola Zero. São Paulo: Cortez, 1991.

FRITZEN, Silvino Jose. Exercícios Práticos de dinâmica de grupo. São Paulo: Vozes, 1999.

ANTUNES, Celso. Técnicas Pedagógicas de Dinâmica de Grupo. São Paulo: Ed. do Brasil, 1970.

MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: Teoria e Sistemas. São Paulo: Atlas, 1984.

DRUCKER, Peter F. A comunidade do Futuro. São Paulo: Futura, 2001.

ZABALA, Antonio. A Prática Educativa: Como Ensinar. São Paulo: Artmed, 1998.

7º SEMESTRE

FUNDAMENTOS DE GESTÃO ESCOLAR

EMENTA:

Gestão educacional: conceitos, funções e princípios básicos. A função administrativa da unidade escolar e do gestor: contextualização teórica e tendências atuais. A dimensão pedagógica do cotidiano da escola e o papel do administrador escolar. Levantamento e análise da realidade escolar: o projeto político pedagógico, o regimento escolar, o plano de direção, planejamento participativo e órgãos colegiados da escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

JOÃO GAUBERTO DE CARVALHO MENESES. **Princípios e Métodos da Inspeção Escolar.** São Paulo: Saraiva, 1977 (10 volumes)
NAURA SYRIA F. CORRÊA DA SILVA. **Supervisão Educacional.** São Paulo: Vozes, 1981 (4 volumes)
CELESTINO ALVES DA SILVA JÚNIOR. **Supervisão da Educação.** Editora Loyola, 1984 (5 volumes)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARY RANGEL, ELMA CORRÊA DE LIMA (VARIOS AUTORES). **Supervisão Pedagógica.** São Paulo: Papirus, 2001 (3 volumes)
JOSÉ DO PRADO MARTINS. **Administração Escolar.** São Paulo: Atlas, 1999 (4 volumes)
MARIA DE FÁTIMA COSTA FELIX. **ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR: UM PROBLEMA EDUCATIVO OU EMPRESARIAL?** São Paulo: Cortez, 1986 (3 volumes)
JOSEP M. PUIG. XUS MARTIN/SUSANAGNA ESCARDIBUL. ANNNA M. NOVELLA. **Democracia e Participação Escolar.** São Paulo: Moderna, 2000 (3 volumes)
Editora Melhoramentos. **Organização e Administração Escolar.** (5 volumes)

OPTATIVA I

DISCIPLINA: PESQUISA E PRÁTICA PEDAGÓGICA VII

Ementa: Tema: A Educação de Jovens e Adultos.

Neste semestre os alunos irão a campo em ambientes formais e não formais na região inserção da FACSU com o objetivo de conhecer e analisar docentes e discentes na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

Bibliografia Básica:

ALVES, F.; SAVIANI, D**. A educação e o desenvolvimento social no Brasil.** SP: Editora São Paulo, 2013.
CARVALHO, J. (Org.) **Estrutura e funcionamento da educação básica.** SP: Pioneira, 2004.
LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. (Orgs.). **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar

IMBERNÓN, F. (Org.) **A educação do século XXI.** Porto Alegre: Artmed, 2000.
MOREIRA, A. F.; SILVA, T. T. da. **Currículo , cultura e sociedade.** São Paulo: Cortez, 1994.
MORIN, E. **Os sete saberes necessários à Educação do futuro.** São Paulo: Cortez, 2007.
ASSMANN, H. **Reencantar a educação. Rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
CAPRA, F. **As conexões ocultas. Ciência para uma nova vida sustentável.** São Paulo: Cultrix – Amana – Key, 2002.
DE MASI. D. **O futuro do Trabalho. Fadiga e Ócio na Sociedade Pósindustrial**. Rio de janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. Da UnB, 2000.

DISCIPLINA: ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VI

Ementa:

As atividades teóricas-práticas de aprofundamento em educação são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do Pedagogo. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de educação na própria FACSU ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

Bibliografia Básica

FACSU - Normas para ATIVIDADES TEÓRICO- PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO – Disponível em www.Facsu.edu.br

TCC I

EMENTA:

Constituição de um Projeto de Pesquisa a partir de temas/problemas da área de ensino-aprendizagem da Pedagogia. Orientação de um docente da área.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Pesquisa: **Princípio Científico Educativo**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (8 volumes)
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. (7 volumes)
LOBÃO,Antonio Carlos A. **É Possível Ser Feliz Fazendo uma Monografia: Um Guia Para Eficiência nos Estudos**. Florianópolis: Hucitec, 2004. (20 volumes)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Cleverson, KELLER, Vicente. **Aprendendo a Aprender: Introdução à Metodologia Científica**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
OLIVEIRA, Jussara F.; SCHLIEPER, Mariana D. M. J. **Manual Técnico para o Desenvolvimento de Trabalhos Acadêmicos.** Boa Esperança: FAFIBE, 2003.
RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1999.
MIYAMOTO, Massahiro. **Administração de Congressos Científicos e Técnicos**. São Paulo: Pioneira, 1987.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO III

EMENTA:

Participação no cotidiano escolar. Entendimento das relações aluno-professor na Educação de Jovens e Adultos. Desenvolvimento de estratégias e metodologias de aprendizagem na EJA. Documentos Oficiais que norteiam a EJA. Neste semestre os alunos irão constituir o estágio em instituições conveniadas que ofertam a EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASETTO, Marcos. **Didática a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997 (8 volumes)
PERRENOUD; Philippe. **Pedagogia Diferenciada**. São Paulo: Artmed, 2000. (5 volumes)
VÁRIOS, Autores. **Pesquisa e Prática Profissional: Relação Escola Comunidade**. Curitiba: Ibpex, 2007. (50 volumes)
NÉRICI, Imídeo G. **Superação pela Educação**. São Paulo: Ibrasa, 1991. (50 volumes)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAHER, Terezinha. **NA VIDA DEZ, NA ESCOLA ZERO**. São Paulo: Cortez, 1991. (4 volumes)

FRITZEN, Silvino Jose. **Exercícios Práticos de dinâmica de grupo**. São Paulo: Vozes, 1999. (3 volumes)
ANTUNES, Celso. **Técnicas Pedagógicas de Dinâmica de Grupo.** São Paulo: Ed. do Brasil, 1970. (2 volumes)
MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: Teoria e Sistemas**. São Paulo: Atlas, 1984. (3 volumes)
DRUCKER, Peter F**.A comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001. (3 volumes)
ZABALA, Antonio. **A PRÁTICA EDUCATIVA: COMO ENSINAR**. São Paulo: Artmed, 1998. (3 volumes)

8º SEMESTRE

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS

Panorama histórico, fundamentos teóricos e metodológicos da Libras. Introdução às competências e habilidades para comunicação com educandos surdos. Conceito de Libras, gramática, nomenclaturas, regionalismo, História da Educação de Surdos, Cultura Surda, legislação, intérprete. Saudações, alfabeto manual, pronomes, numerais, dias, meses e sinais relacionados ao tempo, família e sinais relacionados às pessoas, sinais relacionados à educação e ao curso, profissões, verbos, adjetivos, localizações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PEREIRA, MARIA CRISTINA DA CUNHA (ORG.). **Libras conhecimento além dos sinais**. Pearson, 2013. (Biblioteca Virtual)
FERNANDO CÉSAR CAPOVILLA; WALKIRIA DUARTE RAPHAEL; ALINE CRISTINA L. MAURÍCIO **Novo Deit-Libras : Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira** (Libras) baseado em Lingüística e Neurociências Cognitiva**, Volume I : Sinais de A a H** / – 2.ed.rev. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (6 volumes)
FERNANDO CÉSAR CAPOVILLA; WALKIRIA DUARTE RAPHAEL;ALINE CRISTINA L. MAURÍCIO. **Novo Deit-Libras : Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira** (Libras) baseado em

Lingüística e Neurociências Cognitiva**, Volume 2 : Sinais de I a Z** / – 2.ed.rev. e ampl. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo:. (6 volumes)

Bibliografia Complementar:

FAZENDO, Ivani (org.). **A Pesquisa em Educação e as Transformações do Conhecimento**. 11 edição. São Paulo: Papirus, 2013. (Biblioteca Virtual)
KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias o novo ritmo da informação**. 7 edição. São Paulo: Papirus, 2013. (Biblioteca Virtual)
PICONEZ, Stela C. Bertholo. **Educação Escolar de Jovens e Adultos das competências sociais dos conteúdos aos desafios da cidadania**. 9 edição. São Paulo: Papirus, 2013. (Biblioteca Virtual)
DEMO, Pedro. **Política Social Educação e Cidadania**. 13 edição. São Paulo: Papirus, 2013. (Biblioteca Virtual)
CUNHA, Maria Isabel da.**O Bom Professor e Sua Prática**. 24 edição. São Paulo: Papirus, 2013. (Biblioteca Virtual)

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DE PSICOPEDAGOGIA

EMENTA:

APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO DA PSICOPEDAGOGIA E SEU ESQUEMA EVOLUTIVO, OS MODELOS TEÓRICOS QUE FUNDAMENTAM A PRÁXIS PSICOPEDAGÓGICA. AS PERSPECTIVAS PRÁTICAS DA PSICOPEDAGOGIA. O CONTEXTO ESCOLAR E AS PROBLEMÁTICAS RELACIONADAS AOS TRANSTORNOS E ASPECTOS PSICOLÓGICOS DOS ATORES ESCOLARES.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

Barbosa, l. M. S. A psicopedagogia no âmbito da instituição escolar. Curitiba: expoente, 2001.

Bossa, n. A . A psicopedagogia no brasil: contribuições a partir da prática. Porto alegre: artes médicas, 1994.

Gardner h. Inteligências múltiplas: a teoria na prática. Porto alegre: artmed, 1995.

Bibliografia complementar:

Código de ética: associação brasileira de psicopedagogia. 1980.

Scoz, b. Psicopedagogia: contextualizações, formação e atuação profissional. Porto alegre: artes médicas, 1992.

Sternberg, r e grigorenko, e. Crianças rotuladas. Porto alegre: artemed, 2003.

Silva, fernando. Psicopedagogia. São paulo: cortez, 2013.

Goethevain, estewart. Psicopedagogia: fundamentos. Rio de janeiro: elsevier, 2010.

EDUCAÇÃO INDÍGENA E NO CAMPO

EMENTA:
Legislação nacional. Política do Estado sobre educação indígena. Antropologia, diversidade e etnocentrismo. A geopolítica da sociedade indígena nos Estados. Arte indígena e linguagem visual. O desafio da educação do campo. Educação do Campo e pesquisa: questões para reflexão. Elementos para uma Política Pública de Educação do Campo. A prática da coordenação-geral de Educação do Campo. Construção de uma nova base epistemológica. Educação do Campo e Sustentabilidade. Formação, trabalho docente e condição docente nas escolas do campo. Trabalho, movimentos sociais e educação do campo. O processo de aquisição e produção do conhecimento em diferentes contextos socioeconômicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**.São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

KAHN, M. & FRACHETTO, B. **Educação Indígena no Brasil: conquistas e desafios**, **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 63, jul./set., 1994.

POWELL, A.B; FRANCISCO, J.M. MAHER,C.A. **Uma abordagem à análise dos dados de vídeo para investigar o desenvolvimento de idéias e raciocínios matemáticos de estudantes**, **Bolema**, Ano 17, n. 21, , 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COTA, M.G. **Educação escolar indígena: a construção de uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngue entre os Tupinikim do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado, Vitória, PPGE/UFES, 2000.

Almeida, Maria Regina Celestino De. **Os Índios Na História Do Brasil**. Rio De Janeiro: Ed. Fgv, 2010.

Cunha, Manuela Carneiro Da (Org.). **História Dos Índios No Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.

Holanda, Sérgio Buarque De. **Escritos Coligidos.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Monteiro, John Manuel. **Armas E Armadilhas, História E Resistência Dos Índios**. São Paulo: Cia DasLetras/ Minc – Funarte. 1999.

Sposito, Fernanda. **Nem Cidadãos, Nem Brasileiros. Indígenas Na Formação Do Estado Nacional Brasileiro E Conflitos Na Província De São Paulo (1822-1845).** São Paulo: Editora Alameda, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

COTA, M.G. **Educação escolar indígena: a construção de uma educação diferenciada e específica, intercultural e bilíngüe entre os Tupinikim do Espírito Santo. Dissertação de Mestrado, Vitória,** PPGE/UFES, 2000.

Almeida, Maria Regina Celestino De. **Os Índios Na História Do Brasil.** Rio De Janeiro: Ed. Fgv, 2010.

Cunha, Manuela Carneiro Da (Org.). **História Dos Índios No Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992.

Holanda, Sérgio Buarque De. **Escritos Coligidos.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Monteiro, John Manuel. **Armas E Armadilhas, História E Resistência Dos Índios**. São Paulo: Cia DasLetras/ Minc – Funarte. 1999.

Sposito, Fernanda. Nem Cidadãos, **Nem Brasileiros. Indígenas Na Formação Do Estado Nacional Brasileiro E Conflitos Na Província De São Paulo (1822-1845).** São Paulo: Editora Alameda, 2012.

TCC II

EMENTA:

Constituição de um Trabalho de Conclusão de Curso no gênero Monografia a partir do Projeto de Pesquisa estabelecido no período anterior. Orientação de um docente da área. Defesa Pública de TCC.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DEMO, Pedro. Pesquisa: **Princípio Científico Educativo**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2001. (8 volumes)

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 21ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. (7 volumes)

LOBÃO**,** Antonio Carlos A. **É Possível Ser Feliz Fazendo uma Monografia: Um Guia Para Eficiência nos Estudos**. Florianópolis: Hucitec, 2004. (20 volumes)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Cleverson, KELLER, Vicente. **Aprendendo a Aprender: Introdução à Metodologia Científica**. 12ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. (4 vol.)
OLIVEIRA, Jussara F.; SCHLIEPER, Mariana D. M. J. **Manual Técnico para o Desenvolvimento de Trabalhos Acadêmicos.** Boa Esperança: FAFIBE, 2003.
RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. Petrópolis: Vozes, 1999. (2 vol.)
MIYAMOTO, Massahiro. **Administração de Congressos Científicos e Técnicos**. São Paulo: Pioneira, 1987. (6 volumes)

ESTÁGIO SUPERVISIONADO IV

EMENTA:

Vivência direta no ambiente escolar participando das práticas de gestão escolar.

Constituição e socialização dos relatórios de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MASETTO, Marcos. **Didática a aula como centro**. São Paulo: FTD, 1997 (8 volumes)
PERRENOUD; Philippe**. Pedagogia Diferenciada**. São Paulo: Artmed, 2000. (5 volumes)
VÁRIOS, Autores. **Pesquisa e Prática Profissional: Relação Escola Comunidade.** Curitiba: Ibpex, 2007. (50 volumes)
NÉRICI, Imídeo G. **Superação pela Educação**. São Paulo: Ibrasa, 1991. (50 volumes)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARRAHER, Terezinha. **NA VIDA DEZ, NA ESCOLA ZERO.** São Paulo: Cortez, 1991. (4 volumes)
FRITZEN, Silvino Jose**. Exercícios Práticos de dinâmica de grupo**. São Paulo: Vozes, 1999. (3 volumes)
ANTUNES, Celso. **Técnicas Pedagógicas de Dinâmica de Grupo**. São Paulo: Ed. do Brasil, 1970. (2 volumes)

MINICUCCI, Agostinho. **Dinâmica de grupo: Teoria e Sistemas**. São Paulo: Atlas, 1984. (3 volumes)
DRUCKER, Peter F**.A comunidade do Futuro**. São Paulo: Futura, 2001. (3 volumes)
ZABALA, Antonio. **A PRÁTICA EDUCATIVA: COMO ENSINAR**. São Paulo: Artmed, 1998. (3 volumes)

ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO VIII

EMENTA:

Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades pertinentes à formação do professor. Podem ser realizadas pelos alunos fora do horário de aula dos demais componentes curriculares, estabelecido pela Coordenação do curso e incluem atividades culturais, técnicas e científicas de natureza diversa. O aluno poderá optar por eventos na área de Licenciatura, na própria FACSU ou em outras IES que lhe possibilitem compreender a importância da pesquisa, da criatividade, da educação continuada e da inovação nesta área bem como a necessidade de se ter uma visão interdisciplinar na busca do conhecimento e do desenvolvimento do raciocínio pela lógica e políticas educacionais e da cidadania. O aluno será estimulado a participar em projetos de iniciação científica e extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FACSU - Normas para Atividades Teóricas-Práticas de Aprofundamento

DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA: SUBJETIVIDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Ementa:

Cultura E Educação: Aproximações Conceituais. O Papel Da Cultura Na Constituição Do Sujeito. A Subjetividade A Partir De Uma Perspectiva Histórico-Cultural. Subjetividade Individual, Subjetividade Social E Processos Educativos: Suas Interrelações. Os Processos Subjetivos Na Instituição Escolar: Sua Expressão Nos Processos De Ensino-Aprendizagem, E Na Organização Do Trabalho Pedagógico. A Subjetividade E Sua Significação Para As Mudanças E Para A Inovação Na Educação: Estratégias E Ações Possíveis.

Bibliografia Básica:

CHARLOT, B A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. Revista Brasileira de Educação. V.11 n.31 jan/abr.2006

GEERTZ,C Interpretação das culturas.Rio de Janeiro: Zahar,1978

GONZÁLEZ REY, F Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural. São Paulo: Thomson,2003.

Bibliografia Complementar:

LIBÂNEO, JC e SANTOS, A Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade. Campinas: Alínea, 2005

Morin , e a religação dos saberes: rio de janeiro: bertrand brasil, 2002.

Thomson, jb. Ideologia e cultura moderna. Petrópolis: vozes,2002 (capítulo3)

DISCIPLINA: SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

EMENTA:

Discussão e reflexão do desenvolvimento da sexualidade no ciclo vital (crianças, adolescentes, adultos e idoso) nos aspectos biológicos, emocionais e psicológicos. Construção de formas de abordagem participativas (alunos, pais e

professores) na escola sobre temáticas relativas ao desenvolvimento sadio da sexualidade. Reflexão sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de tabus e intolerância. Discussão dos parâmetros curriculares nacionais no ministério de educação e cultura e a temática da sexualidade. Estudo sobre as desigualdades sociais, a carência estrutural de muitos alunos, as violências das várias ordens que cercam a vida desses e que interferem nas relações e comportamentos sexuais.

Bibliografia Básica:

NUNES, César; SILVA Edna; **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e propostas práticas pra uma abordagem da sexualidade para além da transversabilidade.** São Paulo: Autores Associados. 2000.
DUARTE, Ruth de Gouveia. **Sexo, sexualidade e doenças Transmissíveis**. São Paulo: Ed. Moderna 2000.
HÁLIA, P. Souza. **Convivendo com o seu Sexo.** São Paulo: Editora Paulina, 1987.

Bibliografia Complementar:

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M.G.; SILVA, L. B. **Juventude e Sexualidade.** Brasília: UNESCO, 2004.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Sexualidade: prazer em conhecer**. Rio de Janeiro: Editora GLOBO, s/d.

OLIVEIRA, D. de O. **Sexo, saúde e educação: como te se dado esta aproximação.** s/d

OLIVEIRA, D. L.L. C. **Sexualidade na escola pública: limites e possibilidades da educação de professores.** Porto Alegre: UFRGS, 194. Dissertação de mestrado-Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012.

DIREITOS HUMANOS

O fundamento axiológico dos direitos humanos e a questão de sua vigência universal; Direitos humanos e direitos fundamentais: os graus de positividade; Os direitos humanos como princípios e como norma; no plano nacional e internacional; hierarquia e força vinculante; Os direitos humanos nas relações jurídicas subjetivas; A titularidade dos direitos humanos : limites e crítica ao direito processual;6. Os fundamentos dos direitos da personalidade; O fundamento do direito de liberdade nas várias manifestações; O fundamento da igualdade nas várias manifestações; O fundamento dos direitos sociais e econômicos; O fundamento dos direitos coletivos dos povos; A formação da consciência ética: educação sentimental e educação técnica.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, nova edição.

CASADO FILHO, Napoleão. Direitos Humanos Fundamentais. Vl. 57. São Paulo: Saraiva, 2014.

COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2008.

PIOVESAN, Flávia. Temas de direitos humanos. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. (Coord.) Direitos humanos, globalização econômica e integração regional: desafios do Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Max

Limonad, 2002. 728p. RAMOS, André de Carvalho. Responsabilidade internacional por violação de direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM PEDAGOGIA I

Ementa:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

Bibliografia Básica:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

Bibliografia Complementar:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

DISCIPLINA: TÓPICOS ESPECIAIS EM PEDAGOGIA II

Ementa:

Todo o conteúdo programático e metodologia devem ser constituídos no próprio semestre de execução, a partir de prova diagnóstica e/ou dados da formação dos alunos até o momento, visando aplicar conhecimentos e conteúdos que suplantem possíveis deficiências apresentadas pelos mesmos. A disciplina também pode ser constituída para contemplar a preparação dos alunos para o ENADE.

Bibliografia Básica:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

Bibliografia Complementar:

Será indicada pelo professor da disciplina, conforme os conteúdos a serem ministrados pelo mesmo.

11. METODOLOGIA: AS PRÁTICAS METODOLÓGICAS ATIVAS

Ao conceber as perspectivas pedagógicas acerca do curso de Licenciatura em Pedagogia, a Coordenação de Curso e o NDE partiram do pressuposto de que um currículo, por si só, não apresenta garantias de sucesso qualitativo em qualquer âmbito da formação profissional.

Dessa forma, partiu-se da lógica de que o alcance dos objetivos do curso e o êxito na construção do perfil do egresso exigem que a Metodologia de Ensino seja adequada a essas finalidades.

Nesse contexto, a consideração às inteligências múltiplas, à autonomia dos alunos, aos processos interativos, as atividades de inserção nos órgãos de assistência social e comunidades carentes, bem como a utilização de recursos tecnológicos modernos permitem imprimir ao processo pedagógico a dinamicidade necessária para ultrapassar a mera transmissão dos conteúdos.

O professor formado pela FACSU cursará durante a sua trajetória acadêmica os componentes curriculares da matriz curricular com as seguintes práticas:

- aulas expositivo-dialogadas;
- aulas com a utilização de recursos multimídia;
- práticas orientadas de investigação de casos e problemas nas escolas da região de inserção;
- estudo e discussão de casos oriundos de problemas na área educacional, com abordagem interdisciplinar; e
- desenvolvimento e apresentação de seminários sobre temas específicos de cada disciplina abordando, sempre que possível, conteúdos interdisciplinares;
- aulas práticas na brinquedoteca;
- participação em ações acadêmico-sociais voltadas à comunidade escolar e comunidade carente do município;
- visitas técnicas à instituições escolares e não escolares;
- eventos de cunho científico-acadêmico.

Assim, como já apontamos em nossas perspectivas pedagógicas os aspectos metodológicos devem ultrapassar os limites da sala de aula e possibilitar a constituição da autonomia de aprendizado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento das Práticas Pedagógicas na forma de pesquisa ou estudos de caso *in loco* nas escolas e junto à comunidade, a participação e organização de congressos e a prestação de serviços de monitoria por parte do corpo discente serão constantemente viabilizados aos acadêmicos, afinal atividades dessa natureza propiciarão aos alunos a oportunidade de aplicar os conhecimentos teóricos adquiridos aos problemas práticos evidenciados nos casos reais abordados em discussões de sala de aula.

As visitas técnicas às escolas e instituições não formais de ensino também constituem excelente oportunidade para consolidação dos conceitos teóricos apresentados em aulas expositivo-dialogadas, pois o desenvolvimento destas atividades, possibilitarão a capacitação dos alunos para desempenharem responsavelmente às atividades profissionais com uma visão crítica e holística sobre as questões pertinentes à educação na realidade brasileira.

Nas atividades do Curso deverão ser respeitadas as estratégias individuais para a realização das diferentes atividades propostas. Essa liberdade de ação e criação deve ser inerente ao processo de ensino e constitui-se de fundamental importância para o processo de formação docente.

A metodologia de ensino das disciplinas previstas para o curso, além dos tradicionais recursos de exposição didática, estudos de caso, dos exercícios práticos em sala de aula, dos estudos dirigidos, independentes e seminários, inclui mecanismos que garantirão a articulação da vida acadêmica com a realidade concreta da sociedade e os avanços tecnológicos, pincipalmente ao que se refere às condições da situação da educação em nível local e nacional.

No Curso Pedagogia, de acordo com os princípios democráticos advindos das políticas institucionais, buscar-se-á constantemente um escopo metodológico que permita ao corpo docente o exercício de sua autonomia de aprendizado e o controle de seu próprio processo de trabalho, perspectiva esta, própria da sociedade moderna em sua cultura e produção globalizada. Nesse sentido, as disciplinas semipresenciais, após o reconhecimento do curso, constituem-se como excelente ferramenta de aprendizado e de efetivação real do “aprender a aprender” determinado pela moderna pedagogia.

Nesse contexto, estabelece-se os princípios da Metodologia Ativa como um processo amplo que se produz a partir da inserção do aluno/estudante de pedagogia como agente principal responsável pela sua aprendizagem, comprometendo-se com seu aprendizado.

Nesse viés de Metodologia Ativa, as práticas pedagógicas delineadas neste PPC a partir de temas previamente dimensionados (porém, não engessados, pois se poderão estabelecer novos temas conforme as necessidades do curso) compõem problematizações que tem como objetivo instigar o estudante mediante problemas da área educacional, de modo que se possibilite examinar, refletir, posicionar-se de forma crítica diante da educação e da escola.

No que diz respeito ao corpo docente, o curso privilegiará sempre a desvinculação do papel de “detentor do saber” para o papel de “mediador”. No seu fazer pedagógico o professor deverá estar centrado tanto em formar competências, habilidades e disposições de conduta, quanto com a quantidade e qualidade de informações a serem apreendidas pelos alunos. Isto significa que precisará estar relacionando o conhecimento com dados da experiência cotidiana, trabalhar com material significativo, para que o aluno consiga fazer a ponte entre a teoria e a prática e fundamentar críticas.

Ao escolher as estratégias de ensino, o curso irá sugerir a partir dos planos de ensino constituídos a cada semestre na semana pedagógica que elas sejam as mais diversificadas possíveis, que privilegiem mais o raciocínio crítico que a memória, que sejam instrumentos a favor da interação entre o professor e o aluno, aluno e aluno, em busca da construção de conhecimentos coletivos, para isso os conteúdos devem sempre ser tratados de forma contextualizada, de modo a que o conhecimento possa ser relacionado com a prática e com a experiência.

Desse modo, a Coordenação sensibilizará sempre o corpo docente de maneira que na seleção de metodologias alunos e professores tenham a oportunidade de vivenciar a cidadania e promover a criticidade em todos os conteúdos previstos para o curso. Neste contexto, as situações de trabalho docente e gestão educacional são extremamente relevantes para a contextualização, razão pela qual se dará preferência por docentes que unam a academia com a experiência no ensino básico.

A complementaridade entre as disciplinas e os conteúdos deverá aparecer, como já destacamos, na relação estabelecida entre os professores através das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas, a partir das pesquisas e projetos feitos por grupos de alunos e orientados por docentes, afinal, por fazer parte da futura rotina na atuação profissional, o trabalho em equipe é um grande e fundamental aspecto a ser priorizado.

Na mesma linha, deve-se considerar as diferenças individuais dos alunos e apoiar o desenvolvimento de interesses e habilidades particulares de cada um, afinal isso é imprescindível quando se elege a atenção à diversidade como princípio didático.

A operacionalização da proposta metodológica pode lançar mão de métodos tradicionais de ensino, tais como aulas expositivas e seminários. Entretanto, o desafio está em propor inovações no campo da metodologia de ensino para alavancar o efetivo desenvolvimento das competências do egresso. Neste sentido, a proposta metodológica prevista neste Projeto Pedagógico tem como mote a viabilização da integração dos conteúdos vistos ao longo do curso.

Essa proposta metodológica deve ser de conhecimento de todo o corpo docente para que os diversos planos de ensino sejam elaborados de forma integrada, sempre aos finais ou inícios dos semestres nos Seminários Pedagógicos que serão rotineiros no curso e na IES.

Para efetivação das propostas metodológicas aqui delineadas, são sugeridas as seguintes atividades:

- Desenvolvimento de projetos de trabalho capazes de integrar diferentes componentes curriculares de um mesmo semestre do curso, ou, até mesmo, componentes de diferentes semestres;
- Organização de projetos de extensão que permitam a simulação de situações de trabalho que poderão ser encontradas pelos futuros professores; e
- Realização de atividades extracurriculares capazes de oferecer maiores informações a respeito das atividades realizadas pelo profissional de Pedagogia.

Em suma, o proceder metodológico delineado neste Projeto Pedagógico, uma vez dirigido para a apropriação do perfil delineado para este curso, estará voltado para a formação do profissional que sabe fazer e que sabe aprender a aprender,

tudo a partir de uma concepção crítica das relações que permeiam a educação, a gestão escolar, a sociedade e o trabalho docente como um todo.

12. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

Uma vez que se contemple a importância, na missão da FACSU, da formação de cidadãos éticos capazes de intervir positivamente na sociedade, é lógico que se passe a pensar em termos de acesso e permanência dos egressos da educação básica na Instituição.

Todas as políticas institucionais de apoio ao discente advêm da concepção explicitada no documento público e político da IES, ou seja, no seu PPI – Projeto Pedagógico Institucional. No entanto, dadas às mudanças advindas do desenvolvimento da sociedade, tais políticas não podem ficar presas e fixas em um único mote, mas sim repensadas a cada dia, inerentes a flexibilidade que a IES deve ter em todos os âmbitos para se adaptar as movimentações sociais e econômicas que, consequentemente, irão refletir na vida de toda a comunidade acadêmica.

Conforme o artigo 26, parágrafo 1º, da Declaração Universal de Direitos Humanos, o acesso à Educação Superior deve ser baseado no mérito, capacidade, esforços, perseverança e determinação mostradas pelos que a buscam. A Educação Superior deve ser oferecida em qualquer idade e para quaisquer pessoas, com base nas competências adquiridas anteriormente. A igualdade de acesso, pois, não admite qualquer discriminação em termos de raça, sexo, idioma, religião, ou de condições sociais e de deficiências físicas.

Por outro lado, a FACSU tem a consciência de que além do acesso é preciso pensar na permanência dos alunos no Ensino Superior. Para tanto entra em pauta o desenvolvimento de soluções educacionais que minimizem as variáveis que interferem nas condições de permanência.

Tanto a atenção dispensada ao binômio acesso/permanência, como as definições da Política Institucional para o Ensino, no que se refere à formação dos acadêmicos, implica a superação dos obstáculos enfrentados pelos mesmos. Isso deu origem ao Programa Institucional de Apoio aos Discentes de forma a contribuir tanto em termos de acesso, como de permanência dos alunos na IES.

O Programa Institucional de Apoio ao Discente é constituído e organizado a partir do Centro de Apoio ao Estudante – CAE. Essa coordenação é a responsável pela gestão de núcleos que se responsabilizam pela viabilização de ações voltadas às políticas institucionais de apoio ao estudante da IES.

12.1. Centro de Apoio ao Estudante

O Centro de Apoio ao Estudante tem por missão acolher o aluno em suas expectativas e necessidades psicossociais, socioeconômicas, de integração, de convivência e de sociabilidade na FACSU. Desenvolve políticas, promove ações e presta serviços de apoio que contribuem para a consolidação do seu vínculo, de percursos formativos e de permanência na Faculdade.

Em suma, o trabalho do CAE se constitui no procedimento de intervir em problemas resultantes de várias ordens entre o estudante e a Faculdade. Sempre que o estudante sente dificuldades de ordem acadêmica ou financeira que venham a dificultar a sua permanência na FACSU, antes de solicitar o trancamento, cancelamento ou outro tipo de interrupção do curso, ele é orientado

a procurar o Centro de Apoio ao Estudante para um diálogo franco e aberto, com o objetivo de encontrar meios para manter-se estudando. No mesmo mote, faz-se a constante análise do desempenho acadêmico dos estudantes, momento em que se torna possível auxiliá-los também na adaptação à vida acadêmica ou no sentido de dirimir possíveis deficiências advindas do ensino básico.

Para tornar possível esse apoio ao Estudante, o CAE é constituído por um Coordenador geral responsável pela gestão dos vários órgãos envolvidos no programa de apoio ao estudante, dentre eles, além do apoio psicopedagógico e da ouvidoria, se constituem os Núcleos, a saber:

a) Ouvidoria;

b) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico;

c)Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento;

d) Núcleo de Estágio e Carreira;

e) Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria.

12.1.1. Ouvidoria

A Ouvidoria da FACSU foi criada para ser um canal de comunicação entre os acadêmicos, professores, funcionários, e a comunidade em geral. É também o local onde o cidadão pode manifestar democraticamente sua opinião sobre os serviços prestados pela Instituição.

Trata-se de um órgão democrático e independente que não pode e não deve receber quaisquer influências ou intervenção da Mantenedora, Diretoria ou de quaisquer membros que constituem a comunidade acadêmica.

Dado o aspecto democrático e a necessidade de adaptação e sensibilização ao uso das novas tecnologias de informação, há cerca de dois anos, por decisão colegiada, o órgão passou a ter também o acesso em meio eletrônico. Tudo com o objetivo de evitar constrangimentos e preservar o sigilo das informações e das pessoas envolvidas. Constitui-se então, em um canal direto para recebimento e tratamento de reclamações e/ou críticas, denúncias, sugestões e/ou elogios, com o propósito de qualificar a prestação de serviços. O contato pode ser feito pelo site www.FACSU.edu.br ou pelo e-mail ouvidoria@FACSU.edu.br.

O ouvidor recebe as informações e as repassa aos órgãos responsáveis que darão pareceres acerca do caso, devolvendo-as ao ouvidor que, em seguida, entra em contato com o interessado. Constitui-se assim, um processo de lisura e de democracia frente à instituição. Nenhuma mensagem da ouvidoria deixa de ser respondida e ao final de cada semestre, faz-se o levantamento dos tipos de solicitações que se fizeram presentes no órgão. Dessa forma, constitui-se além de um órgão de apoio ao Estudante e à Comunidade, uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

12.1.2 Núcleo de Atendimento Psicopedagógico

A FACSU conta com um Setor de Apoio Psicopedagógico, coordenado por um profissional em Psicologia. Trata-se do órgão de apoio ao Estudante responsável por intervir, a partir de ferramentas da psicologia, em todo e qualquer problema de ordem de aprendizado, interacional ou afetiva enfrentados por alguns acadêmicos em sua vida na IES. Além de o próprio aluno poder diretamente buscar o auxílio do núcleo, o encaminhamento pode ser indicado por qualquer membro da comunidade acadêmica. No entanto, a maior responsabilidade de

vislumbre dos possíveis atendidos pelo apoio psicopedagógico fica a cargo da Coordenação de Curso e do CAE – Centro de Apoio ao Estudante.

O estudante, enquanto ser principal no processo educativo, vê-se confrontado no percurso universitário por um conjunto de desafios e obstáculos inerentes a esta etapa de transição para a vida profissional. Por essa razão, o Núcleo de Apoio Psicopedagógico se propõe a realizar um trabalho amplo, procurando construir um espaço de identificação daquelas dificuldades, sejam de ordem institucional ou pessoal do discente, para lhe possibilitar ultrapassar de forma eficaz as tarefas resultantes da vida acadêmica.

No atendimento são acolhidas situações onde o processo de aprendizagem pode ser maximizado, através da ressignificação das interações do aluno com seus grupos, com a família e com a Faculdade.

O trabalho do Núcleo deve estar em consonância com os propósitos da Instituição de Ensino visto que a reconstrução da identidade e descoberta de potencialidades dos alunos, resulta no seu reconhecimento como pessoa integrada, cognitiva e emocionalmente, o que possibilitará um equilíbrio no processo de sua formação profissional.

São objetivos do Núcleo de Apoio Psicopedagógico:

- Atender as demandas dos alunos da FACSU, buscando soluções para problemas presentes nas relações do processo ensino-aprendizagem;

- Avaliar as situações relacionadas com problemas e dificuldades de aprendizagem;

- Promover a elevação da autoestima do aluno, da autoconfiança e maturidade necessárias à autorregulação do processo ensino-aprendizagem, fazendo-o perceber suas potencialidades;

- Auxiliar na recuperação de seus processos internos de apreensão da realidade nos aspectos cognitivo, afetivo-emocional e dos conteúdos acadêmicos;

- Despertar o potencial criativo, cooperativo e motivacional dos alunos da Instituição, durante o tempo em que permanecerem na Faculdade;

- Apoiar o estabelecimento de relações de convívio salutar no ambiente acadêmico, oportunizando o desenvolvimento de soluções através de ações participativas no processo ensino-aprendizagem;

- Atender e encaminhar a psicoterapias em outras instituições, alunos e ou seus familiares, bem como professores que necessitem destes serviços, através da indicação de clínicas ou Postos da rede estadual e municipal e outros serviços de saúde;

- Subsidiar a gestão universitária da FACSU sobre a adoção de medidas administrativas e ou realização de eventos que contribuam para a solução de problemas pertinentes a relação ensino – aprendizagem e potencializem valores e competências discentes e docentes.

Dentre as atividades do Núcleo Psicopedagógico destacam-se:

- Acolhimento do novo aluno e do novo professor (diferenciando da aula inaugural, com a contribuição de representantes do administrativo e das

coordenações – manuais do aluno e do professor, aspectos legais relativos ao Reg. Interno, frequência, relação professor-aluno, avaliações, entre outros.)

- Apoio psicopedagógico a alunos e professores, objetivando a intervenção nas dificuldades referentes ao processo educativo, através do debate sobre a condução didático-metodológica, a relação professor-aluno ou a relação interpessoal entre colegas;

- Encaminhamento de alunos a Psicólogos e clínicas quando diagnosticada a necessidade de acompanhamento psicoterapêutico prolongado (problemas de ordem afetiva, luto, isolamento social, desenraizamento geográfico, transição para o ensino superior, ansiedade, depressão, pânico, entre outros);

- Orientação aos pais e ou docentes envolvidos no processo de ressignificação da aprendizagem;

- Contribuição para o aumento do nível de informação sobre meios e recursos á disposição do estudante, quer ao nível da comunidade universitária, quer no aspecto da sociedade civil e em geral;

- Implementação de palestras, análises fílmicas e debates para desenvolver no aluno posturas proativas que favorecem o encontro consigo mesmo, bem como o estabelecimento de metas, propósitos de vida e definição de objetivos profissionais.(temas previstos: Princípios éticos, importância da família na busca da autorrealização, Saúde Mental e Trabalho, entre outros);

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico da FACSU se constitui como um espaço por excelência de contato e debate, com um Psicólogo, em segurança e num contexto de confidencialidade. O serviço é mantido gratuitamente pela Faculdade e, a partir do acolhimento e queixa inicial do aluno ou do professor, o

psicólogo deverá orientar de acordo com a necessidade do usuário e ou encaminhar questões à Coordenação de Curso ou Direção Acadêmica para resolução de problemas dessa ordem. O atendimento poderá ser individualizado ou em grupo. A demanda poderá ser espontânea ou encaminhada pelos dirigentes e ou docentes da faculdade.

Os atendimentos são realizados em pré-aula ou durante o expediente da Faculdade em local específico e divulgado semestralmente aos alunos. Cada sessão de apoio deve durar no máximo uma hora, realizadas com regularidade ou não, de acordo com a especificidade de cada área de intervenção em que se enquadre.

O serviço de apoio deve contribuir para a melhoria das relações dos alunos e professores com a academia, despertando-lhes para a importância da sua participação no processo ensino-aprendizagem, bem como do equilíbrio intrapsíquico e desenvolvimento de competências individuais para a excelência profissional.

Há que se destacar que a partir dos relatórios do Núcleo de Apoio Psicopedagógico enviados semestralmente à Direção Acadêmica da IES, faz-se possível a constituição de uma excelente ferramenta de gestão administrativo-acadêmica.

12.1.3. Núcleo de Integração Estudantil e Nivelamento

As experiências durante os primeiros dias na Faculdade são muito importantes para a permanência no ensino superior e para o sucesso acadêmico dos estudantes. O modo como os alunos se integram ao contexto do ensino superior faz com que eles possam aproveitar melhor (ou não) as oportunidades

oferecidas pela instituição, tanto para sua formação profissional quanto para seu desenvolvimento psicossocial.

Estudantes que se integram acadêmica e socialmente desde o início de seus cursos têm possivelmente mais chances de crescerem intelectual e pessoalmente do que aqueles que enfrentam mais dificuldades na transição ao Ensino Superior.

Há que se destacar que a experiência universitária não se resume à formação profissional e para aqueles jovens que concluem o ensino médio e ingressam logo em seguida em um curso superior, a vida acadêmica tem um impacto que vai além da profissionalização, pois o ingresso em uma Faculdade é, ao menos potencialmente, uma experiência estressora para os jovens estudantes, principalmente por ser hoje o ingresso no Ensino Superior uma tarefa de desenvolvimento típica da transição para a vida adulta, dentre outros anseios que dificultam a sua adaptação.

Sabedora dessa problemática e ciente da sua responsabilidade, a Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE estabeleceu um núcleo responsável única e exclusivamente para fornecer apoio ao ingressante na IES. Trata-se do Núcleo de Relacionamento e Integração Estudantil, responsável por promover a interlocução inicial entre a Faculdade e o estudante, principalmente no que diz respeito a sua adaptação à nova realidade educacional em que se insere.

Além das informações prestadas nos primeiros dias da vida acadêmica, dentre as ferramentas constituídas para esse apoio, destaca-se a Semana de Ambientação Acadêmica que acontece durante os primeiros dias do período letivo.

Os alunos ingressantes participam de uma série de eventos a fim de integrá-los já de início à FACSU, desde as “boas-vindas” nos portões da IES, o encaminhamento às salas de aula, até a explicitação dos aspectos que são inerentes ao ensino superior e que dificultam a adaptação dos alunos no ambiente acadêmico.

Dentre as ações inerentes à Semana de Ambientação Acadêmica, destacam-se:

- Indicações das salas de aula.
- Visita aos órgãos da Faculdade, desde a biblioteca até as coordenações de curso.
- Palestras magnas com professores e profissionais das áreas pública e privada que transmitem um pouco da experiência e da motivação de escolha profissional de cada um.
- Leitura e indicação do Manual do aluno para os novos alunos da graduação.
- Explanações acerca das normas acadêmicas.
- Apresentação do vídeo institucional.
- Apresentação dos gestores dos órgãos como a Coordenação de Pesquisa, Extensão, etc.
- Explanações acerca do Programa de Nivelamento pelos Coordenadores.
- Apresentação dos Projetos Interdisciplinares.
- Apresentação do site da IES.
- Exposição acerca do AVA.
- Atividades Complementares.

Este Núcleo também será o responsável por administrar e auxiliar as coordenações de curso no que diz respeito ao Nivelamento Acadêmico.

Além disso, o Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento irá fornecer dados para constituir o processo ou política de retenção da IES.

12.1.4 Políticas de Retenção

Preencher as vagas dos cursos de graduação é condição fundamental para a sustentabilidade do Plano de Desenvolvimento Institucional, no entanto é preciso ir além e buscar o melhor aluno possível, aquele mais preparado para aprender e para contribuir como discente, envolvendo-se com a sua formação até o final, sem evadir.

Da mesma forma, é necessário que se estabeleçam meios de mapear a evasão escolar e constituir ferramentas que possibilitem a formação integral dos alunos nos cursos.

Sabedores dessas nuances do Ensino Superior, os responsáveis pelo Núcleo de Relacionamento Estudantil e Nivelamento serão responsáveis por constituir os dados, políticas e práticas de retenção na IES. O órgão irá desenvolver estudos, análises e compor diagnósticos da evasão nos diferentes cursos, programas e atividades da FACSU, com base na identificação de fatores internos e externos de maior impacto.

Além disso, o Núcleo acompanhará e irá monitorar, de forma sistemática, o comportamento da evasão na Faculdade, com base em instrumentos e indicadores estabelecidos para esse fim, fornecendo dados aos vários Núcleos e Coordenações Acadêmicas para que se possam intervir positivamente no anseio dos alunos em terminar os seus cursos de graduação.

12.1.5 Núcleo de Estágio e Carreira

Trata-se do órgão de apoio responsável por promover a articulação e negociação entre empresas, instituições, coordenações de curso e alunos na busca de vagas e condições para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório.

Além disso, divulga vagas, organiza e executa a inscrição de candidatos de estágio e vagas de trabalho, bem como informa e orienta sobre os requisitos e condições legais para a realização de estágios e realização do programa de voluntariado acadêmico.

Desde o momento em que protocolou o seu credenciamento, a FACSU tem feito um excelente trabalho de convênios com as mais variadas empresas e instituições de São Bento e região, dessa forma são muitas as vagas já disponibilizadas para estágios em instituições, empresas e prestadoras de serviço. A partir disso, o Núcleo de Estágio se responsabiliza pela divulgação das vagas a partir do site da IES ou dos murais espalhados pela Faculdade.

De extrema importância é o trabalho conjunto entre o Núcleo de Retenção e o Núcleo de Estágio, afinal com a detecção de um problema, faz-se relevante a possibilidade de intervenção ao ponto de solucioná-la, sempre que possível, para que o aluno não abandone a Faculdade por questões financeiras.

12.1.6 Núcleo de Apoio Financeiro e Monitoria FACSU

Trata-se do setor responsável pelo acompanhamento e distribuição dos programas de bolsas estudantis, programas de incentivo e descontos.

Dentre os vários programas utilizados pela FACSU podemos citar:

a) Bolsa de Monitoria

- Como contraprestação pelo número de horas dedicadas às atividades de monitoria remunerada (15 ou 20 horas/atividades semanais), o monitor receberá, a título de bolsa-auxílio, um desconto incidente sobre as mensalidades escolares.
- A função de monitoria visa despertar, no corpo discente, o interesse pela carreira de magistério, além de colaborar para a integração os corpos discente e docente, concretizando os objetivos educacionais estabelecidos pelo PPI da FACSU.
- É compromisso do monitor realizar um plano de estudos e atividades, em conjunto com o professor orientador, que o capacite ao aprimoramento de sua formação acadêmica e lhe dê condições de auxiliar o professor no planejamento das aulas e trabalhos, bem como na orientação de alunos para o bom desenvolvimento da atividade educacional.
- O acesso à monitoria ocorrerá após publicação de edital específico destinado aos alunos que tenham aprovação na disciplina em que pretendem ser monitores e que não tenham ocorrência de penalidade disciplinar.
- Findo o prazo de exercício da monitoria, os monitores poderão retornar à monitoria mediante novo concurso, para nova disciplina.
- O monitor exercerá suas atividades durante o semestre letivo em que foi classificado.
- A monitoria não implica vínculo empregatício, e suas atividades são regidas por contrato específico a ser celebrado com a instituição.
- As atividades de monitoria poderão ser validadas como atividades acadêmicas complementares nos cursos de graduação.

b) Bolsa de Iniciação Científica

O Programa de Iniciação Científica tem por finalidade:

- Incentivar a participação dos estudantes de cursos de graduação da FACSU no Programa Institucional de Iniciação Científica, para que desenvolvam o pensamento e a prática científica sob a orientação de Professores Pesquisadores;
- Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes dos cursos de graduação nas atividades de iniciação científica;
- Qualificar recursos humanos para os programas de pós-graduação e aprimorar o processo de formação de profissionais para o setor produtivo;
- Estimular o incremento da produção científica institucionalizada;
- Despertar no acadêmico a vocação para a pesquisa.

As bolsas de iniciação científica são concedidas aos alunos que satisfizerem os requisitos:

- Estar regularmente matriculado em curso de graduação da FACSU.
- Ter sido aprovado integralmente no primeiro período do curso de graduação e não estar no último período, exceto nos casos de renovação de bolsa;
- Apresentar bom desempenho acadêmico, não tendo reprovações nas disciplinas correlatas às áreas do projeto de pesquisa;
- Anexar declaração informando não ter vínculo empregatício;
- Anexar declaração informando não ter concluído qualquer outro curso de graduação;
- Anexar declaração informando não ser bolsista de qualquer outro programa remunerado.

Cada aluno selecionado deverá assumir os compromissos de:

- Executar, individualmente, o plano de trabalho aprovado, dedicando 10 (dez) horas semanais (no caso de bolsa parcial) ou 20 (vinte) horas semanais (no caso de bolsa integral) ao desenvolvimento da pesquisa;
- Apresentar, para apreciação da Coordenação de Iniciação Científica os resultados parciais e finais da pesquisa;
- Fazer referência à sua condição de integrante do Programa Institucional de Iniciação Científica da FACSU nas publicações e trabalhos apresentados;
- Apresentar relatório técnico-científico semestral e relatório final dos resultados obtidos, bem como o de atividades complementares;
- Entregar resumo e/ou artigo para ser publicado nos anais do Simpósio de Desenvolvimento Regional da FACSU, contendo os principais resultados da pesquisa.

C) Bolsa de Trabalho FACSU

- A Faculdade, dentre outros atendimentos ao aluno, possui um programa de bolsa de trabalho administrativo interno, vinculado à coordenação de Estágios e o departamento de Recursos Humanos da IES.
- Todos os alunos regularmente matriculados em cursos de graduação ofertados pela FACSU podem candidatar-se a uma bolsa de trabalho administrativo interno (estágio), observando os prazos e critérios publicados em Edital.
- O aluno que fizer jus a bolsa, através de seleção, deverá assinar um contrato, conforme modelo padrão da Coordenação de Estágios nos mesmos moldes e prerrogativas instituídas para o estágio não curricular.
- A carga-horária a cumprir pelo aluno estagiário-bolsista será de, no mínimo, 20h semanais, de acordo com o horário estipulado pela Instituição, com vistas a sua necessidade.

- O aluno terá direito a uma bolsa de desconto do valor da mensalidade, descontados mês a mês, a partir do mês subsequente ao início da atividade como bolsista.
- O contrato poderá ser renovado a cada semestre, tendo como referência à avaliação semestral da atuação do estagiário-bolsista.
- O contrato poderá ser cancelado por ambas as partes, desde que comunicado com o mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência.

d) Programa Universidade Para Todos – PROUNI

Após o credenciamento a FACSU irá se habilitar para a oferta do Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que destina à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) para os cursos de graduação, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas. A FACSU optará pelo Programa PROUNI e oferece bolsas de estudo integrais e Parciais.

e) FIES

Também após o credenciamento, a FACSU irá fazer a adesão ao Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

O programa foi criado em 1999 para substituir o Programa de Crédito Educativo PCE/CREDUC. A única forma de ingresso no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www.caixa.gov.br), de modo a garantir a democratização do acesso ao FIES e, consequentemente, ao ensino superior.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes em situação econômica menos privilegiada. Os financiamentos do FIES são concedidos somente para estudantes regularmente matriculados em curso de graduação que tenha sido positivamente avaliado pelo Ministério da Educação MEC. Até 70% do valor do curso poderá ser financiado, podendo o estudante optar por um percentual menor ou reduzir o mesmo após a contratação.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, trouxeram transparência ao Programa, que tem como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária.

12.1.7. Programa De Nivelamento

O Programa de Nivelamento é um dos programas de apoio aos discentes mantidos pela FACSU que propicia ao aluno da Instituição o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos universitários.

O propósito principal do nivelamento é oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a

apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos. Dessa forma, durante todos os semestres são oferecidos cursos nas seguintes áreas:

- Matemática e Raciocínio Lógico;
- Língua Portuguesa;
- Informática Básica.

A FACSU procura lidar com a realidade de deficiências advindas do Ensino Básico, haja vista a maior parte de seus alunos serem provenientes de escolas públicas, e institui para seus alunos, esse programa que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação.

Espera-se que o nivelamento contribua para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores e ajude os acadêmicos a realizar um curso superior com maior qualidade.

Há que se destacar que o programa de nivelamento não pode ser utilizado para validar as Atividades Complementares.

São objetivos do Programa de Nivelamento:

- Estimular os alunos a reconhecer a importância de se revisar os conteúdos estudados no ensino médio de forma a adquirir mais condições para ter um maior aproveitamento das disciplinas do ensino superior;
- possibilitar que os alunos percebam que a revisão de conteúdos os levará a uma série de posturas lógicas que constituem a via mais adequada para auxiliar na sua formação;
- revisar conteúdos considerados imprescindíveis para o entendimento e acompanhamento das disciplinas do curso.

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa frequentar mais de uma disciplina. Os cursos de nivelamento devem ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos. Para tal, as aulas de nivelamento já são estipuladas em Calendário Acadêmico e disponibilizadas aos sábados.

Os professores do programa de nivelamento têm como funções:

- condução e acompanhamento das aulas e respectivas atividades;
- elaboração e aplicação de testes de aprendizado;
- esclarecimento de dúvidas sobre o conteúdo dos cursos;
- verificação de desempenho dos alunos e elaboração de relatórios de desenvolvimento das turmas.

O programa será oferecido com caráter opcional. O aluno não tem qualquer compromisso em realizar os testes, nem frequentar as aulas do programa.

A necessidade do nivelamento deve ser apontada pelos professores, alunos ou pelo coordenador de curso.

12.1.8. PAE – Programa de Acompanhamento do Egresso

O Programa de Acompanhamento do Egresso – PAE, anexado a este PDI, é um instrumento que possibilitará a avaliação continuada da FACSU, por meio do desempenho profissional dos ex-alunos e do seu desenvolvimento na educação continuada.

Trata-se de um importante passo no sentido de incorporar ao processo de ensino-aprendizagem elementos da realidade externa à instituição que apenas o diplomado está em condições de oferecer, já que é ele quem experimentará pessoalmente as consequências dos aspectos positivos e negativos vivenciados durante sua graduação.

Sendo assim, estabeleceram-se os seguintes objetivos do Programa:

- Avaliar o desempenho da instituição, por meio do acompanhamento do desenvolvimento profissional dos ex-alunos;
- Manter registros atualizados de alunos egressos;
- Promover intercâmbio entre ex-alunos;
- Promover a realização de atividades extracurriculares, de cunho técnico-profissional, como complemento à formação do ex-aluno, e que, pela própria natureza do mundo moderno, está em constante aperfeiçoamento;
- Promover a realização de eventos direcionados a profissionais formados pela instituição;
- Fornecer ferramentas de reavaliação dos currículos dos cursos e dos programas e políticas da IES;
- Divulgar permanentemente a inserção dos alunos formados no mercado de trabalho e acompanhar sua vida profissional como forma de atualização do PPC;
- Identificar junto às empresas seus critérios de seleção e contratação dando ênfase às capacitações dos profissionais da área buscados pela mesma;
- Incentivar à leitura de acervos especializados, disponíveis na biblioteca, bem como a utilização de laboratórios, cujo acesso as dependências da instituição acontece por meio de documento expedido pela instituição.

Além disso, a instituição pretende lidar com as dificuldades de seus egressos e colher informações de mercado visando formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

Sendo assim, o programa se constituirá como um órgão responsável pelos egressos na instituição, juntamente com o Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante e Comissão Própria de Avaliação, intensificando ações para acompanhar os egressos dos cursos e fornecendo um espaço de troca de saberes, de vida e de experiências.

Dessa forma, o PAE se estabelecerá como um instrumento para a necessária interação instituição-empresa-sociedade.

12.2. Coordenação de Educação a Distância – CEAD

A Educação a Distância - EAD é um importante instrumento para a produção e socialização do conhecimento nas várias esferas da sociedade. As barreiras de tempo e espaço são eliminadas e se torna uma ferramenta de ensino-aprendizagem necessária aos novos tempos.

Num país das dimensões do Brasil, o uso da tecnologia da informação é um recurso indispensável para a melhoria da qualidade de vida da população e para a redução das desigualdades sociais. Afinal, um ambiente virtual de aprendizagem torna possível a constituição de mais um canal de formação, em várias áreas de conhecimento, e um espaço para reflexão, articulação, formulação e desenvolvimento de ações nas mais variadas áreas.

Apesar de não possuir nenhum curso de graduação autorizado nessa modalidade, a FACSU investiu em suas TICs e incentiva o uso dessa ferramenta nos seus cursos.

Para promover ações voltadas à inclusão digital, criar cursos de extensão e auxiliar no gerenciamento das disciplinas semipresenciais foi criado na IES a Coordenação de Educação à Distância. Trata-se do órgão da Faculdade que tem os seguintes objetivos:

- Propiciar a existência de um espaço de reflexão, articulação, formulação e desenvolvimento de ações em Educação a Distância, responsável pela coordenação da política de EAD na FACSU;
- Apoiar ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito da IES, ampliando seu alcance espacial em consonância com a política de expansão da Faculdade e promovendo o desenvolvimento social;
- Constituir suporte via Plataforma Modelo para as disciplinas semipresenciais dos Cursos de Graduação da IES;
- Em articulação com a Coordenação de Extensão e os Cursos de Graduação, promover continuamente o oferecimento de Cursos de Extensão na modalidade semipresencial e a distância.

13. AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de avaliação institucional será consolidado na FACSU a partir do semestre subsequente ao primeiro vestibular. A avaliação institucional será firmada no âmbito do SINAES, com uma CPA – Comissão Própria de Avaliação plenamente constituída como um órgão independente, democrático e estabelecido como a mais importante ferramenta de gestão participativa da IES.

As avaliações da CPA ocorrerão semestralmente no que diz respeito a auto-avaliação dos cursos de graduação e serão centradas em 03 escopos: Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. No entanto, uma vez ao ano, geralmente no segundo semestre letivo, realizar-se-á o processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as dez dimensões da Lei.

A Metodologia detalhada do Processo de Avaliação Institucional na FACSU terá início com a Campanha de Sensibilização, para estimular os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com o futuro da Instituição.

Para essa etapa, essencial no processo, serão impressos e distribuídos cartazes, banners e folders, divulgando a campanha. Além disso, o site institucional será um dos meios para divulgar e sensibilizar os envolvidos no processo.

Em seguida, constituir-se-á a fase de avaliação em si, a partir da aplicação de questionários on-line.

Auxiliados pelo departamento de informática da IES, todos os dados serão coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Após a coleta e estatística dos resultados, serão elaborados relatórios que, em momento específico, serão entregues à Direção Acadêmica e aos gestores de curso, além da Diretoria Administrativo-Financeira para informações sobre o corpo técnico-administrativo. Os resultados serão consolidados em formas de fragilidades e potencialidades e, em conjunto, por meio de reuniões, será feita a apreciação e discussão sobre os mesmos, tomando-se como base os relatórios da auto-avaliação interna. Nesta ocasião, serão estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas, o que gerará a constituição de outro documento chamado de “Projeto de ações”, cujo objetivo será o acompanhamento das ações que podem ser executadas em curto, médio ou longo prazo. Adotar-se-á, ainda, como parâmetro, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, pois, assim, será possível cruzar informações, observando a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos.

Posteriormente, será feita a divulgação dos resultados à comunidade acadêmica, atividade realizada pelo setor de marketing, que uma vez acionado pela CPA e pela Direção, viabilizará, democraticamente, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios que especificarão os pontos fortes e fracos, e informarão, a exemplo dos pontos fracos, quais já foram reparados e como a instituição estará trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

Através dos formulários se conseguirá perceber se a IES e os cursos atendem às demandas necessárias não só para a satisfação dos seus alunos, mas para

alcançar resultados satisfatórios sobre o nível de aprendizado, uma vez que pelo processo de auto-avaliação se poderá identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam no alcance de resultados positivos em exames como o ENADE.

13.1. Auto-Avaliação do Curso de Licenciatura em Pedagogia

A partir dos resultados das avaliações interna e externa, serão considerados o desenvolvimento das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão em nível do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia.

Há que se considerar que serão levados em consideração não apenas os resultados advindos da CPA e do INEP, mas as percepções do Colegiado do Curso, da Coordenação de Curso e da Coordenação de Apoio ao Estudante – CAE.

Todos esses elementos resultarão em um diagnóstico global e após a sua sistematização, serão trabalhados em diferentes etapas, a saber:

- reuniões de trabalho do Colegiado do Curso para elaboração do planejamento semestral;
- reuniões específicas para conhecimento detalhado das informações e dos dados apresentados pelo diagnóstico da situação real do curso: pontos fortes e pontos fracos (incluem-se aqui dados e informações coletados pelo próprio curso, pela CPA e pelo INEP);

- reuniões conjuntas entre a coordenação de curso e a Diretoria Acadêmica para a análise conjunta das variáveis e indicadores contemplados no diagnóstico dos diferentes componentes curriculares do curso;
- reuniões colegiadas para a identificação de variáveis e indicadores específicos, que porventura não contemplados pelo Sistema de Avaliação Institucional interna e externa;
- desenvolvimento e avaliação contínua dos Planos de Ensino para a melhoria permanente do curso e sua capacidade de inovação e de reflexão crítica; e
- reuniões conjuntas, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e a equipe de suporte técnico-administrativo, para proceder, por meio de uma atitude crítica e auto-reflexiva, à avaliação do processo de auto-avaliação empregado pelo curso no período letivo correspondente.

Numa perspectiva processual, essas atividades e reuniões de trabalho serão realizadas no transcorrer dos semestres letivos, cujo cronograma de atividades será estabelecido no início de cada semestre letivo e de maneira extraordinária conforme as resoluções de problemas emergenciais ou aplicação de novos indicadores e/ou procedimentos no âmbito do curso.

Dessa forma, o projeto de auto-avaliação a ser empregado no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia caracterizar-se-á como um ciclo que tomará corpo e se justificará como um processo conjuntivo-formativo que visa implementar medidas concretas para o constante aperfeiçoamento da organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso.

14. TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO – TIC'S NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Sabedora da necessidade da inclusão digital em razão das necessidades da sociedade globalizada, o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia oferecerá, além das aulas práticas no laboratório de informática na disciplina Informática e Tecnologias Educacional, os serviços de tecnologia da Informação a partir do uso excepcional do AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem.

O ambiente será utilizado tanto para a constituição de atividades de extensão, necessárias para o cumprimento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, como nas disciplinas do curso como ferramenta de ensino-aprendizagem. Trata-se da Plataforma Moodle, software livre utilizado pelas maiores universidades do mundo como ambiente virtual de aprendizagem. O AVA está disponível para acesso por todos os alunos da IES.

Ademais, ainda são utilizados os recursos do Canal do Aluno, espaço onde professores e alunos podem trocar informações e materiais.

Para atender a essas ações, a FACSU disponibiliza recursos de informática aos seus discentes em laboratórios e na biblioteca.

As necessidades de recursos de hardware e software serão implementadas de acordo com as necessidades do curso.

Todos os laboratórios atendem às aulas e também às atividades de monitorias. Os alunos possuem acesso aos laboratórios também fora dos horários de aulas, com acompanhamento de monitores (estagiários alunos).

Além dos diferentes softwares, disponibilizam-se também acesso à Internet através de wireless em todo o ambiente da IES.

15. LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

Compreender a importância da ludicidade como fator de desenvolvimento do ser humano é algo essencial na formação docente, já que o brincar é reconhecido pelos estudiosos da infância como sendo o próprio mundo da criança, sua atribuição mais peculiar e necessária ao seu pleno desenvolvimento: cognitivo, motor, afetivo e social.

Todos nós precisamos do lúdico para nos desenvolver de forma harmoniosa e equilibrada e, corroborando tal reconhecimento, as diretrizes curriculares do Ministério da Educação – MEC para os cursos de formação de professores incluem o espaço da Brinquedoteca nos cursos de Pedagogia como algo imprescindível na formação docente, por se constituir um campo privilegiado de estudos aplicados dos fundamentos da ciência da Pedagogia.

É por esta razão que o curso de Pedagogia da FACSU propõe o uso do espaço da Brinquedoteca por crer que esta iniciativa, além de incrementar a formação dos alunos de todos os cursos de licenciatura, atendendo as exigências do Ministério da Educação, trará benefícios sociais importantes como Projeto de Extensão e do atendimento às escolas conveniadas da região de São Bento.

A Brinquedoteca do Curso de Pedagogia foi constituída a partir de um espaço que comporta o mobiliário necessário, brinquedos e jogos visando o aprendizado a partir da ludicidade.

16. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Além das auto avaliações do curso que possibilitam conhecer a percepção dos alunos acerca do ensino-aprendizagem, a FACSU opta pela avaliação do ensino-aprendizagem por disciplina.

A avaliação formal do ensino-aprendizagem, por disciplina, é realizada bimestralmente, por todos os alunos, cabendo a cada professor identificar e aplicar as melhores sistemáticas de avaliação conhecidas, que sejam adequadas ao conhecimento e às características das turmas que estão sendo avaliadas. O que se estimula é que as avaliações constituam mais uma oportunidade de crescimento do conhecimento, ao invés de momentos de repetições de informações decoradas.

Vale ressaltar que o Curso estará sempre atento aos procedimentos de avaliação externos, como o Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tanto, o curso indicará aos professores que sejam contemplados os conteúdos nas avaliações no formato semelhante ao exigido pelo ENADE.

A avaliação da aprendizagem obedece a normas específicas, estabelecidas pelo Regimento Geral da FACSU (Disponível no site www.Facsu.edu.br), de acordo com a forma de organização dos cursos, ou seja, neste caso, por disciplinas.

A avaliação do rendimento escolar do aluno é realizada em cada disciplina ou atividade acadêmica, no decurso do período letivo, abrangendo diferentes ações ou iniciativas didático-pedagógicas sendo 40% do rendimento avaliado a partir de exercícios, trabalhos ou outros instrumentos e procedimentos definidos pelo professor.

O Sistema de avaliação do rendimento escolar estabelece duas avaliações semestrais, que podem ser compostas por provas, trabalhos, seminários, resenhas críticas, *positions papers, one minute paper*, entre outras avaliações que em conjunto ou isoladamente construirão a avaliação bimestral.

Para o primeiro bimestre, a avaliação total importará em 40% do peso total da média final, enquanto que a avaliação do segundo bimestre representará 60% da avaliação total, constituída por uma média ponderada das duas avaliações bimestrais.

O aluno que não alcançar média final mínima para a aprovação, poderá se submeter ao Exame Final, desde que sua média geral no semestre, não tenha sido inferior a 4,0 (quatro).

Assim, para a aprovação sem exame o aluno deverá perfazer média final 7,0 (sete) e, com exame final 5,0 (cinco), como condição mínima para seguir adiante no curso.

Apesar de se tratar de um componente curricular com status de disciplina, as Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento não são avaliadas da mesma maneira que as outras disciplinas do currículo: as horas são validadas pela Coordenação de responsável e, posteriormente, lançados os aproveitamentos no histórico do aluno, devendo o mesmo constituir um número x de atividades no semestre, para poder galgar de período.

Vale destacar também que disciplinas como os Projetos Interdisciplinares, TCC e Estágio Supervisionado possuem características próprias de configuração avaliativa.

17. NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS/IMPLANTADAS

Serão ofertadas 160 vagas anuais de Pedagogia, no período noturno. Destaque-se que devido à qualidade do curso, da rápida inserção no mercado de trabalho e dada à demanda reprimida na região de São Bento no que tange ao profissional egresso do Curso de Pedagogia a gestão da IES prevê o preenchimento total das vagas ofertadas para os próximos 04 anos.

18. CORPO DOCENTE

18.1. Núcleo Docente Estruturante – NDE

Inicialmente, o NDE – Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Pedagogia da FACSU foi constituído por professores que serão lotados no curso, todos com grande experiência e titulação.

As atribuições do NDE serão, entre outras:

- Atualizar periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso definindo sua concepção e fundamentos,
- Discutir e propor mecanismos de interdisciplinaridade;
- Acompanhar e propor mecanismos e a forma de integralização das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento;
- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;
- Acompanhar as avaliações do corpo docente, por meio da Avaliação Institucional;
- planejar mecanismos de preparação para avaliações externas conduzidas no sistema SINAES.

MEMBROS DO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

- **Obs* O NDE do curso atende ao que é preconizado pela Portaria Normativa CONAES/MEC 01/2007=> Mínimo de 05 docentes, mínimo de 60% deles com formação Stricto Sensu e mínimo de 20% em regime Integral.**

- **Obs** Apesar de o instrumento de avaliação de cursos superiores de graduação do INEP apontar para a "previsão" e não a sua constituição efetiva como seria nos casos de reconhecimentos de cursos, este NDE trabalhou efetivamente na concepção deste PPC conforme comprovam atas e portarias da IES.**

Professor	Titulação	Regime de Trabalho
Luiz Hermínio do Nascimento	Doutorado	Integral
Sônia Azevedo de Medeiros	Mestre	Parcial
Maria Aparecida Carneiro	Mestre	Parcial
Régis Flávio Varela de Oliveira	Doutorado	Integral
Claudianor Almeida de Azevedo	Doutorado	Integral

Nesse sentido, destaque-se que este PPC do Curso de Graduação em Pedagogia é fruto da gestão articulada da Coordenação de Curso com o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Foi elaborado adotando-se como referência o PPI, o PDI, as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 9.394/96), as diretrizes curriculares nacionais para a organização e funcionamento dos cursos de Licenciatura em Pedagogia e demais normas legais que regem a oferta da educação superior.

Assim sendo, possui orientações estratégicas para o planejamento e a condução das atividades acadêmicas, sempre referenciadas pela missão da Instituição, por sua vocação e objetivos, pela legislação vigente, e pelo contexto social, político, econômico e cultural no qual está inserida.

18.2 Atuação do Coordenador

A Instituição reconhece a Coordenação do curso como uma liderança importante para a concepção, a execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico dos cursos que oferece.

Nesse sentido, há sempre um esforço de formar uma equipe de coordenadores respeitando os seguintes critérios:

- Professores com formação acadêmica correspondente a mestre/doutor e/ou, minimamente, cursando um programa *Stricto Sensu* na área do curso ou especialização *lato sensu* na área do curso;
- Professores com, pelo menos, 5 anos de experiência acadêmica e não - acadêmica;
- Professores com dedicação integral ao curso e à Instituição (40 horas) ou, com dedicação parcial de no mínimo 12 horas semanais dedicadas, exclusivamente, a gestão do curso;
- Professores capazes de liderar processos acadêmico-pedagógicos envolvendo professores e estudantes;
- Professores integrados à comunidade local, capazes de facilitar a localização e a contratação de bons profissionais, estabelecimento de convênios, fixação de imagem institucional positiva da Instituição etc.;
- Professores interessados em conhecer o projeto dos estudantes, as demandas do mercado de trabalho e as necessidades da comunidade para, de alguma forma, fortalecer os programas educacionais que a Instituição oferece;
- Professores aptos a selecionar, produzir ou a utilizar informações que subsidiem os processos decisórios que envolvem sua função;
- Professores com boa capacidade de comunicação oral e escrita.

Para o Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, bem como de outros cursos de graduação da IES, são constituídas atuações e atribuições divididas em categorias passíveis de conduzir positivamente o curso e a modernização dos Projetos Pedagógicos: funções de natureza Política, Gerencial, Acadêmica e Institucional.

a) Funções de Natureza Política:

- O Coordenador do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia exercerá o papel de grande divulgador do curso tanto no plano interno – junto a estudantes e a professores – quanto no plano externo – junto aos potenciais empregadores e a comunidade/sociedade.
- Negociará, com os dirigentes, condições que multipliquem as possibilidades de execução de projetos capazes de ampliar a aprendizagem do corpo discente.
- Motivará estudantes e professores para a busca de qualidade acadêmica.

b) Funções de Natureza Gerencial:

- Supervisionará a qualidade e a suficiência das instalações da IES para o curso; dos equipamentos dos laboratórios; do acervo da biblioteca e da adequação da política de uso dos espaços e equipamentos.
- Conhecerá e irá contribuir para os controles da Secretaria: registro de faltas e de notas, matrículas, cumprimento de prazos etc.
- Formulará fluxos de comunicação e de processos que contribuirão para a agilidade das ações e a eficácia dos resultados.

c) Funções de Natureza Acadêmica:

- Contribuirá para a concepção, execução e o aperfeiçoamento do projeto pedagógico do curso na direção e sua explícita articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Integrará os professores e estimulará a articulação das disciplinas da grade curricular – tanto no plano horizontal quanto vertical – e dos programas curriculares e extracurriculares que, de alguma forma, envolvam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Liderará o programa de avaliação com a preocupação de identificar pontos frágeis e de formular alternativas de superação de tais debilidades.
- Estimulará os programas que reforcem os projetos acadêmico/profissional dos estudantes, o projeto pedagógico do curso e o PDI: programa de monitoria, programa de iniciação científica, execução dos PIs – Projetos Interdisciplinares, programas de consultoria vinculados ao Núcleo de Práticas etc.

d) Funções de Natureza Institucional:

- Contribuirá para a imagem interna e externa do curso e da Instituição.
- Encontrará meios de ampliar a empregabilidade dos egressos.
- Firmará contratos, convênios e parcerias que ampliem os espaços de aprendizagem dos estudantes, os espaços profissionais dos egressos e a credibilidade da Instituição junto à sociedade.
- Procurará ser ativo em todos os processos que envolvam a autorização, reconhecimento e avaliação periódica do curso que coordena.

Dessa forma, há que se destacar que a FACSU prima na sua organização administrativa e acadêmica por coordenadores com perfil de responsabilidade pela articulação, formulação, e execução de cada projeto pedagógico de Curso.

O coordenador possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do projeto pedagógico do seu curso..

18.3. Experiência na Educação Básica, de Magistério Superior e Gestão Acadêmica do Coordenador

Para coordenar o curso de Pedagogia da FACSU foi contratado o professor Claudianor Almeida de Azevedo

O referido docente possui Mestrado em , pela xxxxxx, e graduação em Pedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil- FAIBRA.

O professor Claudianor Almeida de Azevedo possui vasta experiência na Educação Básica em escolas públicas e privadas.

18.4. Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O (a) Coordenador (a) do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, Claudianor Almeida de Azevedo será contratado (a) nos moldes da CLT e possuirá dedicação com regime integral de 40h de atividades semanais.

18.5. Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia será constituído por docentes com formação específica e titulação compatível aos

conteúdos ministrados, à natureza das atividades acadêmicas que desenvolverá, às características do contexto da região, e à concepção do curso.

Os professores serão estimulados à educação continuada, tanto pelo oferecimento, pela FACSU, de cursos de pós-graduação Lato Sensu, de cursos de extensão e pela facilitação e subsídio para a inscrição em programas de pós-graduação *Stricto Sensu* e, também, para participações em eventos e apresentações e publicações de trabalhos em geral.

A Instituição também oferecerá apoio à pesquisa dos seus Docentes, através da Coordenação de Pesquisa que tem por objetivo promover o desenvolvimento de investigações científicas e destina-se aos professores de todos os cursos da FACSU.

Há que se destacar que o corpo docente participará ativamente dos eventos de extensão da FACSU, tanto na sua concepção como na sua realização, envolvendo toda a comunidade acadêmica em programas sociais e culturais.

São atribuições do corpo docente:

- ministrar o ensino das disciplinas e assegurar a execução da totalidade do programa aprovado, de acordo com horário pré-estabelecido;
- registrar a matéria lecionada e controlar a frequência dos alunos;
- elaborar, para cada período letivo, os planos de ensino de sua disciplina e submetê-los à Coordenação do curso e ao Colegiado de Curso;
- responder pela ordem nas salas de aula, pelo uso do material e pela sua conservação;

- cumprir e fazer cumprir as disposições referentes à verificação do aproveitamento escolar dos alunos;
- fornecer à Coordenação dos Professores as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, dentro dos prazos fixados pelo órgão competente;
- comparecer às reuniões dos colegiados aos quais pertence;
- propor à Coordenação do curso medidas para assegurar a eficácia do ensino e da pesquisa; e
- realizar e orientar pesquisas, estudos e publicações, de acordo com o plano aprovado pela Entidade Mantenedora e submeter-se periodicamente à avaliação da Coordenação do curso e da Direção Acadêmica.

Para ingresso na Faculdade e no Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia os professores são selecionados pelo Coordenador, oriundos, em sua maioria, do próprio Estado da Paraíba.

Os requisitos exigidos para a docência são:

a) Titulação acadêmica. Privilegia-se os candidatos com melhor titulação, compatível com as disciplinas a serem ministradas. A titulação mínima aceitável é a de especialista.
b) Formação não acadêmica. Privilegia-se os candidatos com maior formação, ainda que não acadêmica (treinamentos empresariais, cursos de extensão, cursos de atualização, entre outros).
c) Experiência acadêmica. Privilegia-se candidatos com maior e melhor experiência acadêmica.

d) Experiência profissional. Para disciplinas mais específicas do Curso, é fundamental a experiência em instituições pertinentes à área.

O perfil e a titulação do corpo docente do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia previstos para os dois primeiros anos do curso estão representados na tabela, a seguir:

TITULAÇÃO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Doutorado	**6**	**60%**
Mestrado	**4**	**40%**
Especialização	**---**	**----**
PROFESSORES COM FORMAÇÃO STRICTO SENSU		**100%**

PREVISÃO DE DISCIPLINAS E DOCENTES

1º SEMESTRE

Disciplina	**Docente**	**Titulação**
Metodologia do Trabalho Científico em Educação	Alvaro Carvalho Dias da Silva	Doutorado
Informática e Tecnologias Educacionais	Claudianor Almeida de Figueiredo	Doutorado
Leitura e Produção de Textos	Maria Aparecida Carneiro	Mestrado
Filosofia da Educação	Janduí Evangelista de Oliveira	Mestrado

História da Educação	Kelson Gérison Oliveira Chaves	Doutorado
* Pesquisa e Prática Pedagógica I	Sônia Azevedo de Medeiros	Mestrado

2º SEMESTRE

Disciplina	**Docente**	**Titulação**
Psicologia da Educação	Kelli Faustino do Nascimento	Pos Doutorado
Didática Geral	Luiz Hermínio do Nascimento	Doutorado
Educação Ambiental	Aldo Carlos de Almeida	Mestrado
Estrutura e Funcionamento da Educação Básica	Claudianor Almeida de Azevedo	Mestrado
Sociologia e Antropologia da Educação	Kelson Gérison Oliveira Chaves	Doutorado
* Pesquisa e Prática Pedagógica II	Sônia Azevedo de Medeiros	Mestrado

3º SEMESTRE

Disciplina	**Docente**	**Titulação**
Matemática: Conteúdos e Métodos	Luiz Hermínio do Nascimento	Doutorado
Multiculturalismo e Diversidade étnico-Racial, de Gênero, Sexual, Religiosa e de Faixa Geracional	Kelson Gérison Oliveira Chaves	Doutorado
Língua Portuguesa: Conteúdos e Métodos	Claudianor Almeida de Azevedo	Doutorado

Literatura infanto-Juvenil	Maria Aparecida Carneiro	Mestrado
Política e Direito Educacional	Régis Flávio Varela de Oliveira	Doutorado
* Pesquisa e Prática Pedagógica III	Sônia Azevedo de Medeiros	Mestrado

4º SEMESTRE

Disciplina	**Docente**	**Titulação**
Alfabetização e Letramento: Métodos e Perspectivas	Maria Aparecida Carneiro	Mestrado
Fundamentos de Educação Infantil	Claudianor Almeida de Figueiredo	Doutorado
Ludicidade, Jogos e Recreação	Alvaro Carvalho Dias da Silva	Doutorado
Avaliação da Educação e da Aprendizagem	Kelson Gerison Oliveira Chaves	Doutorado
Educação Inclusiva	Aldo Carlos de Almeida	Mestrado
* Pesquisa e Prática Pedagógica IV	Sônia Azevedo de Medeiros	Mestrado

18.6. Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O regime de trabalho a ser adotado é o de tempo parcial ou integral. Os docentes contratados em regime de tempo parcial terão 25% de sua carga horária dedicados a atividades extraclasse, atendimento aos alunos do curso,

planejamento didático-pedagógico, desenvolvimento de atividades de extensão entre outras atividades.

O coordenador do curso será contratado em regime de trabalho de quarenta horas semanais.

O Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso de Pedagogia da IES está representado nas tabelas, a seguir:

REGIME DE TRABALHO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Integral	**05**	**50%**
Parcial	**05**	**50%**
Horista	**-----**	
PROFESSORES EM REGIME PARCIAL OU INTEGRAL		**100%**

DOCENTE	REGIME DE TRABALHO
Alvaro Carvalho Dias da Silva	Integral
Aldo Carlos de Almeida	Integral
Claudianor Almeida de Azevedo	Integral
Maria Aparecida Carneiro	Parcial
Jandui Evangelista de Oliveira	Integral
Kelson Gérison Oliveira Chaves	Parcial
Kelli Faustino do Nascimento	Parcial
Sônia Azevedo de Medeiros	Parcial
Luiz Herminio do Nascimento	Integral
Régis Flávio Varela de Oliveira	Parcial

18.7. Plano de Carreira Docente

A IES, por meio de sua mantenedora, tem implementado e homologado o seu Plano de Carreira Docente. Entre os aspectos levados em consideração quando da composição do Plano de Carreira Docente – PCD destacam-se: titulação, regime de trabalho, substituições, experiência acadêmica e experiência profissional não-acadêmica, mérito pelo trabalho desenvolvido e continuidade do processo de atualização.

A Instituição tem a titulação como principal critério para progressão na carreira docente e, neste sentido, procura desenvolver uma política de qualificação que incentive o docente a continuar seus estudos de pós-graduação.

Outros importantes fatores que poderão ser considerados para a progressão na carreira docente são a produção e a publicação de obras técnico-científicas, resultantes dos trabalhos de investigação dos professores e estudantes.

18.8 Qualificação do Corpo Docente

A IES tem delineado a partir do seu PDI a preocupação constante com qualificação de seu corpo docente, afinal isso vai eclodir exatamente no objetivo maior de promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, a FACSU incentivará os seus professores a se qualificarem a partir dos seus próprios cursos de pós-graduação, afinal ofertará especializações *"lato sensu*". Acrescente-se a essa expectativa, o apoio constante a capacitação a partir de cursos stricto sensu.

19. FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia será composto, inicialmente, pelo Coordenador do Curso e por 04 (quatro) docentes. O colegiado contará, após a sua autorização, com representação discente. Ao Colegiado, na forma como ele será instituído, competirá o seguinte:

a) propor e executar atividades e promover a articulação em nível interno e em nível das relações entre os cursos da mesma área da instituição;

b) aprovar o plano de atividades de curso;

c) promover a articulação e a integração das atividades docentes;

d) propor providências de ordem didática, científica e administrativa aos órgãos da Administração Superior;

e) opinar sobre a realização de programas de ensino, pesquisa e extensão;

f) responsabilizar-se pela elaboração de projetos de pesquisa de extensão na área de competência, coordenar e supervisionar sua execução;

g) desenvolver e aperfeiçoar metodologias próprias para o ensino das disciplinas de sua competência;

h) distribuir aos membros do corpo docente encargos de ensino, pesquisa e extensão;

i) responsabilizar-se pelo oferecimento das disciplinas relacionadas com o setor específico do saber que define o âmbito de sua competência;

j) elaborar as ementas, os programas e os planos de ensino para as disciplinas de sua competência;

k) avaliar o desempenho individual de cada docente;

l) participar de programa ou projetos de pesquisa e extensão de natureza interdisciplinar;

m) promover e coordenar seminários, grupos de estudos e outros programas para o aperfeiçoamento docente e discente;
n) avaliar, ao final do semestre, os programas relativos ao curso;
o) constituir comissões especiais para assuntos específicos;
p) acompanhar a expansão do conhecimento nas áreas de sua competência através de intercâmbio com centros de pesquisadores que desenvolvam trabalhos inovadores e através do incentivo à participação dos docentes em eventos científicos e culturais nas respectivas áreas de especialização;
q) exercer as demais atribuições que se incluam, de maneira expressa ou implícita, no âmbito de sua competência;
r) fazer indicação para admissão do pessoal docente.

O Colegiado do Curso de Pedagogia, presidido pelo Coordenador de Curso, irá se reunir ordinariamente, no mínimo, uma vez por semestre. As normas para funcionamento desses colegiados se constituem a partir do Regimento Geral da IES, mas serão estabelecidas em Regimento próprio do Colegiado do curso após a sua autorização.

Inicialmente, o Colegiado do Curso será constituído pelos seguintes membros:

Professor	**Titulação**
Alvaro Carvalho Dias da Silva	Doutorado
Aldo Carlos de Almeida	Mestrado
Claudianor Almeida de Azevedo	Doutorado
Maria Aparecida Carneiro	Mestrado
Janduí Evangelista de Oliveira	Mestrado

Kelson Gérison Oliveira Chaves	Doutorado
Kelli Faustino do Nascimento	Doutorado
Sônia Azevedo de Medeiros	Mestrado
Luiz Herminio do Nascimento	Doutorado
Régis Flávio Varela de Oliveira	Doutorado

20. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

Inicialmente, vale destacar que a estrutura curricular do Curso de Pedagogia permitirá que a cada semestre as áreas e disciplinas realizem um projeto de Pesquisa e Práticas Pedagógicas cuja pesquisa permitirá mobilizar o conjunto de saberes e experiências vividos a cada período. Cada disciplina será aproveitada na medida em que o seu conjunto de teorias, conceitos e instrumentais de análises forneçam ferramentas para o desenvolvimento de uma pesquisa comum em determinadas ênfases. Dessa forma, somos sabedores que a pesquisa, e a decorrente produção científica e tecnológica terão um grande aumento no decorrer dos semestres do curso.

Torna-se igualmente importante ressaltar que a pesquisa tem um papel singular na formação dos docentes e discentes.

A Faculdade tem a previsão de ter uma Coordenação específica de Pesquisa e Iniciação Científica, a qual publicará semestralmente edital convocando para apresentação de projetos.

Há que se destacar que a IES planeja desenvolver uma revista/periódico para publicação de trabalhos dos professores, após a autorização de curso.

21. INFRAESTRUTURA

21.1 Gabinetes de Trabalho para Professores Tempo Integral

O curso conta com gabinetes de trabalho para os professores que exercerão atividades em Tempo Integral no curso e, assim, poderem ter condições de desenvolverem trabalhos em condições de silêncio e comodidade.

Tais gabinetes estão localizados junto à sala de professores, tudo com boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Assim, pode-se dizer que os gabinetes contam com os seguintes recursos:

- computadores com acesso à internet
- impressora ligada à rede.

OBS: Todos os gabinetes são equipados com mesas cadeiras e utensílios de escritório.

21.2. Espaço de Trabalho para Coordenação do Curso e Serviços Acadêmicos

Na IES, há o cuidado para que o coordenador de curso possa atender os alunos de maneira satisfatória, bem como constituir os trabalhos rotineiros de ordem acadêmica.

Por isso, o Curso de Pedagogia possui uma sala exclusiva para a coordenação de curso, com todo o material de escritório, ar condicionado, computador, impressora e acesso a internet.

Além disso, sabedora do volume de trabalho burocrático que incide sobre uma coordenação de curso, a IES fornecerá uma secretária acadêmica para atender ao curso.

21.3. Sala dos Professores

Vários estudos já constataram que a produtividade e a qualidade do trabalho realizado estão diretamente relacionadas com as boas condições do ambiente em que se desenvolvem as atividades. Para que o trabalhador se sinta bem em seu ambiente de trabalho é preciso que ele usufrua de uma situação descrita como Conforto Ambiental. Este conforto ambiental é relativo, pois cada pessoa reage de forma diferente a estímulos externos. No entanto é possível criar um ambiente de trabalho que satisfaça as condições de conforto da grande maioria das pessoas que nele trabalham.

Nesse contexto, a FACSU tem plena consciência da necessidade de se estabelecer um padrão de conforto para o trabalho docente que se inicia antes de entrar na sala de aula.

Assim, na FACSU há um grande esmero pela sala dos professores, que está assim constituída:

- Mesa de Reuniões para a interação entre os docentes;
- Água filtrada de qualidade excelente;
- Abastecimento contínuo de café;
- Acesso a internet;
- Ar condicionado;
- Cadeiras confortáveis;
- Computadores para uso dos docentes;
- Secretárias docentes para auxiliar nas mais diversas atividades.

21.4. Salas de Aula

Uma boa qualidade de ensino não só depende da capacitação dos professores, mas também das condições físicas das salas de aulas, ambientes em que os mesmos interagem com os alunos. Já que existe relação direta da qualidade e da produtividade com o ambiente de trabalho, pode-se afirmar que as salas de aulas precisam prover os alunos e professores de condições saudáveis, garantindo a espontaneidade de uma das atividades mais importantes para a sociedade.

Ciente dessa necessidade para alcançar os seus objetivos institucionais, a FACSU constitui todas as instalações de forma que possuam espaço físico adequado e estejam em boas condições com relação ao mobiliário, acústica, iluminação, ventilação e limpeza.

Abaixo estão descritas algumas especificações como:

- ACÚSTICA

  Todas as salas de aula são dotadas de boa audição interna.
- ILUMINAÇÃO

  Todas as salas de aula possuem iluminação artificial.
- CLIMATIZAÇÃO

  Todas as salas de aulas são climatizadas.
- MOBILIÁRIO

  Todas as salas de aula possuem: Carteiras para alunos e mesas e cadeiras para Professores, Data – Show, Computadores e acesso a internet.
- LIMPEZA

As salas de aulas e as áreas livres dispõem de cestas para coleta de lixo e são mantidas limpas.

21.5. Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

O acesso dos alunos a equipamentos de informática será feito a partir de laboratório específico destinado às aulas práticas, conforme o cronograma estabelecido e às necessidades dos professores dentro do horário de aula, que será no período matutino das 8h30 às 11h50 e no período noturno das 19h00 às 22h20, podendo ser reservado com antecipação de, pelo menos, 24 horas.

O Laboratório de Informática se constitui para uso em aulas práticas e para que os estudantes aprimorem seus conhecimentos técnicos e executem trabalhos acadêmicos. A permanência dos estudantes é acompanhada por monitores, em tempo integral, com a finalidade de orientá-los, de acordo com as necessidades instrucionais.

O acesso aos equipamentos dos Laboratórios de Informática será realizado por ordem de chegada, enquanto houver disponibilidade desses. Cada estudante, assim, pode ocupar um equipamento por 02 (duas) horas consecutivas, inclusive para acessos aos serviços oferecidos pela Internet, podendo renová-las, caso não haja procura por outros estudantes.

21.6. Biblioteca

21.6.1. Do Funcionamento

A Biblioteca da FACSU, é de fácil acesso, inclusive para deficientes, dispõe de mesas para estudo, tanto em grupos quanto estudo individual, salas para estudo, sala de vídeo; ainda, possui um guarda- volumes com espaços para controle do acesso dos discentes às pesquisas.

.

21.6.2. Acervo

O acervo da Biblioteca da IES é composto de livros, periódicos, multimídia, revistas e jornais.

No que tange a Periódicos Especializados, o curso disponibiliza na biblioteca e no site institucional uma lista de revistas indexadas para que os alunos de Pedagogia possam pesquisar e se utilizar do material, conforme segue:

PERIÓDICO/REVISTA	DISPONIBILIZACAO	ACESSO
Nova Escola	Impressa	Biblioteca FACSU

Educação – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FACSU
Escola Pública – Editora Segmento	Impressa	Biblioteca FACSU
Educação Infantil – Editora Escala	Impressa	Biblioteca FACSU
Cadernos Cede	hhttp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&lng=pt&pid=0101-3262&nrm=isso	Online – Portal da FACSU
Cadernos de Pesquisa	http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0100-1574/lng_pt/nrm_iso	Online – Portal da FACSU
Ciência e Educação	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1516-7313&nrm=iso&rep=&lng=pt	Online – Portal da FACSU
Civitas	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/issue/current	Online – Portal da FACSU
Educação e Pesquisa	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=pt&nrm=iso	Online – Portal da FACSU
Educação por Escrito	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito	Online – Portal da FACSU
INEP	http://bve.cibec.inep.gov.br/web/guest/home	Online – Portal da FACSU
Educação e Sociedade	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7330&lng=en&nrm=iso	Online – Portal da FACSU
Estudos Ibero-Americanos	http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana	Online – Portal da FACSU

21.6.3. Política de Aquisição da IES

A seleção e a aquisição do acervo bibliográfico são feitas com base na bibliografia arrolada nos planos de ensino dos projetos pedagógicos de cada um dos cursos da Instituição, bem como pelas bibliografias recomendadas pelas Comissões de Especialistas do MEC.

Serão consideradas, ainda, neste processo de seleção e aquisição, as bibliografias encaminhadas semestralmente pelos docentes responsáveis pelas Coordenadorias dos cursos da FACSU, sendo estas listas fruto de reuniões periódicas com professores e alunos dos Cursos de Graduação.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e não-bibliográfico, os critérios de seleção e aquisição adotados serão:

- Adequação do material aos objetivos do curso e das disciplinas;
- Autoridade do autor e editor;
- Atualização e qualidade do material com idioma acessível aos clientes;
- Conhecimento do acervo;
- Uso de instrumentos auxiliares (catálogos de distribuidores de material informacional).

21.6.4. Consulta

O sistema de consulta ao acervo estará disponível em terminais, onde o usuário realiza a consulta e está totalmente automatizada e gerenciada por *software* de tombamento e catálogo bibliotecário. A classificação adotada é a CDD –

Classificação *Decimal Dewey*, sendo que, para a notação de autor, é utilizada a tabela de *Cutter*.

21.6.5. Empréstimo

O sistema de empréstimo domiciliar é exclusivo à comunidade universitária da FACSU e cada usuário recebe um ticket de confirmação de empréstimo, que é impresso no ato.

Toda a regulamentação de uso e empréstimos na biblioteca FACSU está disponível no regulamento da Biblioteca, encontrado no site da IES.

21.6.6. Apoio na elaboração de Trabalhos Acadêmicos

A Biblioteca dispõe de um acervo e de atendimento específico por profissional técnico em biblioteconomia para auxiliar os usuários na elaboração de trabalhos técnico-científicos, fichas catalográficas, de acordo com as normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e Manuais de Apresentação de Trabalhos Acadêmicos da FACSU.

22. CONDIÇÕES DE ACESSO PARA PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atenta ao disposto na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências físicas às dependências da IES, a FACSU constituiu políticas que visam a acessibilidade e atendimento prioritário.

Trata-se de um Plano de Promoção de Acessibilidade e Atendimento Prioritário que tem como objetivo promover a acessibilidade e inclusão de acadêmicos com necessidades especiais matriculados na instituição, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações, bem como oferecer o atendimento prioritário e tratamento especial para acadêmicos e usuários em geral em situações que os impossibilitem de frequentar as aulas ou de constituir processos dentro da IES.

Entende-se por acadêmicos com necessidades especiais aqueles que apresentam problemas de deficiência física/motora, sensorial visual e auditiva; Atendimento Prioritário aquele dispensado às gestantes, aos idosos e pessoas com crianças no colo; Tratamento Especial aquele dispensado aos acadêmicos que por motivo de saúde fica impossibilitado de frequentar às aulas.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS OFERECIDOS

A instituição no que se refere a infraestrutura e serviços oferecidos, considerando os dispositivos legais existentes, proporciona aos seus acadêmicos a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos acadêmicos e das edificações, a saber:

Para Usuários Com Deficiência Física/ Motora:

I. Eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do acadêmico permitindo o acesso aos espaços de uso coletivo, como: salas de aulas, laboratórios, sanitários, biblioteca, copiadora, cantina, serviços administrativos, coordenações e áreas de convivência.
II. Acesso ao andares através de rampas ou elevadores.
III. Delimitação de vagas em estacionamento na porta da faculdade.
IV. Construção de rampas com corrimão, facilitando a circulação de cadeira de rodas;
V. Adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas, sinal de emergência, sanitário especial e barras de apoio.
VI. Colocação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Para os usuários com Deficiência Visual:

I. Mapeamento dos espaços de circulação – da entrada e calçada da faculdade até o seu interior.
II. Identificação dos espaços acadêmicos em braile
III. Colocação de anel tátil nos corrimãos
IV. Placa de início e final de corrimãos.
V. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, sala de apoio contendo:
a) Computador com teclado Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz;
b) Gravador e fotocopiadora que amplie textos;
c) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;

d) Software de ampliação de tela do computador;
e) Equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal;

f) Lupas, réguas de leitura;
g) Scanner acoplado a computador;
h) Plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Para os usuários com Deficiência Auditiva:

I. Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso, apoio aos acadêmicos portadores de deficiência auditiva.
II. Haverá serviços de tradutor e intérprete da LIBRAS, quando necessário e outras iniciativas, como:
a) Colocação de LIBRAS como componente curricular obrigatório;
b) Oferta de cursos de LIBRAS para docentes terem conhecimento acerca da singularidade linguística da pessoa surda, manifesta em sua produção escrita, e de como deve considerá-la em situações de avaliação;
c) Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando-se o conteúdo semântico;
d) Aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita;
e) Presença de profissional intérprete de LIBRAS em todas as reuniões de que participem surdos;
f) Incentivo para que os bibliotecários conheçam LIBRAS;
g) Garantia da divulgação de informações aos docentes para que se esclareça especificidades linguísticas dos surdos.

Os Meios de Comunicação e Informação:

Sabe-se que os recursos tecnológicos, multimeios, multimídias, jornal, celular, blogs, produções audiovisuais, leituras youtube, vídeos, rádio, quadrinhos, livros etc., estão sendo utilizados com maior frequência nos espaços acadêmicos, exigindo da equipe pedagógica capacitações que possibilitarão sua mediação na aprendizagem de forma mais segura e eficaz.

Para que todos tenham acesso às novas tecnologias de informação e comunicação será garantida à equipe pedagógica capacitações frequentes e além disso, outras ações, tais como:

a) Disponibilização de recursos visuais multimídias através da tecnologia da informação e comunicação.

b) Atualização do site institucional para atender condições de ampliação da tela e texto, melhorando a acessibilidade do site.

c) Disponibilização de telefone com transmissão de textos.

d) Implantação de sinalização nas rotas de fuga e saídas de emergência com informações visuais e sonoras para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

e) Providências para manutenção e sinalização das vias de circulação interna da instituição.

f) Implantação de sinalização, incluindo mapas táteis, para deficientes visuais.

Faz-se necessário oportunizar momentos de ajuda técnica especializada à equipe pedagógica quanto às orientações para o uso de multimeios e mídias adaptadas na didática docente para o acadêmico com surdez que acessibilizarão o conteúdo curricular, em nome da educação de qualidade para todos.

A faculdade se compromete a organizar sala com recursos multifuncionais que se constitui como espaço de promoção da acessibilidade curricular aos discentes dos cursos da instituição, onde se realizarão atividades da parte diversificada, como o uso e ensino de códigos, linguagens, tecnologias e outros aspectos complementares à escolarização, visando eliminar barreiras pedagógicas, físicas e de comunicação.

Nessas salas, os discentes poderão ser atendidos individualmente ou em pequenos grupos, sendo que o número de acadêmicos por docente no atendimento educacional especializado deve ser definido, levando-se em conta, fundamentalmente, o tipo de necessidade educacional que os acadêmicos apresentam.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO

Fica garantido atendimento prioritário, conforme dispositivos legais, às gestantes e idosos. Essa prática inclui:

a) Divulgação, em lugar visível, do direito ao atendimento prioritário.
b) Disponibilidade de assentos de uso preferencial sinalizados.
c) Preferência no atendimento.

TRATAMENTO ESPECIAL

Existem casos excepcionais em que o acadêmico incapacitado de frequentar os trabalhos escolares, nos termos da Lei, para resguardar o seu direito à Educação, terá assegurado um regime de exercícios domiciliares. Esse tratamento especial consiste na atribuição, ao acadêmico, de exercícios domiciliares, com indicação e acompanhamento docente, para compensar sua ausência às aulas. Igualmente, a critério da Coordenação do Curso o acadêmico

poderá prestar, em outra época, os exames que ocorrerem no período de afastamento.

Podem se beneficiar deste regime de tratamento especial:

a) acadêmicos portadores de afecções congênitas ou adquiridas, doenças infectocontagiosas, traumatismos ou outras condições mórbidas que impeçam, temporariamente, a frequência às aulas, “desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes” e que “a duração não ultrapasse o máximo ainda admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico”, incluindo, entre outros, os quadros de “síndromes hemorrágicas, asma, cartide, pericardites, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas, afecções reumáticas etc. (Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, covalidado pelo Parecer CNE/CEB n. 6, de 7 de abril de 1988;

b) alunas grávidas, a partir do 8º (oitavo) mês de gestação e durante 3 (três) meses. O início e o fim do período permitido para o afastamento será determinado por atestado médico apresentado a instituição. Em casos excepcionais mediante comprovação também por atestado médico, poderá ser aumentado o período de afastamento, antes e depois do parto. Será sempre assegurado, a essas acadêmicas, o direito de prestar os exames finais (Lei n. 6.202, de 17 de abril de 1975).

23. RESPONSABILIDADE SOCIAL

23.1. Visão da IES quanto à sua Responsabilidade Social

A responsabilidade social da Instituição traduz-se pela busca da compreensão das reais necessidades e potencialidades da região, assim como dos caminhos para que seu desenvolvimento ocorra.

A IES, por meio das suas coordenações de curso, orientará seus docentes para que ao longo do desenvolvimento dos conteúdos das disciplinas valorizem os aspectos relacionados à responsabilidade social e o desenvolvimento regional e do País.

Além disso, a presente proposta pedagógica prevê disciplinas voltadas ao desenvolvimento da compreensão dos impactos sociais e/ou econômicos e/ou ambientais, e ao desenvolvimento da capacidade de acompanhar e implementar mudanças nas condições de trabalho.

A FACSU prima pela inclusão social de seus alunos e egressos, desenvolvendo atividades educacionais de nível superior condizentes com o que se espera de uma Instituição cujos princípios, embora sólidos, a permitam responder com prontidão e eficiência aos muitos desafios de uma sociedade em constante transformação. Os cursos superiores de Tecnologia e de Bacharelado da Instituição, conformes e afirmou nos primeiros itens deste projeto, materializam estes princípios.

Em outras palavras, busca-se a excelência educacional e a melhoria contínua, tendo como foco o aluno e o desenvolvimento da região.

Em suas relações com a comunidade, especialmente quando esta se materializa na forma de associações de classe, empresas, instituições financeiras, organizações sem fins lucrativos etc., a IES tem como responsabilidade, entre outras:

- Atuar junto a essas entidades, construindo uma imagem favorável de si mesma;
- Promover seminários e cursos de interesse da comunidade e da Instituição, seja por iniciativa própria ou em parceria e apoio com outras instituições;
- Identificar na comunidade acadêmica e empresarial professores e outros profissionais que tenham potencial para prestar serviços relevantes à Instituição;
- Identificar necessidades não satisfeitas no mercado e viabilizá-las em cursos de graduação, extensão e pós-graduação;
- Atuar junto a escolas e entidades carentes, ministrando cursos sem qualquer remuneração financeira; e
- Avaliar semestralmente seu próprio desempenho, principalmente no tocante aos seus cursos de graduação e, quando houver, pós-graduação e extensão, por meio do Plano de Auto-Avaliação Institucional, desenvolvido de acordo com os princípios estabelecidos na Lei dos SINAES.

Esse intercâmbio com a comunidade contribui para o desenvolvimento da região, gerando mais empregos, capacitando profissionais para atender às necessidades das empresas e da comunidade em geral e formando cidadãos dotados de princípios éticos e responsabilidade social.

A IES desenvolverá também uma política de apoio aos alunos carentes. Um exemplo é o Programa de Bolsas de Estágio, que tem como objetivos:

- Possibilitar, mediante recursos próprios, a concessão de Bolsas de Estágio a alunos de comprovada carência socioeconômica, matriculados nesta Instituição, visando o incentivo aos estudos e possibilitando o ingresso na carreira profissional;
- Incentivar a participação dos alunos em atividades que possibilitem a complementação da aprendizagem, através do engajamento em projetos específicos; e
- Proporcionar ao aluno bolsista atividades que possibilitem o seu crescimento pessoal e profissional, estimulando o desenvolvimento de competências e habilidades voltadas para o mundo do trabalho e da pesquisa.

Pode ser implementado, quando detectada a necessidade, o programa de "Bolsas-Incentivo", que proporcionará uma mensalidade mais acessível aos alunos, bem como as bolsas mérito.

.

23.2. Desenvolvimento da Capacidade de Acompanhar e Implementar Mudanças nas Condições de Trabalho.

No esforço de contribuir adequadamente para a melhor qualidade de vida da população local e para o desenvolvimento regional, a IES se empenhará em estabelecer parcerias que permitam aprofundar as relações que pretende construir com a comunidade por meio de suas instituições e empresas. Para isso:

- Oferecerá condições para estudantes e professores edificarem as bases e conduzirem o funcionamento do CEI – Centro de Empreendedorismo e Inovação etc.;
- Estabelecerá convênios com escolas e empresas interessadas em oferecer oportunidades de estágio para os estudantes da IES;
- Estabelecerá contratos de parcerias com instituições comprometidas com o empreendedorismo, como o SEBRAE, com atividades de trabalho voluntário, de consultoria, com programas de pesquisa, com programas de treinamento/reciclagem, entre outras;
- Formalizará parcerias para a realização de programas de intercâmbio de estudantes e professores.

24. ANEXOS

24.1. Regulamento das disciplinas Pesquisa e Práticas Pedagógicas

1. DAS CARACTERÍSTICAS DO COMPONENTE CURRICULAR

Trata-se de unidade curricular que compõe o processo curricular do Curso de Pedagogia da FACSU.

Por suas especificidades e características, a elaboração da Pesquisa e Práticas Pedagógicas reger-se-á por este regulamento específico.

1.1. Da Carga – Horária

No Curso de Licenciatura em Pedagogia, a carga horária semestral da disciplina Pesquisa e Práticas Pedagógicas constituir-se-á de 120 (cento e vinte) horas/aula divididas e previstas da seguinte maneira:

a) ***60 (sessenta) horas/aula semestrais constituídas em sala de aula para discussão dos temas previstos para o semestre e orientação geral dos trabalhos por um professor responsável pela disciplina.***
b) ***60 (sessenta) horas/aula de Prática como Componente Curricular que se estabelecem a partir de atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos. Desse modo, em sua totalidade no currículo deste PPC, trata-se de 420 horas/aula de aulas teóricas e 420 horas/aula de Prática como Componente Curricular.***
c) ***As aulas serão de 03 (três) horas-relógio.***

Obs.* Ao final do semestre o aluno deverá expor o trabalho nas dependências da FACSU na semana das Práticas Pedagógicas, devidamente constituída em calendário escolar no início do semestre letivo do Curso de Pedagogia, visando socializar os resultados do trabalho.

Obs.** O professor da disciplina será responsável por coordenar e constituir o cronograma e horários da socialização dos trabalhos.

2. DO OBJETIVO GERAL

A Pesquisa e Prática Pedagógica, em cada um dos períodos oferecidos na estrutura curricular do Curso de Pedagogia, tem por objetivo geral: Proporcionar aos alunos o encontro com o cenário educacional e com as singularidades escolares das quais fará parte. O componente curricular também tem por meta possibilitar ao discente a intercomunicação entre as disciplinas estudadas aplicando e traduzindo os conhecimentos teóricos, técnicos e práticos, adquiridos durante sua formação acadêmica, traduzindo-os de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade em que se insere social e profissionalmente.

3. DOS OBJETIVOS ESPECÌFICOS

a) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre as disciplinas estudadas, numa perspectiva curricular horizontal e vertical;

b) Promover atividades extra sala, para que se possa investigar e colher informações;

c) Despertarmos discentes o gosto e a prática da investigação científica;

d) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;

e) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;

f) Registrar as conclusões dos participantes do projeto por meio de banner, artigos, exposição dos resultados em mural e do projeto nos meios de comunicação como internet e jornal, tudo com o norte de disseminar o conhecimento e a prática autônoma de estudos e tomada de decisão.

g) Possibilitar a aplicação dos conhecimentos teóricos, técnicos e práticos dos fundamentos da ética e da responsabilidade social, da didática, da metodologia científica no contexto escolar;

h) Compreender a natureza e a forma da prática nas escolas;

i) Estudar e entender a educação do ponto de vista pessoal e social;

j) Fomentar o desenvolvimento da prática socialmente responsável adquirida durante sua formação acadêmica, traduzindo-a de forma concreta na elaboração de um projeto específico para melhor compreensão da realidade;

k) Exercitar o trabalho em equipe, divisão de tarefas, bem como das responsabilidades assumidas;

l) Vivenciar o ambiente escolar, bem como suas especificidades regionais..

4. DAS NORMAS PARA ELABORAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES

4.1 – Para a realização do componente curricular, o aluno deverá estar regularmente matriculado na disciplina de mesmo nome.

4.2 - O projeto prático interdisciplinar deverá ser elaborado em equipe, entre 05 (cinco) no mínimo e 08 (oito) integrantes no máximo.

PARÁGRAFO ÚNICO: A composição dos grupos será definida pelos alunos em formulário anexo a este regulamento, bem como a indicação do professor tutor/responsável pela disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica.

4.3 - As equipes formadas serão orientadas pelos professores das disciplinas em questão, bem como, quando necessário, por outros docentes do curso em acordo com a coordenação de curso.

4.4 - O tema proposto no semestre poderá se indicado pelo docente, desde que aprovado pela coordenação de curso. Os temas / títulos deverão ser definidos pelos professores; ou, ainda, poderão ser estabelecidos antecipadamente no ementário do Projeto Pedagógico do Curso, ou pela Coordenação do Curso a critério desta última.

4.5 O trabalho também poderá ter como parâmetro, desde que devidamente autorizado pelo professor ou pré-determinado no Projeto Pedagógico do Curso, um estudo de caso real, a partir de dados reais, identificados e escolas devidamente credenciadas conveniadas com a IES, consoante Termo de Autorização e Convênio previamente celebrados entre a IES e a escola.

4.6 – Para a elaboração do trabalho, os alunos deverão seguir as orientações de cada um dos professores que compõem o semestre em curso, bem como se comprometer a entregar os relatórios em data previamente estabelecida pelo professor orientador responsável.

4.7 – Os trabalhos (em conformidade com o roteiro anexo) deverão ser entregues de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) atualizadas, em versão espiralada para apreciação e avaliação e em apresentação no formato Pôster.

4.8 – As notas atribuídas aos trabalhos serão de responsabilidade dos professores da disciplina em data estabelecida por esse e compatível com o período de inserção junto ao sistema acadêmico da IES.

4.10 – Caberá a apresentação dos resumos dos resultados do trabalho a **todos os integrantes do grupo, sem exceção, na forma de banner, painel e/ou artigo publicado em revista da área** tomando-se por base a média geral para o desempenho individual de cada integrante.

Parágrafo primeiro – Caso algum integrante não venha a participar de forma concreta do trabalho (apresentado no rodapé do objeto) e, quando necessário

na forma de apresentação oral acerca do painel ou banner, a nota atribuída a ele será zero, não prejudicando os demais do grupo.

Parágrafo segundo – O tempo destinado à apresentação será o tempo cabível de exposição do material em lugares específicos da IES, na forma de mostra e/ou exposição.

4.11 Os melhores trabalhos poderão ser reapresentados em data estabelecida pela coordenação do curso e pelo professor orientador responsável, em outros eventos internos e/ou externos.

5. DA ATRIBUIÇÃO DOS PROFESSORES DO PERÍODO (SEMESTRE)

5.1 - Caberá aos professores que compõem a disciplina em questão, a orientação dos trabalhos de campo dos alunos e a todos os grupos.

5.2 - Os professores deverão estimular a contemplação da unidade curricular sob sua responsabilidade, evidenciando o trabalho interdisciplinar, prevalecendo à visão sistêmica por parte dos alunos.

5.3 – Caberá ao professor da disciplina garantir a interdisciplinaridade dos trabalhos, bem como da orientação das normas junto ao colegiado do curso.

5.4 – Caberá aos professores da disciplina, quando necessário, a solicitação junto ao Núcleo de Estágio para a celebração de convênios e emissão do Termo de Autorização para essa finalidade.

6. DOS CRITÉRIOS DE ENTREGA E AVALIAÇÃO

6.1 – Os trabalhos finais deverão ser entregues em data previamente estabelecida em calendário próprio e local especificado pelo professor responsável, e não serão aceitos protocolos posteriores, remanejamento, substituição ou troca de integrantes após o protocolo, sob nenhuma hipótese.

6.2 - Caso seja detectado que o trabalho não é inédito, não tenha sido feito pelos integrantes da equipe ou em concordância com as normas descritas nesse Regulamento, o mesmo poderá ser recusado pelos professores e a equipe ficará com nota (0,0) zero na avaliação, sem direito a novo protocolo.

6.3 - Os integrantes das equipes que não conseguirem nota mínima 7,0 (sete) estarão automaticamente reprovados na disciplina, devendo os mesmos a cumprirem no regime de dependência no período letivo seguinte.

6.4 O sistema de avaliação obedecerá ao seguinte critério de pontuação:

a. Parte escrita - (NP1): 5 pontos.
b. Avaliação do Professor – (NP1): 5 pontos.
c. Parte de pôster e apresentação do grupo (NP2): 10 pontos

7. DA ORGANIZAÇÃO E DA AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES

PARÁGRAFO ÚNICO: As equipes deverão cumprir as atividades nas datas e horários previstos. Este critério será avaliado durante o período letivo pelo professor, que observará itens como a formação do grupo, a participação de todos os componentes no projeto (avaliada por meio de entrevista individual, ou por informações repassadas pelos líderes de equipe) e a apresentação dos trabalhos teóricos e práticos. Atas de reuniões para o desenvolvimento do trabalho deverão ser anexadas no relatório final (um mínimo de 02 reuniões deverão ser comprovadas), a critério do professor (a).

8. DO PÔSTER

8.1 - A apresentação teórica deverá ser feita por **meio de pôster (dimensões de 800 mm de largura por 1200 mm de altura)** e valerá **50% da nota final da disciplina (Conforme Cap. 6)**. A equipe deverá montar o painel em material sintético próprio para *banner* ou, quando autorizado pela coordenação de curso, em papel cartão ou cartolina, e fixar no espaço reservado para essa finalidade.

8.2 - O Pôster deverá conter todas as informações inerentes ao trabalho, dispostas na forma de introdução, desenvolvimento, conclusão e bibliografia.

8.3 - A avaliação do pôster será feita pelo professor do período, sendo considerada no final a média das notas, observando:

a. As respostas às questões formuladas nas várias disciplinas.
b. Interdisciplinaridade das observações, conclusões e respostas;
c. Discussão das questões envolvidas;
d. Criatividade e metodologia científica;
e. a escrita: planejamento, organização, estilo e qualidade geral do texto.

Este regulamento entrará em vigor a partir do primeiro semestre de funcionamento do Curso.

ANEXO I

FORMULÁRIO DE COMPOSIÇÃO DE GRUPOS DA PESQUISA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Curso	Pedagogia		
Período		**Turma**	
Professor			
Tema			

COMPONENTES/EQUIPE	
1.	
2.	
3.	
4.	
5.	
6.	
7.	
8	

LÍDER DA EQUIPE	
Nome	
Contato/email	

TÍTULO DO TRABALHO

ANEXO II – ROTEIRO DO TRABALHO ESCRITO

- **CAPA** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE ROSTO** (elemento obrigatório)
- **FOLHA DE APROVAÇÃO** (elemento obrigatório)
- **DEDICATÓRIA** (elemento opcional)
- **AGRADECIMENTOS** (elemento opcional)
- **LISTA DE ILUSTRAÇÕES** (se necessário)
- **LISTA DE TABELAS** (se necessário)
- **SUMÁRIO** (elemento obrigatório)
- **INTRODUÇÃO** (elemento obrigatório): **Apresentação do tema** (ênfase na interdisciplinaridade), **Objetivos** (pretensões do projeto), **Justificativa** (relevância do estudo), **Objeto de Pesquisa** (formulação de um problema/pergunta que se pretende resolver/esclarecer por intermédio da pesquisa), **Metodologia** (caminho adotado para elaboração do projeto, como por exemplo, pesquisa bibliográfica e visita técnica) e **Nome da Escola ou Instituição Estudada/Pesquisada**.

1- DESCRIÇÃO DO NÍVEL EDUCACIONAL (INFANTIL, SÉRIES INICIAIS, EJA, OUTROS) * (elemento obrigatório):

2- DESCRIÇÃO DA ESCOLA PESQUISADA* (elemento obrigatório):

2.1- BREVE HISTÓRICO:

Processo de formação e funcionamento da escola.

2.2 MISSÃO/VALORES: Objetivos da escola, valores, etc.

3 DIAGNÓSTICO E PROGNÓSTICO* (elementos obrigatórios):

- **Diagnóstico**: Analisar a escola foco da pesquisa identificando as fragilidades e potencialidades, os acertos e os conflitos levando em consideração os cenários passados e presentes com base em análise do grupo e levantamento bibliográfico sobre o assunto.
- **Prognóstico**: Avaliação da situação futura (consequências) por meio da construção de cenários obtidos no diagnóstico. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

4 PROPOSIÇÃO DE SUGESTÃO* (elemento obrigatório): Identificação do problema da escola e proposição de solução e/ou melhoria educacional, com base nos diagnósticos e prognósticos levantados. Há necessidade de embasamento bibliográfico.

- CONCLUSÃO (elemento obrigatório): Resumo completo e sistematizado das argumentações apresentadas no desenvolvimento do trabalho (Descrever as conclusões identificadas pelo grupo. As dificuldades encontradas no trabalho também podem ser destacadas).

- REFERÊNCIAS (elemento obrigatório): Descrever as Referências Bibliográficas (relação das obras consultadas) utilizadas durante o desenvolvimento do trabalho.

- ANEXO (se necessário): Inclusão de documentos não elaborados pelos autores, objetivando a compreensão e clareza de alguns pontos elucidados no corpo do trabalho.

24.2. Normas para Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

I - Disposições Preliminares

A Coordenação do Curso de Pedagogia da FACSU, no uso de suas atribuições, divulgam as Normas de Funcionamento das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento.

Art. 1º Estas normas disciplinam o planejamento, a oferta, o funcionamento e o registro acadêmico das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento que compõem o currículo do curso de graduação em Pedagogia da FACSU, sendo o seu integral cumprimento indispensável para a total aprovação no curso, bem como a obtenção do grau correspondente.

II – Das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento

Art. 2º Entende-se por Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento aquelas de caráter extracurricular que possibilitam ao aluno adquirir conhecimentos importantes para sua formação pessoal e profissional, e cujo planejamento, oferta, organização e avaliação devem levar em conta os objetivos definidos pelo Projeto Pedagógico do curso.

Art. 3º As Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, doravante denominadas simplesmente como “ATPs”, compõem o currículo mínimo do curso de graduação em Pedagogia da FACSU, como se segue:

Curso	Carga Horária Total das ATPs	Carga Horária Semestral das ATPs
Pedagogia	120 horas devidamente comprovadas	20 horas devidamente comprovadas

Art. 4º São consideradas para efeito de ATPs

I– Atividades de pesquisa:

a) iniciação científica sob tutoria de docentes;

b) pesquisa realizada sob orientação de docentes;

c) publicação de resenhas ou resumos de artigos que resultem em pesquisa;

d) assistência a defesa de monografias ou projetos finais de curso.

II– Atividades de extensão:

a) atividades de disseminação de conhecimentos (seminários, conferências, ciclo de palestras, oficinas, visitas técnicas, entre outras);

b) atividades de prestação de serviços (assistências, assessorias, estágio não obrigatório e consultorias);

III- Atividades de ensino:

a) disciplinas não previstas na organização curricular do curso, desde que alinhadas ao perfil de formação do egresso;

TIPO DE ATIVIDADE	Carga horária Mínima por período	Carga horária máxima por período
PESQUISA	0	
Iniciação científica	0	20
Pesquisa	0	20
Publicações	0	20
Assistência a monografias, dissertações e teses	0	20
ENSINO		
Disciplinas não previstas	0	20
Monitoria	5	20
Estágio Extracurricular	10	20

EXTENSÃO		
Seminários, conferências, palestras, oficinas e visitas técnicas	2	10
Assistência, assessoria ou consultoria técnica	2	10
Eventos	2	10

b) monitoria em disciplinas constantes da organização curricular;

Parágrafo Único Os critérios para validação das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento encontram-se no Anexo I deste documento.

Art. 5º O cumprimento da carga horária de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento dar-se-á conforme o quadro abaixo:

Art. 6º O aluno deve protocolar na Coordenação de Curso o comprovante de cumprimento de cada atividade, com a especificação da entidade emissora do certificado, o nome do curso e sua carga horária.

Parágrafo Único A Coordenação de Curso deve, até a data limite para o encerramento do semestre letivo, emitir parecer sobre a atividade, com respectivo registro no histórico escolar do aluno, no caso de deferimento do pedido.

ANEXO I

CRITÉRIOS PARA VALIDAÇÃO DE ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

CRITÉRIO GERAL: O registro acadêmico das Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, bem como a validação do semestre ao qual se referem as horas, estão condicionados à apresentação, pelo aluno, de documento comprobatório (original e cópia) da atividade realizada ao Coordenador do Curso, e estará sujeito a aprovação.

ATIVIDADES DE ENSINO:

1. **Disciplinas não Previstas:**

a. Cursadas na FACSU:

i. O aluno deverá se inscrever na disciplina não prevista na matriz curricular de origem durante o período normal de matricula e/ou inscrição em disciplinas isoladas.

ii. A confirmação da inscrição dar-se-á respeitando-se o número de vagas ofertado e estará sujeita a aprovação das Coordenações dos Cursos, respeitando o Projeto Pedagógico de cada curso.

iii. O aluno inscrito na disciplina como ATPs será submetido aos mesmos critérios de frequência e avaliação que os alunos regulares.

iv. O documento comprobatório para o registro da ATP é o Histórico Escolar atualizado do aluno contendo a aprovação na referida disciplina.

v. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATP obedece ao anexo II.

b. *Cursadas fora da FACSU:*

i. Considera-se como ATP do tipo disciplina não prevista, e que tenha sido cursada em outra Instituição de Ensino, aquela que não seja objeto de processo de pedido de isenção em qualquer tempo, desde que alinhada com o Projeto Pedagógico do Curso, e sujeita à aprovação da Coordenação de Curso.
ii. Os documentos comprobatórios para o registro da ATP são o Histórico Escolar e o Plano de Ensino Oficial da Disciplina (originais e cópias) da Instituição de Ensino de origem.
iii. O registro da ATP está sujeito à aprovação da Coordenação de Curso, que realizará a comparação entre o Projeto Pedagógico do curso de graduação em que o aluno encontra-se matriculado e o Conteúdo Programático da disciplina cursada.
iv. A carga horária atribuída a uma disciplina não prevista como ATP obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE PESQUISA

1. **Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes**

   a. Será realizado processo seletivo interno para Iniciação Científica de acordo com as necessidades específicas do Núcleo de Pesquisa e Iniciação Científica da FACSU..

   b. A divulgação das vagas, o processo seletivo e seus respectivos critérios são responsabilidade exclusiva do referido núcleo, cabendo à Coordenação do Curso de Pedagogia prestar suporte sempre que solicitada.

   c. Compete ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação do Curso um relatório sobre o aluno orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.

d. O registro da carga horária atribuída à Iniciação Científica como ATP obedece ao anexo 2.

2. **Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes**

a. Considera-se como pesquisa orientada por docente aquela em que o orientador seja professor atuante no Curso de Pedagogia da FACSU, e cujo conteúdo esteja de acordo com o Projeto Pedagógico do referido curso.

b. Não serão aceitas pesquisas realizadas antes do ingresso do aluno no curso de graduação da FACSU.

c. O aluno pode participar de projetos de pesquisa fora do âmbito da Instituição, desde que devidamente autorizado pelo Coordenador de Curso e validada a sua participação junto ao Núcleo de Pesquisa da FACSU.

d. Cabe ao professor orientador encaminhar semestralmente à Coordenação de curso, para efeito de registro:

i. Identificação completa do professor e do aluno orientado.

ii. Identificação completa da Instituição de Ensino mantenedora da pesquisa (se houver).

iii. Cópia da pesquisa:

⇨ Monografia; ou

⇨ Projeto aprovado.

e. O registro da carga horária atribuída à Pesquisa como ATP obedece ao anexo 2.

3. **Publicação de Resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa**

a. São consideradas para efeito de ATP as publicações:

i. Registradas pelo ISSN no caso de periódicos.

ii. Registradas no ISBN no caso de livros.

iii. Constantes dos anais de Congressos Científicos na área de Pedagogia ou afins.

b. Somente serão aceitos como ATP os trabalhos publicados no período em que o aluno encontrar-se regularmente matriculado na FACSU e que possuam pertinência com o Projeto Pedagógico da graduação em curso.

c. As publicações devem ser apresentadas à Coordenação de Curso (original e cópia) para fins de comprovação.

d. O registro da carga horária atribuída à Publicação como ATP obedece ao anexo II.

4. **Assistência a Defesa de Monografias ou Projetos de Finais de Curso**

a. São considerados Assistentes, para efeito de Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, os alunos que atuarem diretamente no apoio a projetos de Monografias, Dissertações de Mestrado ou Teses de Doutorado dentro ou fora da FACSU, desde que a assistência tenha ocorrido durante o período em que o aluno esteja regularmente matriculado e cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso.

b. Cabe ao aluno apresentar à Coordenação de Curso um relatório emanado do autor principal e/ou da Instituição de Ensino onde ocorreu a assistência contendo:

i. Identificação completa do aluno, do autor principal e da Instituição de Ensino.

ii. Data da defesa, título e categoria do trabalho (Monografia, Dissertação ou Tese).

iii. Relato sobre a participação do aluno no trabalho.

iv. Cópia do trabalho.

c. O registro da carga horária atribuída à Assistência como ATP obedece ao anexo II.

ATIVIDADES DE EXTENSÃO

5. **Disseminação de Conhecimentos**

a. As atividades de disseminação de conhecimentos validadas como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento, seus requisitos e carga horária atribuída obedecem ao quadro abaixo:

Tipo de Atividade	Requisitos
Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	Participação de defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso do curso de graduação em que se encontra regularmente matriculado na FACSU, exceto quando mencionado como autor. Apresentação de documento assinado pela banca examinadora ou professor orientador do trabalho atestando a presença do aluno no evento.
Cursos de Atualização	Cursos realizados dentro ou fora da FACSU cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja inferior a 30 (trinta) horas. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da

	Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSU): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSU): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.
Cursos de Qualificação	Cursos realizados dentro ou fora da FACSU cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado e cuja carga horária total seja igual ou superior a 30 (trinta) horas. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSU): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.

	Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSU): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.
Cursos de Certificação Tecnológica	Cursos preparatórios aos exames de qualificação para Certificação Tecnológica realizados dentro ou fora da FACSU. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e Certificação Tecnológica abordada, ou documento oficial de Certificação Tecnológica dentro do prazo de validade.
Cursos de Extensão em áreas afins à Pedagogia	Cursos realizados dentro ou fora da FACSU cujo tema seja pertinente ao Projeto Pedagógico do curso de Graduação em que o aluno encontra-se matriculado. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária total e tema abordado (ou programa, se houver). Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSU): 01 (um) ano, a contar da data de apresentação do mesmo.

	Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSU): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.
Cursos de Língua Inglesa	Cursos de língua Inglesa realizados dentro ou fora da FACSU. Apresentação de documento comprobatório constando identificação completa do aluno e da Instituição que promoveu o curso, além de carga horária semestral total, ou documento oficial de Proficiência Língua Inglesa. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas fora da FACSU): 02 (dois) anos, a contar da data de apresentação do mesmo. Validade do documento comprobatório (para atividades realizadas na FACSU): enquanto o aluno encontrar-se devidamente matriculado no curso de Graduação objeto do registro da Atividade Complementar.

6. **Assistência, Assessoria ou Consultoria Técnica**

a)Sob o amparo do Núcleo de Estágio da FACSU:

i. São consideradas para efeito de ATP as atividades de assistência, assessoria ou consultoria técnica realizadas no âmbito da FACSU e sob o amparo do Núcleo de Práticas da IES.

ii. A seleção, ingresso e avaliação do desempenho do aluno no Núcleo de Práticas obedecerá aos dispositivos da mesma, sem qualquer interferência da Coordenação de Curso.

iii. Cabe ao professor orientador apresentar à Coordenação de Curso, enquanto durar sua atuação no Núcleo de Estágio, relatório contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Cargo que ocupa no Núcleo.
3. Descrição sumária das atividades realizadas.
4. Data, carimbo e assinatura do(s) professor (es) orientador (es).

iv. O registro da carga horária atribuída às atividades de prestação de serviços no Núcleo de Práticas obedece ao anexo 2.

a. Atividades de Monitoria:

I. Será realizado processo seletivo interno para Monitoria em disciplinas específicas do Curso de Pedagogia da FACSU de acordo com as necessidades apontadas pelos respectivos Coordenadores de Curso.

II. A divulgação das disciplinas e do processo seletivo, bem como a operacionalização da Monitoria constará em regulamento próprio da Coordenação Geral de Cursos.

III. Compete ao professor orientador do Monitor encaminhar semestralmente à Coordenação de Curso um relatório sobre o Monitor orientado constando de frequência, descrição das atividades realizadas e avaliação de desempenho. Este documento funcionará como comprovação para o registro da Monitoria como Atividade Complementar.

IV. O registro da carga horária atribuída à Monitoria como ATP obedece ao anexo 2.

b. Extensão Comunitária

I. São consideradas como Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento de Extensão Comunitária aquelas realizadas pelo aluno em trabalho

voluntário pertinente ao Projeto Pedagógico de seu curso de Graduação, amparadas por projetos sociais mantidos ou não pela FACSU.

II. Compete ao aluno encaminhar à Coordenação de Curso, para fins de registro, documento contendo:

1. Identificação completa do aluno.
2. Identificação completa da instituição de saúde e da Instituição mantenedora.
3. Relatório de atividades realizadas.
4. Período em que o aluno esteve engajado no projeto.
5. Data e assinatura de representante da Instituição mantenedora, devidamente identificado.

III. O registro da carga horária atribuída à Extensão Comunitária como ATP obedece ao anexo II.

ANEXO II - QUADRO DE REGISTRO DE ATIVIDADES TEÓRICO-PRÁTICAS DE APROFUNDAMENTO

CATEGORIA DE ATIVIDADE	TIPO	C.H. MÁXIMA
PESQUISA	Iniciação Científica sob Tutoria de Docentes	Até 15 (quinze) horas por semestre letivo de atuação, podendo chegar ao total de 30 horas.
	Pesquisa Realizada sob Orientação de Docentes	Monografia sobre o estado da arte - Até 12 (doze) horas. Projeto aprovado - Até 18 (dezoito) horas.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Relatório Técnico - Até 15 (quinze) horas por trabalho, podendo chegar ao total de 30 horas. (OBS: O relatório deve ser validado pelo NUPAC)

		Publicações em Âmbito Nacional - De 05 (cinco) até 30 (trinta) horas, dependendo da qualificação do evento, Segundo classificação CAPES/CNPq. Publicações em Âmbito Internacional - 10 (dez) até 30 (trinta)horas, dependendo da qualificação do evento, segundo classificação CAPES/CNPq.
	Publicação de resenhas ou Resumos de Artigos que Resultem em Pesquisa	Até 10 (dez) horas por trabalho assistido, podendo chegar ao total de 30 horas.
EXTENSÃO	Seminários, Conferências, Palestras e Visitas Técnicas	De 0 (zero) até 40 (quarenta) horas.
	Defesa de Monografia ou Projeto de Final de Curso	De 2 (duas) a 6 (seis) horas, sendo 2 (duas) horas por evento.

	Cursos de Atualização	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Qualificação	Até 30 (trinta) horas
	Cursos de Certificação Tecnológica	Até 30 (trinta) horas, calculadas como a carga horária total do curso acrescida de 20% (vinte por cento)aos que obtiverem a certificação correspondente.
	Cursos de Extensão em áreas afins à área de Pedagogia	Até 30 (trinta) horas.
	Cursos de Língua Inglesa	Até 16 (dezesseis) horas, calculadas como 80% (oitenta por cento) da carga horária semestral total do curso, ou 100% das horas aos que apresentarem certificação de proficiência.
	Assistências, Assessorias e Consultorias Técnicas.	Sob o Amparo da Brinquedoteca e do Núcleo de Extensão. - 30 (trinta) horas por semestre de atuação. Tutoria

		- 30 (trinta) horas por semestre de atuação. Extensão Comunitária - trinta (trinta) horas por semestre de atuação.
ENSINO	Disciplinas Não Previstas na Organização Curricular do Curso	80 (oitenta) horas por semestre letivo de atuação
	Monitoria em Disciplinas Constantes da Organização Curricular	15 (quinze) horas por semestre por semestre letivo de atuação

24.3. Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado em Pedagogia

Capítulo I
Da Definição e Finalidade

Art. 1º Entende-se como Estágio Supervisionado o conjunto de atividades práticas direcionadas para o aprendizado e o desenvolvimento de competências e habilidades atinentes à profissão docente, realizadas por alunos em escolas devidamente conveniadas com a FACSU. As atividades deverão ser acompanhadas pela faculdade, obedecendo ao disposto na legislação vigente.

Art. 2º Este regulamento tem por finalidade explicitar as normas que regem o Estágio Supervisionado do Curso de Licenciatura em Pedagogia e definir atribuições, normas e procedimentos.

Parágrafo Único: É requisito pleno para a constituição dos estágios que a FACSU, após a devida autorização do curso, efetive convênio com as instâncias públicas de ensino, ou seja, estadual e municipal.

Capítulo II
Dos Objetivos

Art. 3º São seus objetivos:

I - oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas nas escolas da região de inserção da FACSU, de acordo com a estrutura curricular, tendo como base os conhecimentos teóricos vistos em sala de aula, a fim de prepará-lo para o exercício da profissão docente.

II - incentivar a análise de casos e situações reais.

III - proporcionar ao aluno a oportunidade de propor melhorias na educação.

Capítulo III
Das Condições para Realização do Estágio

Art. 4º São condições para a realização do Estágio Supervisionado que:

I - o aluno esteja regularmente matriculado;

II - a escola escolhida pelo aluno atenda os requisitos exigidos pelo curso;

III- a escola esteja devidamente conveniada com a IES e esteja em dia com os aspectos legais junto às secretarias de educação;

IV- a escola tenha um docente responsável pela supervisão de estágio que será a ligação entre a escola e a faculdade. O responsável docente deve ser da área de formação do curso;

IV - não tenha duração inferior ao número de horas práticas estabelecidas na Estrutura Curricular específica do curso;

V - não possa exceder a 40 (quarenta) horas semanais, ou 08 (oito) horas diárias;

VI – tenha acompanhamento direto de um Professor Orientador, a fim de facilitar o desempenho do aluno, obedecendo todas as etapas do Estágio.

VII – **tenha a participação do aluno estagiário e do professor orientador/supervisor fazendo parte do Conselho de Classe da Escola.**

Capítulo IV
Do Acompanhamento do Estagiário

Art. 5º O acompanhamento terá como responsáveis:

I – o Coordenador do curso.

II – o responsável pelo Núcleo ou Coordenador de Estágio.

III – um professor orientador.

IV – supervisor docente da escola concedente.

Parágrafo Único. Compete ao Coordenador de curso determinar quem será o professor orientador, visando ao acompanhamento do estágio supervisionado, com anuência do Diretor Acadêmico, **limitado a 05 (cinco) orientandos para 1 (um) orientador**.

Art. 6º Compete ao responsável pelo núcleo de estágio:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto n°87.497, de 18/8/1982 e Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008.

II - assessorar o professor de estágio na orientação pedagógica das atividades do estágio supervisionado.

III - oficializar os documentos que regulamentam a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso.

IV - administrar o núcleo de estágio, informando à Direção Acadêmica os resultados, através de relatórios periódicos.

V - manter o canal de comunicação efetiva com as escolas e com as Secretarias de Educação que compõem o campo de estágio, mediante a realização de programa de parcerias, visando ao fechamento de convênios e à intermediação de vagas de estágio curricular para os alunos.

VI - prezar pelo cumprimento dos objetivos do Estágio Supervisionado, no que se refere a aspectos didático-pedagógicos definidos pela coordenação de cursos e que norteiam a atividade.

VII - aplicar metodologia de organização e acompanhamento de estágio, incluindo atividades de supervisão visita e avaliação de Estágio Supervisionado, juntamente com a CPA.

Art. 7º Compete ao Professor Orientador:

I - orientar o aluno na elaboração do seu plano de estágio;

II – apresentar instruções para a realização do estágio, no primeiro encontro entre o professor orientador e seus alunos. Os encontros deverão ser individualizados e obedecer o horário e o local estabelecidos em pauta;

III - preencher relatório específico de acompanhamento do aluno;

IV- utilizar o manual de estágio supervisionado como fonte de apoio às atividades de estágio;

V - receber relatórios parciais e devolver ao aluno. O relatório final deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica, para arquivamento na pasta do aluno.

Art. 8º Compete ao supervisor docente da concedente:

I - observar os procedimentos de legalização dos documentos que regularizem a atividade de estágio curricular, a saber, convênio e termo de compromisso, segundo disposto na lei 6 494, de 7/12/1977, e decreto n°87.497, de 18/8/1982 e Lei 11. 788/2008.

II – acompanhar o desenvolvimento do estágio, prezando pelo cumprimento das atividades acertadas no plano de estágio.

III – acompanhar o preenchimento do relatório de estágio.

Art. 9º Compete ao aluno:

I - estar devidamente matriculado;

II - escolher o local de estágio auxiliado pelo Professor Orientador ou por iniciativa própria;

III - elaborar o plano de estágio juntamente com o Professor Orientador;

IV - providenciar a documentação necessária para comprovação de sua situação enquanto estagiário, sendo estes o Termo de Convênio e o Termo de Compromisso de Estágio entre o estudante e a escola. Esses documentos constituirão comprovantes exigíveis pela autoridade competente da inexistência de vínculo empregatício do estagiário;

V - comprovar condição de acesso à escola, através da apresentação do Termo de Convênio e do Termo de Compromisso, devidamente assinados e carimbados pelo representante legal da escola e do Núcleo Estágio em até 15 dias após o início do estágio;

.

§ 1º O aluno funcionário da escola deverá providenciar a fotocópia da carteira de trabalho, comprovando seu vínculo e área de conhecimento compatível com o curso.

§ 2º A cópia desses documentos deverá ser anexada ao relatório final de estágio, que ficará arquivada na Secretaria Acadêmica;

§ 3º É necessário que a escola com o qual o estagiário assinou o termo de compromisso seja constituída, esteja em funcionamento e ofereça condições essências que permitam ao aluno aplicar seus conhecimentos;

Art. 10º Cada aluno terá um único professor orientador, que será o responsável pelas instruções necessárias para o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, acompanhamento e lançamento das notas no sistema.

Parágrafo único. A formatação dos relatórios deverá obedecer ao manual de normas para a elaboração formal de trabalhos científicos, disponível para alunos e professores respectivamente na biblioteca da instituição.

Art. 11º O aluno que for professor em escolas, na área correlata ao seu curso, poderá validar até 100% das horas de estágio curricular supervisionado. de uma das fases do estágio (Estágio I, II, III e IV).

Parágrafo único. Validar-se-á as horas acima descritas na disciplina de estágio curricular supervisionado correspondente.

Capítulo V
Do Seguro Obrigatório

Art. 12º É responsabilidade da faculdade a inserção de estagiário, devidamente matriculado e com Termo de Compromisso regularizado, na apólice de seguro de acidentes pessoais, segundo disposto no decreto n°87.497, de 1982.

Capítulo VI
Das Disposições Finais.

Art. 13º O presente regulamento está sujeito a alterações que se fizerem necessárias para uma manutenção atualizada e coerente com solicitações do mercado e uma adequação do perfil profissional dos cursos, submetidos à apreciação do Conselho Superior.

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO

SUPERVISOR DOCENTE /ORIENTADOR / COORDENADOR DE ESTÁGIO

Esta ficha deverá ser preenchida pelo Supervisor Docente da Escola Conveniada na primeira metade do estágio e/ ou concluído, devendo ser avaliado por ocasião da supervisão do estágio feita pelo Professor Orientador e Coordenador de Estágios da FACSU.

1 -	ESCOLA	
	SUPERVISOR DO ESTÁGIO	
	CARGO/FUNÇÃO	
	TELEFONE P/ CONTATO	
	CPF:	E-MAIL:

2 -	ESTAGIÁRIO:	
	CURSO:	
	TELEFONE P/ CONTATO:	
	ENDEREÇO COMPLETO	
	Nº	BAIRRO: CEP:
	CIDADE:	E-MAIL:
	C.I:	ORGÃO EMISSOR:

	CPF:	

3 - DECLARAÇÃO DE FREQUÊNCIA

Declaro para os devidos fins que o(a) aluno(a)_____,RG_____, cumpriu _____ horas de estágio supervisionado nesta Instituição de Ensino no período de_____.

São Bento - PB, _____ de _____ de _____.

Escola Concedente

4 - ACOMPANHAMENTO DO ESTAGIÁRIO:

4.1 – O estagiário ajustou-se às condições de estágio?

○ MUITO BEM ○ BEM ○ COM DIFICULDADE ○ NÃO

4.2 – A escola fez acompanhamento supervisionado/orientado do estagiário?

○ FREQUENTEMENTE ○ ALGUMAS VEZES ○ NUNCA

4.3 – No encerramento do estágio, o estagiário será admitido pela escola? Se afirmativo, em que função?

○SIM ○NÃO FUNÇÃO: .....

5 – COMENTÁRIOS OU SUGESTÕES DO SUPERVISOR DE ESTÁGIO

.....

.....

.....

.....

.....

.....

6 - AVALIAÇÃO: (EXC) EXCELENTE; (BOM) BOM; (REG) REGULAR =; (INS)

ASPECTOS		EXC	BOM	REG	INS
1 – ASSIDUIDADE	• Cumprimento do horário de trabalho determinado pela escola e participação nos conselhos de classe	○	○	○	○
2 – DISCIPLINA	• Observância das normas e regulamentos internos da escola	○	○	○	○
3 – SOCIABILIDADE	• Predisposição para se integrar, cooperar e se relacionar com outros professores e corpo técnico.	○	○	○	○
4 – RESPONSABILIDADE	• Eficiência e eficácia na execução das aulas.	○	○	○	○
5 - SEGURANÇA DO TRABALHO	• Cumprimento das normas de segurança na escola	○	○	○	○
6 – INTERESSE	• Empenho em realizar as tarefas solicitadas e em aprimorar o processo educacional.	○	○	○	○
ASPECTOS PROFISSIONAIS		EXC	BOM	REG	INS
1- RENDIMENTO DE TRABALHO	• Qualidade de trabalho, tendo em vista o padrão exigido do estagiário.	○	○	○	○
2 – CONHECIMENTO	• Domínio demonstrado no desempenho das atividades pela escola	○	○	○	○
3- CUMPRIMENTO DAS TAREFAS	• Segurança, precisão e diligência na execução das aulas programadas.	○	○	○	○
4 – APRENDIZAGEM	• Capacidade para assimilar novos conhecimentos, necessários ao desempenho das tarefas.	○	○	○	○
5 – INICIATIVA	• Facilidade para encontrar soluções necessárias ao bom desenvolvimento das aulas	○	○	○	○

CONCEDENTE DO ESTÁGIO

Local / Data: ____/____/_____

Assinatura do Supervisor Técnico

Carimbo da Escola

INTERVENIENTE DO ESTÁGIO

AVALIAMOS O PRESENTE ESTÁGIO

( ) RAZOÁVEL **( ) BOM**

( ) REGULAR **( ) EXCELENTE**

( ) INCOMPLETO

Local / Data: ____/____/_____

Assinatura do Professor Orientador

ATESTAMOS O PRESENTE ESTÁGIO CURRICULAR

Local / Data: ____/____/_____

Assinatura do Coordenador do Curso

AUTORIZAMOS A EMISSÃO DO ATESTADO DE ESTÁGIO CURRICULAR, DEPOIS DE ATENDIDAS AS DISPOSIÇÕES LEGAIS, CONFORME

AVALIAÇÕES CONTIDAS NA FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIO.

Local / Data: ____/____/_____ ----------

COORDENADOR

24.4. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

Este regulamento tem por finalidade orientar o processo de desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC dos cursos de Graduação nas modalidades Bacharelado e Licenciatura da FACSU, estabelecendo critérios e procedimentos gerais a serem adotados quando a atividade se encontrar prevista na Matriz Curricular do curso.

CAPÍTULO 1 – Das Disposições Preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e avaliação de Trabalho de Conclusão dos Cursos de Graduação da FACSU.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação da FACSU, obedecidas as normas gerais deste regulamento, poderão constituir regulamentos próprios nos quais explicitem as normas e singularidades/especificidades de suas áreas e/ou cursos. No entanto, tal decisão deverá ter sua gênese a partir de decisões colegiadas e o aval da Direção Acadêmica.

Art. 2º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é realizado individualmente, por acadêmicos devidamente matriculados na disciplina em questão (salvo em casos excepcionais poderá ser realizado individual ou em trio) podendo abordar tema teórico ou teórico-prático, com orientação dos docentes dos Cursos de Graduação da FACSU e relatado sob a forma de uma MONOGRAFIA.

Parágrafo Único: Os cursos de graduação terão autonomia para optar por outro formato de Trabalho de Conclusão de Curso, desde que tal decisão tenha a sua gênese advinda de discussões e acordos colegiados e o aval em última instância da Direção Acadêmica.

Art. 3º O Trabalho de Conclusão de Curso – TCC deve propiciar aos alunos a oportunidade de demonstrar as competências adquiridas para resolver problemas complexos das áreas em que se estabelecem ou convergem os seus respectivos cursos de Graduação.

CAPÍTULO 2 – Do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC

Art. 4º O processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas ao longo dos semestres letivos em que o aluno estiver matriculado no Curso.

Parágrafo Primeiro: nos cursos de graduação da FACSU, o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC se constitui a partir de dois momentos (semestres) específicos: no penúltimo período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso I (constituição do projeto de pesquisa) e no último período/semestre na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II (elaboração e defesa do TCC);

Parágrafo Segundo: para os transferidos de outras IES que já cumpriram e foram aprovados na primeira fase (TCC I), ou seja, na elaboração do projeto de pesquisa, o formato Monografia deverá ser substituído pelo formato Artigo Científico, não sendo necessária a defesa pública em banca examinadora e a sua aprovação estará sujeita ao julgamento do professor orientador e coordenador de TCC.

Parágrafo Terceiro: no caso dos trabalhos especificados no parágrafo anterior, os direitos de publicação e uso estarão sob a égide da FACSU.

Art. 5º O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC deve ser entregue ao professor-orientador, designado para este fim e nos setores instituídos neste regulamento para recebê-lo após a sua finalização.

Art. 6º A mudança de tema do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC somente pode ocorrer, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

CAPÍTULO 3 – Dos alunos e professores-orientadores

Art. 7º Os alunos dos Cursos de Graduação da FACSU serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração do trabalho.

Art. 8º O aluno, dentre outros, tem os seguintes deveres específicos:

I. Apresentar, primeiramente, ao professor-orientador um anteprojeto contendo: o tema, a justificativa da escolha do tema, os objetivos e bibliografia;
II. Apresentar cronograma, com a supervisão do professor orientador, determinando as etapas a serem cumpridas e os prazos para a realização das tarefas;
III. Cumprir o calendário divulgado pela coordenação do curso, para realização das atividades propostas na monografia;
IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo coordenador de curso, pelo coordenador de TCC do seu curso ou pelo seu professor-orientador;
V. Manter contatos/encontros semanais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
VI. Elaborar a versão final da monografia, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pela coordenação de curso, quando for o caso;
VII. Comparecer em dia, hora e local determinados pela coordenação de curso ou da coordenação de TCC para apresentar e defender a versão final de sua monografia, perante banca examinadora.

Art. 9º Todos os professores dos Cursos de Graduação da FACSU são

professores orientadores, desde que possuam, no mínimo, curso de especialização. No entanto, tal orientação far-se-á adequando o interesse do professor-orientador com a sua área de atuação e disponibilidade. Definidas estas questões, professor-orientador e aluno estabelecerão, entre si, horário e local para reuniões semanais ou quinzenais de orientação.

Parágrafo primeiro: quanto ao local e horário da orientação, não existe obrigatoriedade para que a reunião seja em uma sala de aula ou na Coordenação de Curso. Porém, deve ser realizada nas dependências da FACSU.

Parágrafo segundo: só haverá substituição do professor orientador mediante concordância deste, do professor substituto escolhido pelo aluno, do coordenador de TCC e do coordenador do curso, salientando que a troca de orientador não pode interferir nos prazos estabelecidos para a entrega do trabalho (que não serão estendidos). Esta troca ficará documentada por escrito. (APÊNDICE A)

Parágrafo terceiro: o relacionamento entre professor orientador e aluno deve ser o mais profissional possível, o que implica em direitos e responsabilidades de ambas as partes. Qualquer problema entre orientador e aluno deverá ser comunicado ao coordenador do curso e ao coordenador de TCC o mais breve possível, para que sejam tomadas as providências cabíveis em cada caso.

Art. 10° Cabe ao professor-orientador:

I. Orientar os alunos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sob a forma de monografia, desenvolvido ao longo do curso;

II. Sugerir à coordenação de curso, normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC;

III. Acompanhar o desenvolvimento do TCC por meio de reuniões semanais ou quinzenais de orientação (obrigatoriamente nas dependências da FACSU) em dia e hora combinados com o aluno e informados, através de relatórios mensais à coordenação de curso e coordenação de TCC. (APÊNDICE B)

IV. Participar de reuniões, convocadas pelo coordenador do TCC, para análise do processo do Trabalho de Conclusão de Curso, assim como da avaliação dos alunos;

V. Emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Conclusão de Curso;

VI. Para os alunos que estiverem em elaboração da monografia, marcar dia, hora e local da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, perante banca examinadora.

VII. Anotar as sugestões da banca examinadora durante a defesa do trabalho e acompanhar a inclusão das mesmas na elaboração do trabalho final a ser entregue pelo aluno.

VIII. Um professor orientador pode orientar, no máximo, 8 (oito) trabalhos simultaneamente.

CAPÍTULO 4 – Da Defesa e Entrega Final do TCC

Art. 11° A entrega do TCC será feita à secretaria acadêmica da FACSU, nos prazos estabelecidos em calendário pelo coordenador de curso ou coordenador de TCC, com antecedência de no mínimo 15 (quinze) dias úteis da defesa, em 3 (três) vias encadernadas em espiral simples que serão entregues para os membros da Banca Examinadora respeitando as normas exigidas para trabalhos acadêmicos de monografia. (APÊNDICE C)

Parágrafo Único: a data da defesa do TCC estará disponível na coordenação do

curso no início do semestre previsto para a mesma.

Art. 12° Na defesa pública, no que tange à fase disponibilizada à exposição do trabalho à banca, apenas um dos integrantes do grupo de acadêmicos inscritos como autores do trabalho deverá fazer tal explanação.

Parágrafo Primeiro: É obrigatória a presença de todos os integrantes/autores do trabalho de conclusão de curso na sessão de defesa pública.

Parágrafo Segundo: Na fase de arguição acerca do trabalho pela banca examinadora todos os integrantes/autores devem estar presentes e serão inquiridos/sabatinados pelos professores componentes da banca, tudo a fim de constituir a nota individual de cada acadêmico-integrante/autor, bem como a autenticidade/concretude de sua participação na constituição do trabalho.

Art. 13° Após a defesa e aprovação do TCC, o aluno ou equipe terá um prazo máximo 07 (sete) dias corridos, a contar da data da defesa, para os devidos ajustes e, em seguida, protocolar na secretaria acadêmica da FACSU a versão definitiva em 2 (duas) vias, encadernadas em capa dura, na cor azul royal, com letras cor dourada, acompanhadas de 1 (uma) cópia em CD, incluindo os slides da apresentação.

Art. 14°Os trabalhos devem respeitar o cronograma e prazos estabelecidos para serem avaliados no período corrente. O aluno que não entregar por escrito o Trabalho de Conclusão de Curso e/ou que não se apresentar para a sua defesa oral, sem motivo justificado, será automaticamente reprovado, podendo apresentar novo trabalho, somente no semestre letivo posterior, de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo único: nesse caso, o aluno não participará da colação de grau no semestre, podendo colar grau no semestre seguinte ou em cerimônia reservada pela Direção Geral da IES.

Art. 15° Os alunos que não se inscreverem para a defesa do TCC no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o início do semestre letivo só poderá fazê-lo

mediante preenchimento de requerimento próprio dirigido ao coordenador de curso, até no máximo 60 (sessenta) dias do início do semestre. (APÊNDICE D)

Parágrafo único: os prazos de entrega dos trabalhos e defesa não serão prorrogados.

Art. 16° O professor orientador possui plena autonomia e poder para impedir que um trabalho entre em processo de avaliação ou mesmo para reprovar o aluno a qualquer tempo, desde que com substância para tal decisão justificada, encaminhada e discutida na coordenação de curso e coordenação de TCC. Caso o orientador não avalize o trabalho realizado temendo pela sua reprovação ou acreditando que ele ainda não reúna condições de se dar como terminado, de acordo com seus critérios, é possível não autorizar a entrega pelo aluno.

CAPÍTULO 5 – Da avaliação do TCC

Art. 17°A avaliação do TCC será feita pelas três pessoas que participarão da banca examinadora, sendo composta pelo professor-orientador e mais dois professores do curso em que o aluno esteja vinculado/matriculado. Em casos especiais, a coordenação de curso poderá convidar professores externos para participar como membro da banca examinadora.

Parágrafo primeiro: o professor orientador, juntamente com a coordenação do curso e coordenação de TCC, indicará os professores que irão compor a banca examinadora e estes deverão ser preferencialmente da área do objeto do TCC. (APÊNDICE E)

Parágrafo segundo: todas as notas referentes à avaliação do TCC compreenderão valores entre zero (0) e dez (10) e ficarão sujeitas, nas composições, aos critérios de arredondamento estabelecidos pela FACSU.

Art. 18º A primeira nota de avaliação do professor-orientador com peso equivalente a 50% (cinquenta por cento) far-se-á de acordo com os seguintes itens: conhecimento teórico, domínio prático do tema, complexidade do trabalho,

originalidade do trabalho, compatibilidade das conclusões com a proposta inicial e desempenho do aluno, fundamentação teórica, coerência temática, estrutura formal, bibliografia, objetividade e recursos utilizados. (APÊNDICE F)

Art. 19º As segunda e terceira notas serão atribuídas pela banca examinadora, julgados seu desempenho na apresentação, capacidade de argumentação nos questionamentos e apresentação do trabalho escrito, tendo peso equivalente a 50% do total. (APÊNDICE C)

Parágrafo Primeiro: a defesa do Trabalho de Conclusão do Curso compreenderá exposição oral do conteúdo do mesmo, podendo ser objeto de arguição e deverá estender-se por tempo não superior a 20 minutos.

Parágrafo Segundo: no âmbito da defesa/exposição do trabalho, apenas um dos componentes da dupla ou trio poderá fazê-lo. No entanto, todos serão arguidos pela banca examinadora no que tange ao trabalho e as notas serão constituídas individualmente para cada um dos componentes da dupla ou trio.

Art. 20°Com base no exame do trabalho escrito e da apresentação oral do mesmo, os membros da banca deverão chegar a um total de notas que corresponderão a três julgamentos finais (APÊNDICE G):

I. Média maior ou igual a 9,0: trabalho aprovado com louvor;
II. Média 7,0 a 8,9: trabalho aprovado
III. Média inferior a 7,0: trabalho reprovado, devendo o TCC ser apresentado no próximo semestre letivo.
IV. Sem média: aprovado com ressalvas;

Art. 21º O aluno será considerado aprovado, quando no final da média, atingir nota igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 22° Em casos de reprovação, os alunos reprovados têm o direito a recurso perante o coordenador do curso e coordenador de TCC, que deverá ser apresentado por escrito dentro do prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados

da data de defesa. Feito isso, o coordenador do curso juntamente com o professor-orientador TCC e coordenador de TCC analisarão a procedência do pedido, determinando seu arquivamento definitivo ou em caso de aceitação das justificativas procederá da seguinte forma: nomeará uma nova banca examinadora e nova defesa. Esta banca tem um prazo de 15 (quinze) dias corridos para manifestar-se de forma definitiva sobre o assunto.

Art. 23° No caso de aprovado com ressalvas, os alunos deverão proceder à correção do trabalho de acordo com as sugestões feitas pela Banca Examinadora, entregando nova versão para avaliação em prazo estipulado pela mesma antes da colação de grau. Após nova avaliação feita pelos mesmos membros da banca, total ou parcialmente composta, se aprovado, o aluno participará da cerimônia de colação de grau. Se reprovado, procederá conforme instruções do artigo anterior.

Art. 24°A coordenação do curso publicará a relação dos alunos que procederam à entrega da prévia do TCC até a data prevista, com a devida anuência do professor orientador definindo a data, horário e local das defesas e a constituição das bancas examinadoras.

Parágrafo primeiro: as defesas dos Trabalhos de Conclusão de Curso serão realizadas em sessão pública;

Parágrafo segundo: as notas finais serão publicadas após a entrega final do Trabalho de Conclusão de Curso, em versão definitiva.

CAPÍTULO 6 – Das disposições gerais

Art. 25° É de inteira responsabilidade do aluno a verificação de seus prazos e obrigações junto à secretaria acadêmica, coordenação de curso e coordenação de TCC

Art. 26°Todas as suspeitas de fraude acadêmica, seja a utilização de trabalhos já realizados, nesta ou em outras instituições, seja o recorte de partes de outros

trabalhos, serão rigorosamente verificadas.

Parágrafo único: em caso de confirmação das suspeitas será nomeada uma comissão de ética presidida pelo Diretor Acadêmico, com a presença do coordenador do curso, coordenador de TCC e o professor orientador do TCC que irão analisar a extensão e a gravidade do plágio acadêmico, ficando o aluno passível de aplicação das normas disciplinares da FACSU.

Art. 27° É vedada orientação de TCC nos meses de recesso escolar e férias, salvo em casos de matrícula em regime excepcional de estudos.

Art. 28° Os trabalhos apresentados e aprovados pela banca examinadora estarão à disposição dos alunos para consulta na Biblioteca da FACSU.

CAPÍTULO 6 - Das disposições finais

Art. 29° Os casos omissos e as interpretações deste Regulamento devem ser resolvidos pelas coordenações de curso e coordenações de TCC, com recurso, em instância final, para o colegiado de curso e Direção Acadêmica da FACSU.

Art. 30° Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pela Direção Acadêmica da FACSU..

APÊNDICE A

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROFESSOR (A) ORIENTADOR (A)

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 9° do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso - TCC, substituição do/a professor/a orientador/a.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A ATUAL	
NOME	
ASSINATURA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A PROPOSTO/A	

NOME	
ASSINATURA	
MOTIVO	

São Bento - PB, _____de _____de _____.

_____

Assinatura do/a aluno/a

APÊNDICE B

RELATÓRIO DAS ORIENTAÇÕES

NOMES DOS ALUNOS: 1) 2)
TÍTULO DO TRABALHO:
PROFESSOR-ORIENTADOR:
CURSO:

Data	Horário (início/término)	Atividade Desenvolvida	Rubrica		
			Orientador	Aluno 1	Aluno 2

APÊNDICE C
ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A estrutura do TCC deve estar de acordo com a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) que obedece à seguinte estrutura: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais.

Os elementos pré-textuais são compostos de:

- Capa (obrigatório)
- Lombada (opcional)
- Folha de rosto (obrigatório)
- Errata (opcional)
- Folha de aprovação (obrigatório)
- Dedicatória (opcional)
- Agradecimentos (opcional)
- Epígrafe (opcional)
- Resumo na língua vernácula (obrigatório)
- Resumo em língua estrangeira (obrigatório)
- Lista de ilustrações (opcional)
- Lista de abreviaturas e siglas (opcional)
- Lista de símbolos (opcional)
- Sumário (obrigatório)

Os elementos textuais são compostos de:

- Introdução
- Desenvolvimento

- Conclusão

Os elementos pós-textuais são compostos de:

- Referências (obrigatório)
- Glossário (opcional)
- Apêndice (opcional)
- Anexo (opcional)
- Índice (opcional)

Em caso de dúvidas, a FACSU possui um Manual de Normalização de Trabalhos Científicos para normalização de referências e apresentação de trabalhos acadêmicos que está de acordo com as normas da ABNT, disponível para consulta no endereço www.Facsu.edu.br.

APÊNDICE D

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO NO TCC

Solicito, de acordo com o estabelecido no Art. 15° do Regulamento Geral do Trabalho de Conclusão do Curso de _____, matrícula na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso.

ALUNO/A	
MATRÍCULA	
TELEFONES	
Email	
TEMA	
APRESENTAÇÃO DO TEMA	
PROFESSOR/A ORIENTADOR/A	

São Bento - PB, _____de _____de _____.

Assinatura do/a Professor/a orientador/a

Assinatura/s aluno/a/s

APÊNDICE E

FORMULÁRIO PARA PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE BANCA EXAMINADORA

Do(a): Professor(a) Orientador(a)

Para: COORDENAÇÃO DE TCC

Eu, Professor(a) _____, em comum acordo com o(a) aluno(a) _____, sugerimos para compor a Banca Examinadora do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO com o título _____, os seguintes membros:

1. _____

2. _____

Sendo o dia _____/_____/_____ às _____ horas, a data para apresentação do TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO, e os recursos didáticos necessários são _____

Aproveito a oportunidade para informar que a nota do (a) aluno(a), referente aos trabalhos intermediários, é _____ (_____).

Aguardando a homologação da Banca Examinadora pela Coordenação do Curso de _____ subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

_____

Professor(a) Orientador(a)

Banca aprovada pela Coordenação do curso de _____em ____/____/____

APÊNDICE F

AVALIAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

DADOS DO ALUNO	
Nome:	
Título do Trabalho:	
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	**NOTA**
SOBRE O TRABALHO ESCRITO: 4,0 pontos	
Conhecimento teórico	
Domínio prático do tema	
Complexidade do trabalho	
Compatibilidade das conclusões com a proposta inicial	
Subtotal	
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA: 4,0 pontos	
Fundamentação teórica	
Coerência temática	
Estrutura formal	
Bibliografia	
Subtotal	

SOBRE A APRESENTAÇÃO: 2,0 pontos	**Aluno 1**	**Aluno 2**
Objetividade/Clareza e Pertinência da exposição		
Recursos utilizados		
Subtotal		
Total: soma total das notas		

São Bento - PB, ____de_____de____.

Nome e assinatura do avaliador

ESCLARECIMENTOS SOBRE OS ITENS AVALIADOS

SOBRE O TRABALHO ESCRITO

I. CONHECIMENTO TEÓRICO é o nível demonstrado de informação atualizada sobre os trabalhos mais representativos publicados na área.

II. DOMÍNIO PRÁTICO DO TEMA é a capacidade de utilizar as informações teóricas selecionadas aplicando-as adequadamente, seja em termos de análise de uma situação concreta, seja em nível de intervenção na realidade.

III. COMPLEXIDADE DO TRABALHO - corresponde a dois aspectos: de um lado cabe checar o processo de produção do trabalho, no nível das dificuldades para a coleta de dados e acesso a informações compatíveis, bem como avaliar as dificuldades intrínsecas de estudo do tema proposto. Cabe checar também o produto do trabalho em termos da sua contribuição para a área de conhecimento em que se insere. Neste sentido, deve ser avaliada a capacidade do aluno de propor soluções diferenciadas e adequadas à problemática dissertada na monografia, bem como a capacidade de integrar as principais contribuições dos autores

consultados, com sensibilidade e senso crítico.

IV. COMPATIBILIDADE DAS CONCLUSÕES COM A PROPOSTA INICIAL - ela implica na análise do nível de consistência lógica do trabalho, avaliação quanto à adequação da metodologia e dos dados coletados aos objetivos propostos, e do grau da clareza nas conclusões apresentadas.

SOBRE A PARTE METODOLÓGICA

I. FUNDAMENTAÇÃO TEORICA deve expressar o conjunto de ideias ou teorias que orientaram o desenvolvimento do trabalho. De forma operacional, esta fundamentação fica patente no trabalho pela indicação expressa pelo autor representativo (que fez escola) da área em questão, de uma teoria de renome ou de um modelo já defendido em trabalhos anteriores.

II. COERÊNCIA TEMÁTICA diz respeito à ordenação lógica e consistente do conteúdo do trabalho. Tema, objetivos a atingir, as hipóteses elaboradas e metodologia escolhida para pesquisa devem afinar-se e apresentar-se de forma particular, ou seja: Introdução, Desenvolvimento e Conclusão.

III. ESTRUTURA FORMAL trata da apresentação gráfica da monografia e sua construção de acordo com os padrões ortográficos e metodológicos vigentes.

IV. BIBLIOGRAFIA refere-se ao conjunto de obras consultadas cuja indicação no trabalho é absolutamente indispensável. Devem ser levadas em conta, neste caso, regras rígidas para correta reprodução de referências bibliográficas.

SOBRE A APRESENTAÇÃO

O aluno deverá decidir, com o apoio do professor orientador, qual a melhor forma de apresentar o trabalho diante da Banca Examinadora, no sentido de otimizar

sua participação buscando a objetividade, clareza, criatividade, recursos utilizados e, acima de tudo, demonstrar domínio do tema desenvolvido, observando o tempo estabelecido para esta tarefa.

APÊNDICE G

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL DO TCC

DADOS DO ALUNO

Nome:			
Título do Trabalho:			
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	**Av1 Orientador**	**Av2 Membro da banca**	**Av3 Membro da banca**
SOBRE O TRABALHO ESCRITO			
Subtotal			
SOBRE A PARTE METODOLÓGICA			
Subtotal			
SOBRE A APRESENTAÇÃO			
Subtotal			
Média aritmética das notas dos membros da banca			
Total das notas do orientador X 0,50			
Média aritmética da soma das notas dos membros da banca X 0,50			
Resultado final: soma dos resultados das notas do orientador e dos membros da banca			